

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ABASTECIMENTO DE FARÍNGHA DA CIDADE DO SALVADOR

ASPECTOS HISTÓRICOS

ELLEN MELO DOS SANTOS RIBEIRO

SALVADOR - BAHIA
FEVEREIRO - 1982

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ABASTECIMENTO DE FARINHA DA CIDADE DO SALVADOR - 1850-1870

Aspectos Históricos

Dissertação do Mestrado de Ciências
Sociais da Universidade Federal da
Bahia.

ELLEN MELO DOS SANTOS RIBEIRO

SALVADOR - BAHIA

FEVEREIRO:

1982

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE FILOSOFIA - BIBLIOTECA
REGISTRO 894278
DATA 28/05/2007

MESTRADO EM HISTÓRIA CH - UFB BIBLIOTECA
N.º do TOMBO _____

"NENHUMA SOCIEDADE PODE SER FLORESCENTE E FELIZ
SE A MAIORIA DOS SEUS CIDADÃOS SÃO POBRES E MI
SERÁVEIS".

ADAM SMITH

Ao meu marido ANTONIO MAURO e filhos
ROBÉLIO, EDA e CARLOS, com afeto e
gratidão, o esforço de nosso trabalho

ÍNDICE

PREÂMBULO

INTRODUÇÃO

1.^a PARTE

1. A FARINHA DE MANDIOCA
- 1.1. Produção de Farinha
- 1.2. A Mandioca como Lavoura de Subsistência
- 1.3. Os Centros Produtores
- 1.4. Os Lavradores de Mandioca

2.^a PARTE

2. O ABASTECIMENTO DA CIDADE DO SALVADOR
- 2.1. Órgãos Reguladores do Abastecimento
- 2.2. A Política do Abastecimento e suas Contradições
- 2.3. Centros de Distribuição de Farinha de Mandioca
- 2.4. Os Meios de Transporte e as Dificuldades para o Abastecimento
- 2.5. Preços

3ª PARTE

3. AS CRISES

3.1. Características Gerais

3.2. As Grandes Crises - 1855/57/58/60/64

3.2.1. A Crise de 1855

3.2.2. A Crise de 1857/58

3.2.2.1. Efeitos Sociais da Crise de 1857

3.2.2.2. O Movimento da Carne sem Osso e Farinha sem Caroço

3.2.3. A Grande Crise de 1860

3.2.4. A Ação Oficial

3.2.5. O Êxodo Rural

3.2.6. O Declínio das Crises

3.3. A Crise de 1864

3.4. As Crises Menores - 1853/59/65/66/67/68/69

3.4.1. A Crise da Carestia

CONCLUSÕES

ANEXOS

FONTES

BIBLIOGRAFIA

PREÂMBULO

Ao término da elaboração deste trabalho historiográfico, vencidas as dificuldades naturais a uma primeira experiência no gênero, vividos os sucessos e insucessos também naturais aos primeiros, sentimos-nos no dever de expressar o nosso agradecimento a todos aqueles que colaboraram conosco. Tratando-se de um trabalho desta natureza, constituiu-se em um grande esforço da nossa parte e, certamente não teríamos condições de realizá-lo sem o apoio e boa vontade sempre demonstrados pelos nossos mestres, colegas e amigos. As críticas, sugestões, discussões levaram-nos a reflexões e análises mais apuradas, acrescentando-nos muito em termos de conhecimento e experiência adquirida.

Louvamos na oportunidade as pessoas que nos infundiram ânimo e nos capacitaram para a realização deste estudo, transmitindo-nos muito da sua experiência e saber. Assim, nos demonstramos gratos ao Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais o Prof. Dr. Luís Henrique Dias Tavares, à nossa orientadora, Prof.^a Angelina Nobre Rolim Garcez, pela sua solicitude inesquecível, pelo partilhar do seu espírito científico, pelas ajudas repetidas, expressamos a nossa permanente gratidão. Estendemos ainda os nossos agradecimentos às Professoras Maria do Carmo Pondé, Dinorah Pinheiro, Édila Melo dos Santos, colaboradoras constantes.

Aos universitários que participaram da nossa pesquisa, Jorge, Raimunda, Rosely e Lúcia, o nosso reconhecimento; expressamos nossa especial gratidão e apreço à Fundação Rockefeller que, através da Coordenação do Mestrado, Uni

versidade Federal da Bahia, ofereceu o respaldo financeiro indispensável às nossas pesquisas de curso. Aos demais que nos proporcionaram com prestimosidade, parcelas inestimáveis de sua contribuição nos arquivos, bibliotecas, através de seus serviços, registramos aqui a nossa dívida de gratidão.

INTRODUÇÃO

Abastecer a cidade do Salvador de gêneros alimentícios sempre se constituiu um sério problema, claramente evidenciado através dos séculos e perfeitamente sensível ainda na época atual. Muito complexo, desde que, para organizar-se e suprir as necessidades de uma população como a de Salvador, o abastecimento tem de integrar-se às diversas atividades e setores que compõem o sistema produtivo. Em todas as suas etapas desde a colheita - fase inicial - até o beneficiamento dos produtos, à sua classificação, transporte e, por fim, o armazenamento, reflete-se a complexidade de problema, de difícil solução, considerando-se a precariedade a que sempre esteve sujeita a lavoura de subsistência; quando se desorganiza o sistema produtivo rural, verifica-se déficit na região metropolitana do Salvador.

Diante das dificuldades sentidas no mercado, surge a única alternativa viável: a importação. Atualmente "o Estado da Bahia importa quase tudo o que come, uma das poucas exceções é a farinha"¹. Mas o "modelo econômico exportador", ainda em vigor no Brasil e, por conseguinte, também no Estado da Bahia, favorável à grande lavoura comercial, concorre para a perpetuação dessa dependência histórica dos gêneros alimentícios, observada geralmente nas regiões mais pobres, em relação às mais ricas.

1. HERALDO, José - "A Bahia só não importa farinha". In a Tarde - Caderno Econômico. 16 de janeiro de 1981. P.8.

As disponibilidades de recursos para crédito, técnicas, pesquisas, etc., são dispensados à agricultura de exportação, relegando-se a plano secundário a pequena lavou^{ra}, responsável pelo abastecimento interno, pela subsis^tência da população baiana. Durante o quinquênio 1970/75 o volume de produtos agrícolas exportáveis cresceu em 20% e a de gêneros de consumo doméstico em 4%, veri^ficando-se uma disponibilidade per-capita para estes de 8%, enquanto a dos produtos exportáveis alcançaram 23%².

De acordo com este esquema, estabelece-se o óbvio: as zonas mais prósperas, dedicadas à agricultura de exportação, serão beneficiadas, com prejuízo das áreas pro^{du}toras de gêneros alimentícios, justamente as únicas capazes de suprir as necessidades básicas das popula^ções rurais e urbanas. Dessa maneira, tira-se a oportuⁿidade de uma atuação mais eficaz das zonas agrícolas alimentícias, no sentido de solucionar um dos velhos e crônicos problemas relativos ao déficit alimentar no vo e a gritante desigualdade da distribuição da renda, geradora da estagnação social, pobreza e subnutrição.

Desse modo pretende-se através dessa realidade vivida hoje, imprimir uma visão sincrônica/diacrônica da problemática em foco; isto é, buscar através da História do Abastecimento e suas implicações com a História Econômica-Política-Social, através ainda do sistema agrário em questão, das estruturas urbanas e os seus respectivos mecanismos de comercialização e distribuição, responder a algumas das questões referentes ao sistema de abastecimento da farinha da cidade do Salvador.

2. ALMEIDA, Rômulo - "Crise de Irecê ou crise do Brasil?"
In a Tarde 27 de abril de 1973.

Na tentativa de visualizar-se algo mais consistente, em termos da realidade local, evoca-se o passado, mas um passado dinâmico, capaz de atender às exigências do "atual", do "agora". Caso não o fizéssemos, cometeríamos uma arbitrariedade que comprometeria o nosso "presente". Portanto é em função desse "hoje", que se torna mister vencer a barreira do "ontem" e estabelecer a solidariedade das épocas proclamada por Marc Bloch; as contradições existenciais deste momento histórico atuam como força propulsora, capaz de dinamizar o processo e vincular passado-presente.

Torna-se necessário, dessa forma, relacionar a atual estrutura de produção e todos os problemas que envolvem a agricultura de subsistência com o velho e tradicional sistema produtivo, ainda de caráter colonial, predominante no século XIX e transmitido ao século XX. A lavoura de manutenção, desde os seus primórdios, na época, da colonização, já vivia em função do setor açucareiro. Aliás, para isto, foi implantada e essa subordinação a acompanhá-la-á através dos séculos; sempre relegado a plano secundário e sob a custódia de pessoas sem maior expressão econômica, política e social.

Os aspectos históricos abordados neste trabalho sobre o abastecimento de farinha da cidade do Salvador expressam os problemas do homem urbano e suas carências, bem como do homem rural, pequeno produtor e a sua função social na estrutura de produção da época. Trata-se assim de um novo enfoque, voltado para a lavoura dos pobres, aquela desenvolvida pela população rural de baixo poder aquisitivo e status social, mas a única capaz de corresponder e suprir as necessidades das populações, e ainda gerar um comércio interno fortalecedor da economia local.

As crises internas acompanhadas pelas contestações "populares", tão pouco divulgadas como o "movimento da carne sem osso e farinha sem caroço" são abordados, evidenciando-se sempre o domínio exercido pelo modo de produção representado pela agricultura de exportação, no sistema produtivo da sociedade em apreço.

Diante do exposto, percebe-se a real dimensão conferida à problemática, considerando-se o fato de que os produtos alimentícios, em geral, não faziam parte da mesma estrutura de produção, isto é, estariam inclusos apenas entre os produtos plebeus, pertencentes a uma lavoura reconhecidamente de pobres. E isto significava ser ela desprovida de rendas suficientes, incapazes de estimular investimentos maiores. Significava uma agricultura que subsistia às custas da expropriação do homem rural, do trabalho excedente proveniente de um "agrarismo" extensivo e sem maiores perspectivas.

As questões maiores, vinculadas às irregularidades e colapsos constantes no abastecimento da cidade, são apresentadas no decorrer do trabalho; considera-se, sobretudo, a atuação dos atravessadores e monopolizadores do produto, como grupos de pressão junto às autoridades constituídas, bem como o uso da exportação ou retenção do produto como manobras utilizadas pelos "reventões", no sentido de especular livremente o preço na praça do Salvador.

A farinha destaca-se, no caso, como o produto indicador mais fiel da constatação do custo de vida, por se tratar de um alimento básico da população. E esta justa medida nos foi dada há muitos séculos atrás: "nenhum outro alimento teve importância maior na história da alimentação do povo brasileiro e no desenvolvimento de hábitos

alimentares de nossa população do que a mandioca"³.

Não obstante, as crises, quando ocorriam, eram abrangentes, isto é, atingiam a todos os produtos alimentícios; "A crise de alimentos de subsistência provindos da terra sempre foi mencionada pelos cronistas como algo crônico e inerente ao sistema"...⁴

Assim, ao apresentarmos estes aspectos da História do abastecimento, estaremos analisando também uma economia de subsistência esquecida e menosprezada, durante muito tempo, mas que, no momento presente, adquire sentido econômico-social e, o mais importante, desvenda-se através dela algo, além da atividade açucareira e da casa-grande; revela-se o drama de um povo e a luta pela sua subsistência no meio rural e no perímetro urbano; a expropriação do seu trabalho, em função da viabilidade econômica local e inter-setorial.

No decorrer do trabalho questiona-se, sobretudo, a hipótese, em torno da qual se desenvolve a problemática maior, relativa ao baixo padrão econômico-social da agricultura de subsistência; e como o seu caráter subsidiário e de exportação interfere na estrutura de produção, na quantidade, na qualidade, na desorganização do mercado, comprometendo, dessa maneira, o sistema de abastecimento da cidade do Salvador.

O momento histórico abordado tem como marco inicial 1850 e final 1870. Inicialmente pretendia-se estabelecer um período maior 1850/1889, porém, com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a década de 1870 recebeu

3. LINHARES, Yeda. O Problema do Abastecimento numa perspectiva histórica. P. 15/23. A autora comenta a opinião do Frei Vicente do Salvador sobre o assunto.

4. Idem.

influências marcantes da grande crise de mercado ocorrida na Europa, inclusive a considerada primeira grande crise do capitalismo europeu, que ocorreu nos anos dessa década, em 1873. Os seus reflexos interferiram na conjuntura interna, trazendo para a problemática nossa consequências que modificaram a conjuntura; na realidade, o objetivo proposto é avaliar a questão, principalmente à luz das influências internas.

As duas décadas posteriores poderão ser objeto de estudos numa maior dimensão, vez que as interferências externas, sob a égide de uma economia capitalista em expansão, faz-se sentir com mais determinação no mercado interno das áreas periféricas pré-capitalistas.

As crises locais, verificadas na época, também influenciaram na redução da limitação do período, considerando-se a necessidade de um estudo mais detalhado das conjunturas, observadas em torno dos anos 1855, 1857/58, 1860 e 1864. O trabalho ampliou-se, estendendo-se numa dissertação mais ampla sobre cada uma dessas conjunturas que, aparentemente bem semelhantes, adquiriam características específicas, quando analisadas separadamente.

Todavia, a fixação do período para 1850/70 é de grande significação histórica, por tratar-se de uma época de transição, cujas mudanças e transformações já se vinham processando desde o início do século. Mas, nos meados deste, as influências da segunda revolução industrial refletem-se mais efetivamente na nação brasileira, atingindo as províncias mais importantes do império, inclusive a Bahia.

A província baiana recebe o impacto na sua formação econômico-social e os efeitos dessa economia de enclave tornam-se perceptíveis, nesse momento, através do estabele-

cimento das novas relações de dependência aos capitais estrangeiros, em ferrovias, instalações portuárias, além de bancos e empresas de exportação e importação. Processava-se a inserção dessa província no novo sistema mundial de dominação, representado pelo capitalismo industrial em evolução no mercado externo. Observa-se então a dependência, não somente na esfera comercial, mas já penetrando também em direção às estruturas de produção e, assim, o processo produtivo nacional e provincial desenvolveu-se manobrado e condicionado pelas imposições de um mercado internacional que buscava consolidar o capitalismo em ascensão, mediante esse tipo de relações mantido entre áreas centrais metropolitanas e satélites-periféricas.

Data também deste momento de euforia de investimentos, considerado pelo autor Pinto de Aguiar como ainda fase de prosperidade para a província baiana, o estabelecimento de créditos semelhantes à Caixa da Reserva Mercantil, a Caixa de Economias e à Caixa Hipotecária, surgidas em 1854. Até no interior elas se fizeram presentes com suas instalações em Cachoeira e Santo Amaro no ano de 1856⁵.

Participa dessa nova conjuntura a concepção proposta por eminentes homens públicos, influenciados pelas ideias fisiocrática e liberal, da "especialização de mercado" para o Brasil, numa tentativa de mantê-lo " eminentemente agrícola". Esperava-se então a superação de uma fase agrícola extrativa para outra de progresso econômico, exigente de importação de equipamentos técnicos, capazes de suprir as necessidades emergentes.

5. AGUIAR, Pinto. História do Banco da Bahia. Nota introdutória P.XIV.

A diversificação das lavouras fazia parte desse programa, emprestando-se ênfase especial às culturas do café, algodão, fumo e cacau. Percebe-se então, nesse momento, a contradição contida nesse programa de ação, voltada exclusivamente para a lavoura comercial de exportação, em detrimento da agricultura itinerante, ou melhor, com a sua exclusão. As culturas de mandioca e de mais gêneros alimentícios não participariam do planejamento eminentemente agrícola proposto para a província da Bahia".

Nesta fase transitória, pertencente ainda à denominada por Tulio Halperim Donghi de "grande espera"⁶ por se tratar de um período pré-capitalista, em expectativa para o capitalismo desenvolveu-se o presente trabalho. Nessas circunstâncias, justificam-se as crises alimentícias ocorridas na província, as irregularidades no abastecimento, a indicação das secas como fator primordial das conjunturas difíceis vividas pela população da cidade do Salvador.

A grande crise alimentícia de 1860, comumente apontada como resultante da estiagem, estaria vinculada a todas essas engrenagens, inclusive à crise geral ocorrida nessa década, da reforma bancária, considerando-se, nesse caso, o caráter subsidiário da economia de subsistência. A Bahia seriamente atingida pela "LEI D' ENTRA VES" nº 1033 de 22 de agosto de 1860, ainda estará a braços com outros problemas a nível local, como a seca e as desordens sociais, provenientes desse estado de coisas.

Mais tarde, em 1864, outra crise alimentícia desencadeou-se sob o mesmo pretexto - a seca. Porém naquele ano,

6. CARDOSO, Ciro - Os Métodos de História. O autor menciona esta expressão de Tulio Halperim Donghi. P.234.

a "crise essencialmente monetária" repercutia em todo o território nacional e a província da Bahia, mais uma vez, apresenta contradições locais, refletidas no sistema vicioso de culturas implantado e outras forjadas pelas forças externas de um mercado internacional, que buscava consolidar o capitalismo em ascensão, mediante o tipo de relações mantidas com as áreas periféricas.

A problemática estudada está implícita nesse contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas, geradoras de todas essas contradições típicas das sociedades pré-capitalistas, dos anos da década 1850/70.

Algo precisa ser colocado em relação as fontes primárias. Dentre as mais utilizadas destacam-se os jornais, Diário da Bahia e Jornal da Bahia. A sua importância verificou-se em decorrência de ordem cronológica apresentada e favorecedora de uma melhor compreensão dos fatos. Não obstante, ocorreram lacunas que foram preenchidas com as Actas da Câmara Municipal.

O período de 1850/55, tratando-se da pesquisa nos jornais, apresentou falhas consideráveis. O ano de 1850 só foi encontrado nos dois matutinos, a Tolerância e o Correio Mercantil, observando-se no entanto, lacunas referentes ao segundo semestre. Em relação aos três anos posteriores, não foram encontrados jornais correspondentes (1851/52/53). O ano de 1854 foi pesquisado no Jornal da Bahia, durante apenas os meses de janeiro a junho. Segue-se outra grande falha até 1857, quando, além desse jornal, surge o Diário da Bahia. A coleta dos dados desenvolveu-se então com mais regularidade. Foram estes períodos preenchidos com as Actas da Câmara e outros documentos.

Muitas fontes foram consultadas, em caráter complement-

tar, e com o objetivo de obtenção de dados mais esclarecedores sobre o assunto. Entre eles podem citar-se os documentos avulsos constituídos pelos "Offícios ao Presidente da Província. Série Agricultura". Apresentaram-se com excelente material de pesquisa, oferecendo subsídios capaz de preencher, em algumas ocasiões, lacunas ou mesmo fornecer dados que dariam maior consistência às informações.

As Posturas da Câmara Municipal, correspondentes ao período pesquisado e analisado ofereceu-nos muitos dados referentes às medidas oficiais tomadas pelo governo municipal, no sentido de atender ao abastecimento da capital do Salvador.

As dificuldades maiores ocorreram em relação aos dados quantitativos; não se registrou nenhuma relação de entradas e saídas de farinha nesta cidade. Mesmo em se tratando de preços registravam-se lacunas. Muitos dados isolados foram encontrados e assim mesmo os apresentamos. O único livro sobre entradas de farinha, relativo aos anos de 1861 a 1865 e 1869, revelou-se inoperante devido ao fato de as informações serem diurnas; isto é, os primeiros meses de 1861 apenas traziam dados concretos sobre a farinha, nos demais constavam vários produtos misturados, com apresentação no registro total de todos, apesar de o título do livro referir-se, exclusivamente à farinha.

Vale ressaltar que todo o nosso trabalho se desenvolveu e foi escrito tomando por base a documentação pesquisada e analisada. A bibliografia serviu-nos como complementação indispensável, esclarecendo fatos, organizando as ideias, situando-nos no tempo, através da visão do processo histórico em curso, ao qual estavam inseridos os acontecimentos estudados.

1. A FARINHA DE MANDIOCA

1.1. Produção de farinha

"Mani era uma indiazinha doce como o mel. Sua pele branquinha mais se parecia com os lírios do campo. Todos os índios da tribo adoravam essa menina meiga

Como todas as meninas da tribo, Mani fazia os serviços domésticos: preparava comida e bebidas; as tecelagens de palha e algodão, fabricava os utensílios caseiros, como louças e redes, ela era, realmente, uma indiazinha inteligente.

Até que, certo dia, Mani adoeceu. Sua doença era grave e nem mesmo o pajé com toda sua sabedoria de curandeiro, conseguiu curar Mani. E ela ia definhando aos poucos, para a tristeza de todos. Numa manhã de outono ela morreu.

Mani deixou muitas saudades na tribo que enterrou seu corpinho de criança no jardim. Todos os dias a sepultura era regada com muitas lágrimas de seus amigos.

O tempo passou e na cova onde Mani foi enterrada cresceu uma planta desconhecida para os índios. Curiosamente, eles cavaram a terra e viram uma raiz branca, igual ao corpo de Mani. Em sua homenagem deram o nome de mandioca, que significa "carne de Mani".

A tribo havia encontrado um precioso alimento para seu sustento".

O problema da produção da farinha de mandioca sempre esteve presente na província baiana como um dos impasses maiores para o abastecimento alimentar. Constituindo-se, desde os primórdios da colonização, num elemento de sustentação da lavoura comercial, possuía uma grande signifi

cação social, por suprir as necessidades alimentares das classes menos abastadas. Representava o "Pão da Terra" para o povo e diz-nos o Prof. Mott que, na Província de Pernambuco, no início do século XVIII, não se consumia pão algum a não ser o da "terra", isto é, a farinha de mandioca. A sua importância portanto, não se restringia unicamente à Província da Bahia, mas ainda, de acordo com o autor referido, a todo o Brasil (Mott:1976:95).

Mas o problema da produção da farinha estava vinculado a produção da mandioca, que sempre foi insatisfatória, em decorrência da constante resistência da grande propriedade monocultura em assumi-la. Até mesmo para o seu próprio consumo os senhores proprietários de terras e escravos frequentemente estavam no mercado disputando-a com os demais consumidores. Recusavam-se ao cumprimento da "Lei das 500 covas"¹ pois consideravam anti-econômica a prática da utilização intensiva da mão-de-obra em outra agricultura que não fosse a de exportação. O baixo índice de produtividade verificado refletia assim o desinteresse dos agricultores melhor acuinhaçados, por essa lavoura, desprestigiada tanto no mercado externo, como no interno².

1. Os autores Rômulo Almeida e Waldemar de Mattos fazem referência a esta lei nos seus escritos, *Traços da História Econômica da Ba. no Último Século e Meio e Panorama econômico da Ba. 1808-1960*, respectivamente.
2. Falla do Presidente da Província. Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, em 14 maio 1856. Fêz-se referência ao mapa demonstrativo de exportação da farinha de mandioca para países estrangeiros, embora não haja especificação dos países.

De acordo com o Presidente da Província, João Lins Can³ sansão do Sinimbu, as terras p³ssimas do litoral, ou as mais férteis do interior estavam sujeitas a este tipo de cultura³. Parece-nos que estas p³ssimas terras referidas, seriam todos os solos não massapês, ou as que não se pres³tavam ao cultivo da cana de açúcar. Assim sendo, eram es³sas as áreas litor³neas do Recôncavo destinadas a " mandiocultura" e, ~~as~~ vezes, entregue pelo sistema de meação ao pequeno agricultor. Mas sendo essa produção, insuficiente para suprir o mercado soteropolitano, recorria-se às zonas litor³neas, mais distantes, como Valença, Maraú, Bar³ra do Rio de Contas, Camamu, etc., onde o cultivo dos g³neros alimentícios, inclusive da farinha, processava-se em pequenas propriedades, geralmente de apropriação prim³ria.

A partir de 1860, verificou-se uma mudança neste sentido, surgindo Feira de Santana e Alagoinhas, regiões interior³anas, produzindo farinha para o mercado soteropolitano. A primeira sempre se destacou como produtora de farinha, em³bora sua produção atendesse apenas ao consumo local. Com o novo sistema de "ocupações da terra" esta situação come³ça a apresentar sinais de mudanças e estas áreas foram assumindo, gradativamente, aspectos de comunidade de pequenos fazendeiros, sob a forma de sítios produtores de gêneros alimentícios. A mandioca torna-se a mais importan³te cultura da região, aumentando, conseqüentemente, a capacidade de produção da farinha. O seu comércio evolui, estendendo-se até ao mercado da cidade do Salvador e ou³tras vilas do Recôncavo. (POPPINO, 1968:173).

Esta ocorrência, observada por volta de 1860, não implica em negar a existência da grande propriedade, apenas gran-

3. DIÁRIO da Bahia - 25 setembro 1857 N.216 P.1 - Falla do Presidente da Província em 1 setembro 1857.

de parte dela sofreu o processo de desintegração. E, em relação aos produtos de subsistência, o roceiro utilizava também estas terras, através do sistema de meação. Portanto a farinha era produzida na pequena propriedade e na grande propriedade nesta região⁴.

Existiam também solos que melhor se adaptavam ao cultivo da mandioca. Os mais utilizados eram os massapês, salões e areia. (Vilhena 1969:200). Em referência ao massapê, observa-se que a mandioca, por se tratar de um tubérculo, não era recomendável o seu plantio "em terras baixas, mal drenadas, onde a unidade apodreceria a raiz durante sua longa permanência na terra". Acrescenta-se ainda que o tubérculo oferecia pouca proteção ao solo e propiciava-lhe por isso desgaste rápido (Matoso, 1978: 56).

Quanto ao aspecto do plantio da "manaiba", geralmente era praticado depois das chuvas, no mês de dezembro, em terrenos previamente roçados e queimados. Iniciava-se então o plantio utilizando-se a qualidade de mandioca preferencial. Dentre as várias existentes distingue-se a vulgarmente denominada João-dos-santos, por ser mais resistente ao apodrecimento sob a terra. Mas, por isso mesmo, exigia certa técnica no cultivo, isto é, a plantação deveria ocorrer em janeiro, fevereiro, ou março, observando-se covas bem mais rasas em relação as demais. Enquanto, a plantação na areia só deveria ocorrer na primavera, preparando-se adequadamente o terreno durante os meses de julho e agosto.

Em relação ao nível de produtividade, calculava-se uma média de "vinte alqueires por mil covas". Acreditava-se na época, que dois escravos trabalhando dez dias plantavam o

4. A questão dos centros produtores será estudado mais profundamente em capítulo próprio.

suficiente para obter-se quarenta alqueires de farinha , sendo que vinte deles seriam consumidos pelos dois referidos escravos⁵. Todavia essa lavoura era considerada, por muitos lavradores, como colheita "tardonha e menos lucrativa" que as outras, vez que o tempo previsto para o amadurecimento e colheita era de dezesseis a dezoito meses.

Realizada a colheita fabricava-se a farinha de mandioca, cujos engenhos são comentados por Braz do Amaral, em análise feita a quinta carta do Prof. Luis Vilhena. Segundo o comentarista, o processo de fabricação da farinha não oferece grande novidades, em relação ao utilizado nos tempos atuais. Concluiu-se então que a técnica aplicada na indústria, nos meados do século XIX, deveria ser praticamente a mesma referida por Vilhena para o século XVIII. "Raspa-se muito bem a casca daquelas raízes, depois do que se rala em uma roda, cuja periferia é toda vestida de um ralo de lâminas de cobre, que, em breve tempo, a desfaz; aparase em um côcho de pau, donde se lança, em porções, em um saco feito de palha, com consistência, qual a do rotim, a que chama titara, e ao saco tapetis, no qual pendurando-lhe um pêso em uma das extremidades, escorre toda a água, que apesar de ser pestilencial, o polme que senta no fundo dos vasos em que se recolhe, é que se fazem as carimãs, e a muita goma que vai para essa cidade, e Reino; em outras partes a metem em uma prensa para escorrer melhor, e dar mais expedição. Depois que fica espremida a torram em uns alquidares de barro com bastante praça, revolvendo-a incessantemente com um pequeno rôdo; e de ser bem, ou mal raspada as raízes, melhor, ou pior torrada, é que procedem as qualidades de farinhas"... (Vilhena 1969:201). Em 1858, a província da Bahia conhece as primeiras tentativas de aperfeiçoamento da técnica de fabricar farinha, através da in

5. MATOSO, Kátia. Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado P. 56. Transcrevendo a carta de José da Silva Lisboa.

trodução de máquinas, movidas a água e animais, de invenção do engenheiro Frederico Hevatmann, residente no Rio Grande do Sul. Foram instaladas, por ordem do Presidente da Província, uma na propriedade do Sr. Conselheiro Francisco Gonçalves Martins e outra na Colônia Nacional do Rio de Contas, com o intuito de servir aos colonos⁶.

A inovação técnica na indústria da farinha parece não ter obtido maior alcance a nível social. Pelo menos durante a década dos anos 60, quando as crises se sucediam e providências eram adotadas, no sentido de aumentar a produção da farinha, não encontramos mais nenhuma referência a estas máquinas. O método antigo de fabricação predominava e a razão é-nos dada ao analisar o baixo poder aquisitivo do pequeno produtor. Um outro aspecto deve ainda ser enfatizado, é a importância da farinha como produto básico alimentar e o seu alto consumo pelas classes populares. Já nos dizia Vilhena que, na sua época, o pão era considerado como regalia para os escravos e "filhos do Brasil". Mesmo assim, devido à falta de hábito, dando-lhes o pão, preferiam a farinha (Vilhena, 1969: 159). Dessa forma fazia-se premente uma produção capaz de corresponder aos altos índices de consumo, exigidos pela população baiana.

Em última análise, aborda-se a questão suscitada em torno da grande controvérsia relativa ao valor nutritivo da farinha de mandioca. O naturalista francês Auguste Saint Hilaire apresentou críticas quanto ao aspecto nutritivo da "farinha de pau", ou, como era designada por outros "pão da terra" e "farinha de guerra". Jenni Gregory também não acredita no seu teor alimentício, chegando a indicá-la como propiciadora de doenças como o beriberi. Posteriormente, já no presente século, o Boletim da Agricultura atesta "o inequívoco valor alimentar" do produto. Nesta época

6. DIÁRIO da Bahia - 19 julho de 1858, JORNAL da Bahia - 1 janeiro 1860

ca (1917) chegou-se a levantar a campanha no sentido de substituir a farinha de trigo pela da mandioca: "Substituir o trigo deve ser, pois, o nosso ponto de vista, e para isto devemos envidar os maiores esforços". "Farinha alvíssima, secca, muito fina, tendo a vista e ao tacto as mesmas características da melhor farinha de trigo"⁷. Carlos Borges Schmidt também assegura a riqueza da farinha em hidratos de carbono e em vitamina B⁸.

7. BOLETIM da Agricultura - 1917/1922. A primeira citação é do Dr. Alfredo Jordão J^{OR} (S.Paulo). A segunda trata-se de uma propaganda da farinha de mandioca no Boletim.
8. MATOSO, Kátia. Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado. Referências dos trabalhos de Gregory, Jenni. ABC of vitaminis. 1938. Schimidt, C.B. o Pão da Terra. Nota 18 p.57.

1.2. A Mandioca como lavoura de Subsistência

A grande lavoura comercial vinculada ao mercado externo necessitava internamente do apoio e segurança de uma atividade de subsistência, que lhe garantisse expansão e lucro. Não haveria condições de atender-se ao comércio europeu sem a força dessa atividade acessória que, no dizer da Professora Yeda Linhares, torna-se-ia em "retaguarda da atividade maior" acompanhando-a nos seus azares e nas suas euforias de mercado, demonstrando sempre o seu caráter subordinado e subsidiário ao longo dos séculos.

Nos meados do século XIX, na província da Bahia, a cana de açúcar ainda prevalecia como atividade maior e a farinha de mandioca, considerada como gênero alimentício básico de uma economia subsidiária, respondia pelas condições de vida da maior parte da população, inclusive da mão-de-obra empregada na grande lavoura.

A despeito disso, a farinha de mandioca, não se integrava ao sistema de produção como base da economia local. Isto justifica a forma desorganizada com que se processava, a sua produção bem como a evidência de uma contradição da própria sociedade soteropolitana, quanto ao aspecto da escassez verificada na praça. Carestia e falta de farinha em uma cidade, capital de uma província de área tão extensa, com possibilidades de produzir em abundância não se concebia facilmente.

Uma crítica é formulada em torno desta situação pelo próprio Presidente da Província Herculanô Ferreira Penna. "É para lamentar, senhores, que o lavrador baiano, o rico se-

nhor de engenho, dispondo de tantos e tão férteis terrenos, abandone o cultivo da mandioca e dos cereais, e se deixe colocar na triste necessidade de comprar estes gêneros a outras províncias para o sustento da escravatura empregada na lavoura"¹.

É verdade que existia uma lei reguladora do sistema de abastecimento, sempre renovada, mas sem êxito. Tratava-se da lei das covas, por cabeça de escravo, lançada em 1688, 1701, 1767, 1834. Na Carta Régia de 25 de fevereiro de 1688 dirigida ao governador do Brasil, constava o seguinte: "... que obrigue a cada um dos lavradores, que morarem 10 léguas fora da cidade, a que em cada um ano plantem pelo menos 5 mil covas de mandioca". O Alvará de 27 de fevereiro de 1701 ordena "os donos das embarcações que navegam para as costas d'Africa, tenham roças próprias para a custeação das suas embarcações, isto por todo o Brasil". (Vilhena, 1969/158). Com o decorrer do tempo algumas modificações se verificavam nestas leis referentes à farinha. Em 1834, a Câmara de Cachoeira votou uma postura, "obrigando todo lavrador a plantar 500 covas de mandioca, por cada cabeça de escravo que possuisse". (Mattos, 1960/69).

Estas determinações legais quase nunca vigoraram, porque feria os princípios da divisão do trabalho, da plena liberdade de comércio, defendida pelos partidários das idéias liberais na época e, obviamente, os interesses dos senhores de engenho. Desde o início do século XIX, observava-se esta tendência, francamente anunciada pelo Desembargador João de Brito: a mandioca podendo ser cultivada em qualquer tipo de terra, não deveria sê-lo no massapê, so

1. MATTOSO, Kátia - Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. Transcreve a Falla do Presidente da Província na abertura da Assembléia Legislativa, em 1860. P.247. Nota de pé de página 511.

lo específico para a lavoura da cana de açúcar. (Eritz, 1821/29).

O eminente Senhor Desembarcaador, ao fazer esta colocação, traduzia o pensamento da aristocracia rural, ainda predominate nos meados do século e que funcionava como instrumento de coação junto às autoridades constituídas. Por outro lado, na área urbana de Salvador, a liberdade comercial defendida pelos senhores comerciantes pressionava também a Câmara, cuja atribuição consistia "em tratar dos negócios e de outros assuntos de proveito e de utilidades dos seus municípios"².

O caráter secundário e a condição de desprestígio pelas lavouras de subsistência, no cenário econômico da Província, condicionava a sua integração na hierarquia de produção a nível inferior, na base da pirâmide. Enquanto os "produtos reis" representados pelos produtos de exportação encontravam-se no topo da pirâmide. Confirma-se então a tese de alguns autores, segundo a qual "a demanda externa, reformou a evolução agrícola brasileira" (Sodrê, 1968:350). A grande disponibilidade de terras tornou esta transformação possível e comprometeu a produção dos gêneros alimentícios.

Os problemas apresentados refletem as contradições internas inerentes ao próprio sistema implantado de fora para dentro cujas heranças e sobrevivências resistem ao tempo e articulam-se em um novo processo de conquista, através da "ação recíproca" desenvolvida entre os meios de produção.

2. DIÁRIO DO BAHIA - 21 de março de 1829 p.1 - A nota diz que a citação está baseada na lei de 10 de outubro de 1828.

O período de transição para o modo de produção capitalista, da mão-de-obra escrava para a livre, não trouxe, como poderia tê-lo feito, novas perspectivas para a agricultura de subsistência. A massa escrava não se transformou em "comunidades de subsistência", como era de esperar mas em "comunidades tuteladas" com acesso à terra apenas para "produção de autoconsumo e moradia", reduzindo assim as possibilidades de expansão da lavoura dos gêneros alimentícios. E que o temor às comunidades de subsistência "devia-se a ameaça que se presumia, então poderiam representar para a empresa agro-mercantil. Constituir-se-iam em uma duplicidade econômica estabelecida, que mesmo com prioridade para a atividade maior, iria aumentar as possibilidades dessa atividade menos praticada pelos sitiantes posseiros e isto não poderia ocorrer na Província da Bahia, onde a estrutura econômica e social estava apoiada no grande empreendimento agro-mercantil.

A repercussão sócio-econômica dessas comunidades de subsistência, caso vigorassem, atingiria as classes menos abastadas das cidades como Salvador, atendendo-lhes nas suas necessidades básicas, ao tempo em que aumentariam o poder aquisitivo do trabalhador rural.

Em decorrência de todas essas implicações, poucos se dedicavam à agricultura itinerante e, quando o faziam, nem sempre pretendiam o mercado como fator prioritário. Esta situação é-nos indicada pelo documento assinado por Manuel Pinto da Rocha, dirigido ao Presidente da Província João Lins C. Sinimbú, onde expõe claramente a realidade desta lavoura: "porque todos os lavradores que plantão os cereais, colherão para o seu consumo"³. Em última instância percebe-se que se conseguiu com esta nova modalidade frustrar os planos de expansão da agricultura de subsistência.

3. APEB - Seção Histórica - Offício ao Presidente da Província. Gêneros Alimentícios. 26 dezembro 1857.

A Lei de Terras do Brasil, de 18 de setembro de 1850, em vigor a partir de 1854, contribuiu também para este estado de coisas na medida em que instituía a compra como a única forma de adquirí-las. O pequeno produtor, sem recurso, integrava-se como assalariado à lavoura comercial.

A lavoura de mandioca ressentia-se de todos estes impactos referidos e, apesar de desempenhar um papel de fundamental importância econômico-social na província baiana, não apresentava maiores perspectivas. Coexistindo desde os primórdios da colonização, ao lado de uma atividade maior e funcionando como elemento de sustentação desta, possuía, entretanto, uma organização de produção muito diferente. Enquanto a lavoura comercial permanecia vinculada ao latifúndio, sob o regime de trabalho escravo, a planta dos pobres, representada pela lavoura de subsistência, no nosso caso, a mandioca, desenvolvia-se em diferente modalidade de ocupação da terra. Encontrava-se na grande propriedade canavieira, em parte reservada para o seu plantio, no intuito de assegurar o abastecimento dos grupos humanos ali residentes; nas regiões da pecuária, havia áreas reservadas para o cultivo dos produtos alimentícios, recebia a denominação de "sítio dos moradores" e ainda existiam as pequenas propriedades, chamadas de "lavouras especializadas", voltadas também para o abastecimento de outros centros consumidores.

Diz-nos Popolino que, em 1860, na vila de Feira de Santana, ocorreu o desenvolvimento de um novo sistema de ocupação de terras proveniente da desintegração das grandes fazendas de gado. Verificam-se dessa maneira, na região, os primeiros indícios de uma comunidade de pequenos fazendeiros. (POPPINO, 1968:107). Compreende-se assim o aumento da produção ali verificada e o atendimento prestado ao abastecimento da capital setecentista, principalmente em termos de farinha de mandioca, na época referida.

O abastecimento da cidade do Salvador derivava deste tipo

de organização da produção conferida às atividades acessórias. No entanto, o acesso as áreas produtoras, constituía-se em mais um problema, vez que as mais próximas ocupavam "as péssimas terras do litoral"⁴, portanto, com capacidade de produção limitada, sem condições de atender à demanda. O Presidente da Província João Lins Cansansão Sinimbu chegou a declarar que, nas referidas áreas do litoral, "a produtividade negou-lhes (aos pequenos produtores) os meios de adquirirem alguma fartura"⁵. Por outro lado, nas áreas mais longínquas, as terras mais férteis produziam com mais fartura, porém o difícil acesso dificultava as relações de troca⁶.

A prioridade da grande lavoura comprova-se insistentemente, isto é, as terras melhores e mais próximas estavam a serviço da indústria agrícola, em detrimento da lavoura de manutenção. Isto repercutia negativamente no abastecimento alimentício da cidade de Salvador, que, diante de tais circunstâncias, tornou-se muitas vezes dependente do comércio importador da farinha em caráter complementar.

Um outro aspecto da questão refere-se ao escoamento do capital através do comércio importador, capital que, aplicado nas áreas produtoras, poderia aumentar o índice de produtividade, atender melhor à demanda interna, ao tempo em que contribuiria para amenizar as crises de subprodução que ameaçavam frequentemente o abastecimento dos centros populosos como Salvador. A contradição da dualidade, verificada na estrutura produtiva, sempre geradora da superprodução para os produtos de exportação e subprodução

4. DIÁRIO da Bahia - 25 setembro 1857 N.216 P.1 - Falla do Presidente da Província João Lins C. Sinimbú em 19 setembro de 1857.

5. Idem.

6. Idem.

para os alimentícios, poderia ser atenuada, na medida em que estivesse mais a serviço das necessidades do povo e não em função exclusiva dos interesses comerciais. Seria difícil porém mudanças desta ordem, porque não se tratava, tão somente de um velho problema de estrutura, ou meramente de circunstâncias como queria fazer crer o Sr. João Lins C. Sinimbu⁷, mas sobretudo, de interesses econômicos em jogo que não poderiam ser atingidos em nome da boa ordem reinante.

A dependência da "lavoura especializada" tornava-se ainda mais acentuada, quando se desenvolvia simultaneamente na mesma região, coexistindo com a lavoura nobre. A vila de Nazaré das Farinhas, cuja economia se baseava na agricultura de exportação de cana de açúcar, fumo e café, constituía-se também em um dos mais importantes produtores de farinha de mandioca. Em 1867, a moléstia da cana, a redução da produção do café e fumo, e a queda dos seus preços no mercado europeu, anunciavam uma crise iminente da produção da farinha, que, como atividade menor, sempre subordinada às atividades maiores, sentiu-se e o efeito fêz-se sentir nas feiras, principais motoras do comércio local e inter-setorial, cujas transações decaíram perdendo o dinamismo gerado pelas possibilidades do poder aquisitivo do consumidor⁸.

Diante do exposto, fica patente que a chamada "agricultura especializada" estaria sujeita a duas determinantes: uma sempre em função da agricultura de exportação e dos seus interesses e a outra vinculada a economia do abastecimento dos centros urbanos e do auto-consumo das

7. DIÁRIO da Bahia - 25 setembro 1857 N.216 P.1 - Falla do Presidente da Província João Lins C. Sinimbu em 19 setembro 1857.

8. DIÁRIO da Bahia - 6 dezembro 1867. Transcreve a nota da gazeta "o Regenerador" da cidade de Nazareth.

populações rurais. Ambas, no entanto, estariam subordinadas ao poder econômico e político gerado pela monocultura latifundiária.

Mas, conforme já comentamos, a agricultura de subsistência, como parte secundária de um grande empreendimento agro-mercantil, só era viável quando exercida a curto prazo porque somente assim ela não exigia maiores investimentos, aperfeiçoamento de mão-de-obra, avanço nas técnicas de produção, etc., bastante comprometedores para a economia de exportação.

Dessa maneira o déficit dos produtos alimentícios, em especial o da farinha de mandioca, teria de ocorrer frequentemente, constituindo-se em uma das características da estrutura de produção dos gêneros alimentícios, cujos reflexos e heranças foram-se transmitindo gradativamente à sociedade baiana, no decorrer de anos e séculos.

1.3. Os Centros Produtores

As irregularidades do abastecimento dos gêneros alimentícios, da cidade do Salvador, deviam-se também, em parte, à ausência de um cinturão verde em suas proximidades, com produção capaz de atender ao mercado local. Desprovida dessa condição, a capital da província estava sujeita à produção das vilas e comarcas, tradicionalmente produtoras de farinha, como S. Mateus, Caravelas, Porto Seguro, Camamu, Cairú, Aldeia, Maragogipe e Nazaré¹. Estes centros produtores localizados geograficamente ao longo do litoral baiano dispunham de condições favorecedoras de fácil escoamento da produção para os centros urbanos maiores, principalmente Salvador. No decorrer dos anos, outros centros produtores iam surgindo como Alcobaça, Barcelos, Camamu, Maraú, Valença, Santarém, Barra do Rio de Contas, Cachoeira, Canavieira², de disposição geográfica, também na zona costeira. Mais tarde destacavam-se Alagoinhas, Ilhéus, Santo Amaro, Feira de Santana³. Destacavam-se dessa feita dois centros produtores do interior da província.

1. De acordo com Vilhena, estes seriam os principais centros produtores no século XVIII.
2. Relatório da Assembléia Legislativa da Ba. O Exm^o Sr. Dr. José Bonifácio Nascente de Azambuja - 19 março 1868. Nos meados do século XIX, encontram-se os já citados centros produtores, acrescidos destes outros.
3. Falla da Ba. recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Ba. Presidente da Província Joaquim Antônio Fernandez Leão - 19 março 1862. Foram acrescentados mais estes centros de produção na década dos anos 60.

Desse modo, é bastante perceptível a dependência do mercado soteropolitano dessas vilas e comarcas produtoras. Inicialmente, essa dependência se fazia em torno de sua "hinterlândia"; posteriormente das regiões mais distantes e nas épocas de crise, recorria-se à importação de outras províncias.

Cumprir notar que, a depender das circunstâncias, a cidade do Salvador desempenharia o papel de exportadora ou importadora, recorrendo ao comércio inter-provincial, na realização dessas transações, para suprir-se ou para exportar o produto. Nas conjunturas mais difíceis a mercadoria vinha das seguintes províncias, considerando-se o volume de importação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Paraná⁴.

Nas épocas em que ocorria o aumento da produção e se dispunha de grandes estoques, providenciava-se a exportação para as províncias, como Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Sergipe, Ceará⁵.

Convém destacar a importância da vila de Nazaré como centro de produção para a capital. Sua função de fornecedora do produto fez-se sentir através dos séculos, o que lhe valeu, o nome sugestivo de "Nazaré das Farinhas". O Prof. Mott, no seu trabalho "Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil", chama a atenção para as feiras ali

4. Relatório da Assembléia Legislativa da Ba. Dr. José Bonifácio Nascente de Azambuja - 19 março 1868 - Diário da Ba. 21 abril 1858.

5. Relatório da Assembléia Legislativa da Ba. Dr. José Bonifácio Nascente de Azambuja - 19 março 1868 - Diário da Ba. 21 abril 1858.

existentes desde o século XVIII, aos sábados, naquela localidade, onde se vendiam cerca de 10 a 12.000 alqueires de farinha⁶, feira esta ainda permanente nos meados do século XIX e constantemente mencionada nos jornais de Nazaré da Capital, os quais traziam sempre os preços e comentários sobre os negócios da farinha⁷.

Não obstante, após a grande crise de 1860, a participação da vila de Nazaré no abastecimento de Salvador decresceu em virtude do grande atendimento prestado às regiões necessitadas, ocorrendo então a crise posterior já prevista e comentada pelos "Homens Bons" da terra⁸. O volume de exportação da farinha sempre presente nos jornais desapareceu. Somente seis meses depois, a partir de janeiro de 1861, os matutinos voltam a publicar a sua produção e capacidade exportável. Mas, em relação ao mercado de Salvador, a situação só volta a regularizar-se em 1867, quando torna a dominar o mercado do abastecimento.

O abastecimento da capital sempre pôde dispor da produção de Nazareth vez que, a própria localização o favorecia, dando-lhe inclusive a chance de lançar no mercado o produto a preços mais baixos que as demais produtoras já referidas. Enfim, o centro produtor em questão, exercia a liderança do mercado local, indicando o nível de oferta na praça, o preço, bem como as condições de crises e as perspectivas a que estaria sujeito o mercado soteropolitano.

6. MOTT, Luiz R.S. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil P. 89.

7. DIÁRIO da Bahia - 21 abril 1869 N.90 P.1 transcrevendo o Jornal "Regenerador de Nazaré". Trata-se apenas de um exemplo, porque esta ocorrência seria diária nos jornais.

8. DIÁRIO da Bahia - 19 outubro 1861 P.1

Nos últimos dez anos do nosso estudo, as vilas de Feira de Santana, Alagoinhas, Ilhéus, apresentavam-se no mercado e participavam do processo de produção dos gêneros alimentícios⁹. Em se tratando de Feira de Santana, o aumento da produção verificado deveu-se ao "novo sistema de ocupações da terra", baseado no desmembramento das grandes propriedades em comunidades de pequenos fazendeiros, que tomaram a forma de sítios integrais, na lavoura de manutenção (POPPINO 1868:107). A capital da província beneficiou-se com esta mudança, ocorrida em termos de suprimento local, principalmente após a introdução do transporte ferroviário, que facilitou em muito o escoamento da farinha e demais produtos para o grande centro metropolitano.

A vila de Alagoinhas começa a destacar-se também como produtora de farinha para a capital, a partir da década em apreço. Em 1860, o Presidente da Província, em atendimento à Câmara Municipal daquela localidade, lança uma postura exigindo dos senhores plantadores de lavouras nobres, a prática de agricultura de subsistência, ao menos uma vez por ano¹⁰. A implantação da ferrovia, ocorrida em

9. DIÁRIO da Bahia - 16 agosto 1866 n.193 - transcrevendo o Noticiador de Alagoinhas 17 outubro 1866 n.236. Transcrevendo o Comercial de Feira de Santa Ana de 21 fevereiro 1866. Transcreve a exportação de 1965 da farinha da cidade de Ilhéus para a capital.
10. DIÁRIO da Bahia - 6 dezembro 1860 N.280 P.1 - Parte oficial referente a Presidência da Província. Expediente. Consta da Postura: " Todo o proprietário, fazendeiro e rendeiros neste município serão obrigados annualmente a fazer plantações de mandioca, inhame, batata doce, inglesa acarã e araruta"... " embora cultivem a cana, café ou tabaco como gêneros de exportação".

1864, contribuiu igualmente para o escoamento mais rápido dos produtos daquela área para a cidade do Salvador, que passou a usufruir de mais uma fonte de produção para o seu abastecimento.

A vila de Ilhéus distingue-se como produtora de farinha para a cidade do Salvador, a partir da década dos anos 60. A sua presença fêz-se marcante, principalmente nos anos 1864/65, quando apresentou uma exportação da ordem de 2.656 sacos de farinha, no valor de 5:312\$000 e 4.444 sacos, no valor de 6:252\$400, respectivamente¹¹.

Constantemente o comércio nas fontes de produção do interior era vítima das arbitrariedades praticadas pelos atravessadores, no sentido de açambarcar o produto da fonte. O objetivo era impedir a circulação da mercadoria no local de produção¹², levando-a diretamente à capital, mercado consumidor mais propício e lucrativo. Estas práticas eram consideradas socialmente nocivas, porque além de esvaziarem a região de um produto alimentar básico, tornava esse mesmo produto oneroso e de difícil aquisição.

A Postura Restritiva de Comércio, frequentemente lançada na praça de Salvador, visava coibir estes abusos que permitiam altos lucros aos comerciantes, mas empobreciam os produtores, a população, a região produtora.

Havia ainda um aspecto negativo a ser considerado; nem sempre a produção adquirida chegava ao centro consumidor da cidade do Salvador. A depender das vantagens dos mer-

11. DIÁRIO da Bahia - 21 fevereiro de 1866 N.42.

12. EXCEÇÃO feita a vila de Feira de Santana, que não permitia o comércio de farinha ou de qualquer outro gênero alimentício antes das 14:00, com o intuito de atender com primazia a demanda local.

cados, o produto poderia ser desviado para o norte, deixando a capital em déficit, mal abastecida, no que se referia à farinha (e aos demais produtos alimentícios).

Disso resulta o caráter "elástico e inelástico", atribuído pela Professora Kátia Matoso a este mercado de abastecimento. A irregularidade de produção e importação tornava-o "elástico" e a oferta inferior a demanda, devido ao aumento constante das necessidades da população local e da flutuante, tornava-o "inelástico". De tudo isso resultava uma permanente situação de instabilidade no sistema de abastecimento da farinha para a capital baiana, situação esta que os esforços oficiais quase nada logravam modificar.

1.4. Os Lavradores da Mandioca

Na formação econômico-social da província baiana, no século XIX coexistiam vários tipos de relações de produção . Destacava-se todavia como relação de produção dominante , aquela voltada para o comércio externo, exercida pelo senhor rural, proprietário dos meios de produção e a do trabalhador direto representado pelo escravo de origem africana. Assim, este tipo de relação ainda se fazia, neste período de transição pré-capitalista, baseada predominantemente em relações pessoais.

O pequeno plantador apresentava-se nessa formação social como mais um elemento da relação de produção existente, embora subordinado pela dominante, já referida, que lhe impunha suas condições, adaptando-o sempre a seus interesses e conveniências. A integração do trabalhador rural , mão-de-obra livre, no sistema implantado, seria em função da reprodução do próprio sistema, portanto em proveito das forças dominantes. A prova disso evidencia-se no fato enunciado pelo Presidente da Província "Os trabalhadores livres, desafogados dos terrenos mais favoráveis à indústria agrícola pela concorrência do trabalho escravo, viram-se forçados a ocupar as piores terras do litoral ou as mais férteis do interior"¹.

As relações de produção impõem-se naquele momento claramente, indicando a dominação efetiva dos grandes fazendei

1. DIÁRIO da Bahia: 25 Setembro 1857 nº 216 P.1 - Falla do Presidente da Província João Lins C. do Sinimbu na abertura da Assembléa Legislativa - 1. Setembro 1857.

ros através da concentração da propriedade e a subordinação sofrida pelos trabalhadores rurais. Esta mão-de-obra livre assumiria, quanto mais próxima estivesse da capital da província, formas diferenciadas dentro das relações de trabalho, como morador, foreiro, rendeiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc. Observa-se, deste modo, que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas se fazia sentir nessa sociedade devido a uma dependência marcante para com os proprietários dos meios de produção, nesse caso, o grande senhor rural.

Pode-se ainda acrescentar que o sistema implantado pela posse latifundiária da terra permitia a presença do pequeno lavrador nesse relacionamento mantido a nível pessoal com o senhor proprietário, na medida em que o domínio era exercido mediante a sub-utilização da terra, ocorrência esta muito comum nas regiões do Recôncavo, vez que, nas mais longínquas, a posse da terra verificava-se com frequência através da ocupação primária em decorrência do menor valor comercial que elas encerravam.

As pequenas e médias propriedades mais distantes, que poderiam ser cultivadas pela mão-de-obra livre representada pelo lavrador sitiante, no sentido de expandir a agricultura de subsistência, não encontravam a devida receptividade do poder público. O governo imperial, exarando a Lei de Terras de 1850, dificultava a expansão dessa agricultura. É que essa expansão, voltada para o suprimento das populações, podia comprometer o avanço das lavouras nobres. Então a lavoura de subsistência teria de ser sacrificada, em função dos interesses comerciais e necessidades alheias à da população. Os pequenos produtores não serão os únicos prejudicados, mas as populações urbanas pagarão o pesado ônus da escassez e carestia dos produtos alimentícios.

Assim, parece-nos bem evidente o motivo pelo qual se fa-

zia necessário o controle da propriedade das terras do Re^ucôncavo baiano, pelo grupo tradicional mantenedor do sistema.

O caráter agro-mercantil da estrutura econômico-social da província baiana, não permitia ao lavrador receber liber^utar-se da dominação do latifundismo, daí a afirmação de que "o controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo o ensaio de atividade agrícola independente da empresa mercantil"². Obedecia, desse modo, a economia em vigor, às pressões de ordem externa e interna. A primeira estava sob o signo do capitalismo em expansão e a segunda do latifundismo implantado nas áreas periféricas para mantê-lo.

Cabia ao pequeno agricultor, mão-de-obra disponível, o de^usempenho mínimo, na condição de "morador" das grandes pro^upriedades, de exercer a função de cultivar as terras para uso pessoal, e dirigir o excedente da produção para os en^ugenhos. Constituíam-se esta atividade na única alternativa viável; não havia outro papel a ser desempenhado por ele na sociedade em questão.

O abastecimento da cidade do Salvador, nos meados do sécu^ulo XIX, estava sujeito a todas estas implicações de ordem sócio-político-econômica, de acentuados resquícios colo^uniais, resistentes ainda o suficiente para não permitir uma diversificação da lavoura, capaz de acumular capital interno e suprir concomitantemente as populações rurais e urbanas como as de Salvador.

Mas, nem por isso, deixava o lavrador das culturas de sob^urevivência de desempenhar um papel de fundamental impor^uta.

2. FURTADO, Celso. "A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro " in Análise do Modelo Brasileiro. P. 88-122.

tância histórica, considerando-se o aspecto das forças produtivas em evolução, mesmo exercendo um mero trabalho reprodutivo do sistema. Capistrano de Abreu refere a propósito: "um lavrador de mantimentos, disposto a aproveitar todas as potencialidades do meio... podia lucrar tanto como um senhor de engenho de primeira ordem"³. Na verdade existia um temor dos grupos sociais interessados nos setores produtivos dos gêneros exportáveis, quanto a expansão da lavoura de subsistência e esta colocação do autor justifica as preocupações dos grupos mais fortes que, conscientes da significação sócio-econômica deste segmento da população no processo histórico em curso, tentavam impedir o seu avanço.

Cumpra ainda observar o papel deste lavrador, na hierarquia social do mundo rural, no período em foco. O pequeno produtor agrícola mencionado, não participando da grande exploração da terra e conseqüentemente sem condições de concentrar riqueza e poder, esteve sempre desprovido do prestígio e do poder de dominação conferida apenas ao grande senhor rural. Diz-nos Poppino que "o tipo de trabalho executado pelo roceiro era considerado abaixo da dignidade das demais classes, exceto dos escravos". (POPPINO, 1968: 93). O desprestígio conferido à lavoura de subsistência acompanhava os seus lavradores, a ponto de serem tratados "como uma classe tributária da grande lavoura de exportação e das populações urbanas que tinham a seu serviço as autoridades". (Almeida, Romulo. 1951:6).

A mentalidade da época refletia o preconceito existente, em relação ao trabalho braçal, decorrente de uma sociedade escravocrata, em que o conceito de trabalho sempre associado ao negro escravo, adquiriu o sentido deturpado de desvalorização.

3. LINHARES, Yella: O Problema do abastecimento numa Perspectiva Histórica. A autora cita Abreu Capistrano. Introdução a Diálogos das Grandezas do Brasil. P.15.

O agricultor dedicado às atividades acessórias sofria este impacto social. Sem capital para compras de escravos (com raras exceções), trabalhava sua própria terra, condicionando-se socialmente ao nível de trabalho aviltante, predominante na época e transferido através dos séculos à população. De acordo com esta mesma mentalidade, reconhecia-se como nobre a lavoura de exportação, enquanto se admitia menor significação para as denominadas atividades especializadas. A célebre frase de Ferreira da Câmara, ainda válida neste contexto, atesta esta concepção " não plantava um só pé de mandioca para não cair no absurdo de renunciar a melhor pelo pior que nela há" (Britto , 1924:100).

Desenvolveram-se assim, não somente na província da Bahia, mas em grande parte do território nacional, "valores e formas de comportamento de sociedades agrárias aristocráticas: desvalorização do trabalho manual, fenômeno típico das sociedades escravocratas" (Costa, 1977:179). Ora, o lavrador roceiro, mão-de-obra livre, não querendo dar-se ao luxo da ociosidade, praticava a agricultura de subsistência, desvalorizada mesmo a nível interno e sem condições de conferir status social a quem quer a exercesse. Então o baixo padrão econômico e social dessa lavoura, não somente impregnou o agricultor, mas terminou por interferir na sua capacidade de produção e expansão, prejudicando a economia de subsistência, por conseguinte a oferta de alimentos necessária ao abastecimento da capital da província.

Mesmo em se tratando da povoação de Nazareth, principal reduto produtor de farinha, as condições de vida do cultivador de mandioca eram precárias. Dizia no início do século o Sr. Ferreira da Câmara "Fui testemunha há ano e meio, estando na povoação de Nazareth da desgraça e sorte de cultivador da mandioca". (Brito, 1821:100).

O mesmo senhor declarava: "como se os lavradores do pão devessem ser considerados como pessoas de inferior qualidade à sua, a quem nunca fosse lícito de tirar partido do seu suor e indústria" (idem)⁴.

Parece-nos que nos meados do século a situação não estaria mais favorável para estes lavradores do pão. Haja vista o grande abalo da produção sofrido na província da Bahia, nesta época, em decorrência do abandono dos lavradores da cultura por considerarem-na "pouco lucrativa"⁵. A crise chegou a tal ponto que Nazaré, Maragogipe e outras povoações do Recôncavo, que antes produziam para a capital, passavam a comercializar no sentido inverso, isto é, vinham para os portos de Salvador abastecerem-se.

A Junta Diretora da Associação Comercial teria diagnosticado a situação como proveniente da política restritiva de comércio, imposta na época⁶. Mas, observando-se a realidade já analisada, o que se percebe é a tentativa de libertação dessa gente através do emprego de sua força de trabalho em outra atividade, capaz de oferecer melhores perspectivas como era o caso na ocasião das culturas do tabaco, café e cacau. Enquanto isto, a lavoura de cereais decrescia em todas as áreas produtoras como Alcobaça, Santa Cruz, Vila Viçosa.

4. Informa-nos a autora Katia Matoso que o lavrador de gêneros de subsistência não teve a sua categoria social bem definida nesta hierarquia social e que, tradicionalmente se acredita que tais proprietários rurais eram de pequeno porte, o que ainda precisa ser provado "Obra citada" P. 161.

5. DIÁRIO da Bahia - 6 março 1858 P.1 n.5

6. DIÁRIO da Bahia - 6 março 1858 P.1 n.5

Em relação à produção de mandioca, a crise ainda se tornava mais grave; a queda de produtividade alastrava-se alcançando Canavieiras, Cachoeira, Maraú, Barra do Rio de Contas, Caravelas etc⁷. A justificativa apresentada para esta circunstância foi: "a falta de braços" ou "muitos proprietários tem passado dessa fabricação para outros gêneros, que mais lucros dão"⁸.

Assim, as novas agriculturas da exportação, o cacau e o café iriam disputar a mão-de-obra com a agricultura especializada de produtos alimentícios, ocorrendo então o deslocamento desses braços para as mencionadas culturas consideradas mais lucrativas e capazes de proporcionar maior ascensão social.

O lavrador sitiante deixou-se absorver pela grande lavoura, mesmo porque integrando-se a ela estaria desvinculado da política restritiva, imposta pelo poder público, das fiscalizações nos portos, das esperas no cais para obter licenças, enfim da instabilidade que caracterizava a distribuição e intercâmbio dos produtos alimentícios na capital da província.

O deslocamento desta mão-de-obra livre para outras culturas e culturas de "plantation", cuja força de trabalho empregada anteriormente estaria a cargo da mão-de-obra escrava, trazia uma conotação de cunho social, típica desse momento de transição vivido, isto é, passagem de um regime de servidão para o do trabalho remunerado. Tratava-se por isso de uma época difícil, comum a quase todo o território nacional; Paraíba, Alagoas, Pernambuco, queixam-se do mesmo mal. "A absorção dos pou-

7. DIÁRIO da Bahia - 29 setembro 1857 nº 219 P.1 -Falla do Presidente da Província João Lins Cansansão do Sinimbu.

8. Idem.

cos braços pela lavoura de canna e do café, não apenas prejudicou as pequenas culturas como paralizar em algumas províncias vizinhas a criação de gados"⁹. O Presidente da Província diante da precariedade observada na produção de gêneros alimentícios, propõe o restabelecimento da pequena propriedade recomendando para isto a imigração estrangeira e o estabelecimento de núcleos coloniais com "os filhos do paiz"¹⁰

Tentando caracterizar este tão mencionado pequeno lavrador, o autor POPPINO oferece-nos alguns dados que nos ajudarão na sua identificação como elemento integrante do contexto rural. Embora não queiramos correr o risco de generalizar estas características, estendendo-as aos lavradores de outras regiões, podemos todavia avalia-las considerando o fato já referido da interiorização de alguns trabalhadores rurais, que não puderam fixar-se em terras do Recôncavo.

Revela-nos o autor que seriam estes lavradores, "elementos da raça branca empobrecidos ou mulatos mamelucos e negros livres", sem condições de obter terras próximas ao litoral, que se fixavam na região da então pequena povoação de Feira de Santana. Aí dedicaram-se à agricultura de subsistência, como a mandioca, milho, feijão, bananas, legumes. Inicialmente produziam apenas para atender o consumo local, posteriormente, desenvolveu-se a cultura de mandioca, alcançando certo destaque na economia regional, devido a grande importância assumida pela indústria da farinha de mandioca e o seu crescente mercado nas feiras realizadas na povoação

9. LINHARES, Yeda - O problema do abastecimento numa perspectiva Histórica. A autora cita uma colocação de POMPEU, Thomaz P. 210:211.

10. Idem.

ção.

Por volta de 1860, a sub-utilização da terra nessa região não era difícil, talvez devido ao fato da inexistência de uma "cultura plantation" como atividade dominante na área. Os proprietários concediam pequenas glebas desocupadas para os lavradores prepararem as suas roças, exigindo-lhes uma parte da colheita, já que na maioria das vezes os pequenos produtores não exerciam o domínio da propriedade da terra que cultivavam. Daí admitir-se somente a legalidade da condição dos lavradores sitiados, através dessa parte da colheita concedida. Aliás o sistema primitivo de agricultura por concessão este tipo de posse, provocador da exaustão do solo e conseqüentemente, do declínio da produção. Por isso estariam deslocando-se os roceiros constantemente pelas circunvizinhanças, cujas terras estivessem em melhores condições para o cultivo.

Com o decorrer do tempo, entretanto o sistema de concessão na esfera da produção dos gêneros alimentícios, vai paulatinamente sendo abandonado por um novo sistema capaz de garantir ao senhor proprietário das terras uma transição tranquila do regime de trabalho escravo para o livre. É que os "sítios dos moradores" cultivados pelos roceiros na região da pecuária, geralmente de parceria com os criadores de gado, terminaram muitas vezes, por suplantarem o criatório. Os senhores proprietários, sem condições de ampliar a mão-de-obra transferiam ao roceiro o direito de ficar com a maior parcela do rendimento da roça, tendo em contra-partida, de pagar pelo uso da terra, com o seu trabalho na fazenda. Tornava-se assim o lavrador roceiro, embora livre, bastante comprometido com o senhor das terras, enquanto a produção local garantia o abastecimento das feiras nos centros urbanos. Daí Feira de Santana ter contribuído em muito para o abastecimento de farinha da capital da província.

As condições de vida desses roceiros eram de extrema ca rência e pobreza, ainda bastante similar aos dos lavra-
dores do século XVIII. Habitavam com suas famílias em
cabanas rústicas, de paredes feitas de adobe, cobertos
de palha; o chão era de argila, em vista de ser a sua
construção sempre feita ao nível do solo. Em regra não
possuíam quase nunca mais de dois quartos e em algumas
delas, pequenas aberturas retangulares, na parede, fun-
cionavam como janelas. Internamente as portas, quando
as possuíam, eram de couro.

Estas choupanas eram construídas em áreas isoladas de
aproximadamente um hectare, no meio do mato; o seu aces-
so às roças era alcançado por estreitos caminhos, por-
que as estradas carroçáveis constituíam-se em privilé-
gio só permitido à casa da sede. Existia ainda, em mui-
tas dessas habitações, um sério agravante, e do supri-
mento de água que, sempre escassa, tinha de ser trans-
portada nas costas, em latas ou em vasos de barro, da
fonte mais próxima.

Com muita humildade e precariedade viviam os roceiros ,
"os lavradores do pão", sem propriedade e sem recursos
como "uma consequência do tipo de trabalho que realiza-
vam e das circunstâncias do meio em que habitavam" (POP-
PINO, 1968:259).

No entanto, era este segmento da população responsável
pela agricultura especializada dos produtos alimentí-
cios, abastecedora das necessidades das populações. Po-
de-se então compreender que, como viviam precariamente,
são poderiam produzir da mesma forma, isto é, deficiente-
mente, sem planejamento, pois lhes era negado crédito
e assistência. Daí a réplica do Sr. Manuel Pinto da Ro-
cha, quando inquerido pelo Presidente da Província "por-
que todos os lavradores que plantão os cereais, colherão

para o seu consumo..."¹¹. Evidencia-se assim que uma grande parte da agricultura de subsistência, atuava nesses moldes, ou seja, sem maiores perspectivas de mercado.

Reconhece-se, todavia, que, dada as condições restritas de vida dessas pessoas, a produção desses gêneros ultrapassava as expectativas. Lembremo-nos do fato, já comentado em outro capítulo, de ser a farinha, nos meados do século XIX, a principal indústria doméstica de Feira de Santana e que grande parte do mercado da capital nos anos da década de 1860 era abastecido naquela região.

Mas o lucro auferido não beneficiava o lavrador roceiro, nem as suas roças. Ficava retido nas mãos dos atravessadores. Compravam por atacado no local da produção, antes portanto de ser o produto lançado na feira e fixavam o preço em Feira de Santana, antes de ser transportado para o mercado de Salvador. Posturas da Câmara local proibiam este tipo de comércio, na tentativa de defender o consumidor, mas as burlas eram constantes e a lei frequentemente violada. O mais viável era o controle do mercado pelos atravessadores que, atuando, desfalavam os roceiros de suas poucas possibilidades de lucro.

O trabalho escravo também fêz-se presente na agricultura de subsistência, embora sem atingir o mesmo nível de participação verificada na grande lavoura comercial; dessa forma, mais uma vez constata-se que o escravo nunca se manteve marginalizado de nenhuma atividade econômica desenvolvida na Província da Bahia. Poppino declara que a produção agrícola dos gêneros alimentícios dependia em grau muito maior dos roceiros do que dos escravos ,

11. APEB - Secção Histórica - Série Agricultura, Gêneros Alimentícios 26 Dezembro 1857.

mas nem por isso deixariam eles de constar dentre os trabalhadores rurais da região que se dividiam em três grupos: escravos, meeiros e rendeiros.

A atuação do escravo neste setor, ocorreu também em outras regiões da província baiana que produziam para abastecer a cidade do Salvador no município de Camamu, por exemplo, na fazenda de Acarahy, desenvolvendo-se uma grande lavoura de subsistência, que tinha como especialidade maior a produção de mandioca e a respectiva fabricação da farinha. Responsabilizava-se pela roça o português Raimundo Monteiro de Mattos J^{or}, produtor-comerciante de cereais e farinha. Observa-se inclusive ali, a existência de todo um esquema organizado no sentido de atender mercados maiores como o da capital. Tulhas para armazenamento, lanchas para transporte e emprego da mão-de-obra escrava. Financiava ainda, a lavoura dos roceiros, seus vizinhos; assumiam então, estes lavradores mais carentes, o compromisso de vender-lhe o produto. Vale a pena realçar, que as terras utilizadas eram de propriedade do sogro do Sr. Raimundo¹².

Não somente nesta fazenda, mas em outras da região foi utilizada a mão-de-obra escrava na lavoura de mandioca. A situação é-nos demonstrada, numa época de seca na região, quando se publicou que "se as cousas continuarem assim: hão de muitos lavradores de farinha vender os escravos para comprar carne de sertão"¹³. Esta nota evidencia o emprego da mão-de-obra escrava nesta lavoura.

A velha Lei das 500 covas de mandioca por cabeça de escravo não deixa de demonstrar a atividade dessa força de trabalho no emprego da agricultura especializada: muito embora a produção neste caso estivesse mais dirigida

12. APEB - Secção Histórica, Offício ao Presidente Província, Gêneros Alimentícios 1823/1889-Série Agric.

13. JORNAL da Bahia - 9 de abril 1855 N. 565 P.4

ao suprimento dos grandes engenhos e a dos roceiros ao mercado de abastecimento das cidades como Salvador.

A participação do escravo nessa lavoura denuncia que, além do pequeno lavrador explorado, existiam outros agricultores de maior porte também dedicados a este mister. Evidentemente em menor proporção mas nem por isso deixa de ser digna de menção. Um deles mencionado, várias vezes, neste trabalho, trata-se do Sr. Raimundo Monteiro de Mattos J^{OR}, o português, com roça na fazenda Acarahy, de propriedade do sogro¹⁴. Pode-se ainda citar o agricultor João Martins de Leite que, em ofício ao Presidente da Província Alvaro Tiberio de Moncarvo e Lima, declara-se possuidor de uma fábrica de produzir farinha.

A sua produção era vendida aos revendedores que a levavam para o consumo da cidade do Salvador: apesar de fazer referências a "abundâncias de mandiocas maduras" e de vendas superiores a 600 alqueires, este produtor da farinha da Barra do Rio de Contas, não se refere ao trabalho escravo. Enquanto o Sr. Raimundo era agricultor e comerciante, este último apresenta-se como produtor de mandioca e fabricante de farinha¹⁵. Dessa maneira verifica-se que o escravo mão-de-obra servil esteve vinculada a produção de farinha em dois níveis diversos: como atividade secundária e subsidiária exercida dentro dos engenhos e na condição de mão-de-obra escrava dos raros grandes produtores de farinha.

Os jornais de Cachoeira e o jornal o Regenerador de Nazaré faziam ainda constantes referências aos "lavrado -

14. JORNAL da Bahia - 10 junho 1854 N.320 P.1 - Sessão na Assemblêia Legislativa em 3 junho 1854.
15. APEB - Secção Histórica - Série Agricultura - 25 outubro 1855 N. 4631.

res farineiros". Eram os produtores que se empenhavam também na grande especulação do comércio¹⁶. Não sabemos até que ponto se pode associar as duas categorias, isso é, produtores-comerciantes e "lavradores farineiros" em uma só. Elas se confundem e parece-nos que exerciam a mesma atividade no contexto social abordado.

16. JORNAL da Bahia - 17 março 1857 N.1137 P.1.

2. O ABASTECIMENTO DA CIDADE DO SALVADOR

2.1. Orgãos reguladores do abastecimento: A Câmara Municipal e o Governo Provincial

A Câmara do Senado, antiga mesa de Vereação, desde os seus primórdios, foi detentora de grandes poderes. Composta dos "Homens Bons" da cidade, eleita anualmente, constituíam-se na única oposição à Coroa Portuguesa, na Bahia Colonial. Era-lhe permitida até a "impugnação das determinações dos governadores contra quem representavam" (Ruy, 1953:30). Nessa condição, manifestou-se muitas vezes contrária a deliberações dos governadores gerais, como Tomé de Souza, Duarte da Costa e Men de Sá. As desinteligências entre estas duas representações do poder se fizeram sentir ao longo dos séculos, mesmo com a perda posterior de muitas das prerrogativas e prestígio da Câmara; pelas essas decorrentes da política cada vez mais centralizadora, da Coroa Portuguesa, para a qual a liberdade da Câmara significava uma ameaça.

Dessa maneira, compreende-se o prestígio e a simpatia popular conquistados pela Câmara do Senado, ao longo do tempo além da condição que lhe era conferida de representante do "povo da terra". Entre as múltiplas atribuições que lhe eram conferidas encontravam-se a administração dos bens do município e aquelas de caráter judiciário que restringia os constantes abusos do poder em terras do Brasil. Aos senhores vereadores competia o primeiro dos encargos, cuja alçada abrangia o abastecimento dos mercados "evitando a ruína e o atravessamento dos víveres"¹. Enquanto o segundo estava afeto aos

1. VASCONCELOS, Diogo. Linhas Gerais da Administração Colonial, in Rev: Inst. Hist. Brasileiro - 1914 P.106.

juizes ordinários.

Observa-se contudo a partir do século XVII, uma perda gradativa do poder dessa Câmara. Processou-se inicialmente com a restauração da unidade do governo que trouxe no seu bojo o Regimento dos Governadores Gerais (19 de outubro 1663). Daí por diante caberia ao governador geral o direito de reexaminar e impugnar os atos da vereação. Usando esta arma contra a Câmara, o governo reforçava a sua autoridade, ao tempo em que ia suprimindo paulatinamente "a partícula do poder que deixara de ser compartilhada pelo povo" (Ruy:1953:34).

Outro golpe estaria preparado para a Câmara, em 1696, quando a Coroa resolveu extinguir os cargos de juizes ordinários da Bahia. Em 1713 ocorria a abolição tradicional das eleições por pelouros, sendo nomeados os "novos camaristas, por provisões passadas em nome do Rei" (Ibid 1953:35). Em 1828, portanto, já no I Império brasileiro, foi promulgada a lei de 19 de outubro, que visava derrogar a legislação colonial e enquadrar as Câmaras nos novos moldes da Constituição do Império. No artigo 24, da referida lei constava que as vereações seriam corporações meramente administrativas e sem atribuições de nenhuma jurisdição. A sua capacidade de decisões ficaria ainda limitada pela Assembléia Provincial, isto é, as decisões da Câmara teriam de ser aprovadas pela Assembléia, para ter efeito legal.

Faz-se necessária uma rápida alusão aos "almotacês", funcionários eleitos pela Câmara e a quem cabia fiscalizar "a execução das posturas e resoluções, conferir os pesos e medidas, evitando a fraude e registrando as faltas da administração e as necessidades dos habitantes". Mas o decreto de 26 agosto de 1830 declarou extintos os cargos de almotacês e seu juizado. Cargos esses cujas funções estariam diretamente ligadas ao abastecimento da cidade.

Desprovida de todas estas forças, esse órgão alcança os meados do século XIX, época de intensa atividade partidária e de grandes divergências entre a Câmara e Presidência da Província. As incompatibilidades giravam em torno dos métodos utilizados no mercado da capital da província pelos "atacadistas" dos gêneros alimentícios, principalmente a farinha. Recebeu muitas vezes, apoio popular, a ponto de, em 1859, durante a crise denominada da Carestia, o Sr. Joaquim Ernesto de Souza, Presidente da Câmara, juntamente com outros vereadores, terem declarado à imprensa local, em documento enviado a Assembléia Legislativa, que era "porta-voz do clamor geral da população"². O partido político dos liberais solidarizaram-se também com os "camaristas", em oposição sistemática aos conservadores, defensores dos monopolistas, comerciantes da farinha.

Ainda nesta década dos anos 50, assumindo a Câmara a defesa do consumidor (em 1857:53), encontrou resistência por parte do Presidente da Província. Tentando dissuadi-lo, coloca as inconveniências da livre concorrência para o abastecimento local, em ofício dirigido ao Conselheiro Sinimbu. "Finalmente, Exmo.Sr., a Câmara, não mais podendo esperar a solução do assunto, propositadamente esquecido, resolveu cumprir a sua resolução, convencida de que é uma realidade a existência de um monopólio nos gêneros alimentícios, e que este não pode ser

2. JORNAL da Bahia - 12 de maio 1859, nº 1764. P.1. Parte referente a "Notícias Diversas" sob o título: Medidas Contra a Carestia da Farinha. Trata-se de uma nota da Câmara Municipal para a Assembléia Legislativa, assinada pelo Presidente Joaquim Ernesto de Souza e outros vereadores.

destruído pela liberdade do comércio, porque de nada vale essa liberdade quando não há e não se pode estabelecer a livre concorrência, por isso que esta só pode ter lugar onde se multiplicam as vias de comunicação, onde são mais fáceis e se tornam mais econômicas os transportes, sem o que nada consegue, a menos que o governo, que os poderes públicos tomam a sua conta essa concorrência"³.

O Presidente da Província, solidário com os negociantes da farinha, pressentindo o conflito armado com os funcionários municipais, providencia a segurança para protegê-los requisitando para isso a polícia.

Era uma prova evidente do comprometimento do chefe do governo executivo da província com os "grupos atacadistas". O Conselheiro Sinimbu demonstra ainda a subordinação, a inoperância legal da Câmara Municipal ao poder executivo, respondendo peremptoriamente: A postura do dia 16 de janeiro de 1857, portadora da restrição comercial, não mais teria condições de vigorar, sem a aprovação da Assembléia Provincial, ou por ato comum, de consenso, entre a Câmara e a Presidência, revogando, em primeira instância, a postura vigente, instituída em 27 de abril de 1857, quando então foi liberado o comércio da farinha na cidade do Salvador. O caráter legal dessas disposições é indicado pelo poder executivo, ao citar o artigo 78, da lei de 19 de outubro de 1828⁴.

3. RUY, Afonso - História da Câmara Municipal. P.312. O autor transcreve o livro da correspondência da Câmara à Assembléia Provincial em 24 de novembro de 1858 nº 2 P.94.

4. JORNAL da Bahia - 19 março 1858-nº 1116 P.1 - Notícias diversas. Documento assinado: João Lins Cansanção do Sinimbu.

Estas medidas não atemorizam a Municipalidade, que volta a atuar em 1859, sempre defendendo o consumidor, e, em outras oportunidades, como de 1860, quando consegue o apoio da própria Assembléia Provincial para o lançamento, mais uma vez, da postura restritiva.

Em rápido retrospecto aos anos iniciais da década de 1850, pode observar-se outros desempenhos, por parte da Câmara, em relação ao problema do abastecimento da Cidade do Salvador, na luta contra o monopólio; sua atuação fêz-se presente durante a crise de 1853, 1855, defendendo a população das manobras e astúcias dos senhores monopolistas. O próprio Presidente da Província reconheceu o fato ao afirmar que "... a municipalidade desvelou-se por minorar os sofrimentos da pobreza, já tomando a si a direcção do Celeiro, já comprando farinha para revender sem lucro, e as vezes com perda"⁵.

Em 1856, a Lei Provincial nº 607, de 19 de dezembro, Art. 39, transforma o Celeiro Público em depósito livre de cereais, abolindo os impostos para o comércio interno e externo da província. Posteriormente, foi o referido Celeiro administrado pela Câmara Municipal, em caráter provisório, através da Postura promulgada no dia 19 de junho de 1859⁶.

Deve considerar-se no entanto que, em 1861, o novo Presidente eleito da Câmara, o Dr. Antonio Pereira de Mesquita, adepto da livre concorrência, vai permitir a li

5. FALLA da Bahia - Recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia. Pelo Presidente da Província João Mauricio Wanderley - 19 março 1854 P.13. Referia-se a crise de 1853.

6. FALLA da Bahia - Presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de abril 1860 P.158:160.

beração do mercado da farinha na cidade do Salvador. E, a partir de então, a luta da Câmara Municipal, a serviço do bem comum, vai-se enfraquecendo, perdendo o vigor de outrora; aquela característica de liderança imprimida ao abastecimento da Capital, nos velhos moldes que lhe asseguravam a fama tradicional de reguladora e defensora dos preços no mercado, esvaiu-se, dissociou-se dos anseios populares.

2.2. A política do abastecimento e suas contradições

A cidade do Salvador, capital da província da Bahia, destacava-se, na época em estudo 1850/1870, como ativo entreposto comercial, o que lhe propiciava, graças à sua condição de cidade porto, dois tipos de relacionamento: um, a nível externo, representado pelo capitalismo industrial, que se consolidava e expandia graças ao tipo de relações desenvolvidas com as áreas periféricas pré-capitalistas, consumidoras de produtos manufaturados; e outro, a nível interno, representado pela sua integração ao capital comercial a qual pela sua condição de redistribuidora dos manufaturados e produtos alimentares para regiões norte e nordeste, ainda se impunha no mercado como importadora dos gêneros alimentícios da região sul, entre eles, a farinha de mandioca.

Há assim que considerar-se o papel desempenhado por esta metrópole, no que tange ao aspecto comercial, cuja atuação realmente se processava de forma "perfeitamente integrada no mercado internacional, nacional e regional" (Matoso, 1978:245).

Nesse sentido a Prof.^a Kátia Matoso afirma que a cidade do Salvador funcionava, naquela época, como cidade "macrocefala" (Matoso, 1978:112) porque, como centro irradiador ela prosperava às custas das capitais sub-regionais. Pode-se ainda acrescentar que a sua atividade essencialmente comercial, supervalorizava o lucro imediato, advindo do consumo, ao tempo em que, negligenciava a sua base sócio-econômica, negando-lhe a expansão de uma economia de subsistência de maior alcance social e, até

mesmo, o caráter industrial indispensável ao processo de desenvolvimento local, retardado posteriormente, face ao progresso das regiões sulinas. Este caráter imediato do lucro, intrínseco dessa atividade comercial, associando-se à absorção de recursos e perspectivas das regiões interioranas, dava-lhe também esta conotação "macrocefala" acima mencionada.

A atividade comercial desenvolvida em torno da farinha e dos demais gêneros alimentícios não estava dissociada de todo este condicionamento econômico e social, que envolvia a sociedade baiana brasileira. Cumpre notar que, durante as duas décadas 1850/70 estudadas, apresenta-se a investida constante dos negociantes no mercado da farinha, interferindo até na "política de defesa do consumidor", defendida tradicionalmente pelas Câmaras, desde a época do Brasil Colonial¹.

Já tivemos oportunidade de mencionar alguns grupos de comerciantes que atuaram no mercado, sendo certamente os mesmos a interferir nas crises periódicas ocorridas. Em 1857 encontram-se notícias referentes a estrangeiros participando desse mercado e as contestações através da imprensa em relação a este fato. "Estes atravessadores possuem duas ou tres tulhas e alguns deles são estrangeiros tornam-se dessa maneira senhores absolutos do mercado"².

1. O Prof. Matt, no seu trabalho Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil, revela-nos que "um dos traços mais relevantes de ideologia econômica da administração colonial, no que tange ao comércio a varejo, parece ter sido sua política de defesa do consumidor". E este trabalho era realizado pela Câmara.
2. JORNAL da Tarde - 17 fevereiro 1857. P.3. A nota é assinada por "o inimigo do monopólio".

Tratava-se de uma reação da população quanto à intromis são de elementos estrangeiros ao país no comércio dos gêneros alimentícios. Ainda existia na praça a Companhia Comercial dos Souza Riesenburger, ao que parece, associada a estrangeiros.

Nas últimas décadas do século XIX, distinguimos pessoas de grande destaque social participando desta atividade comercial ligada à farinha. Como, por exemplo, Aristides Novis e os descendentes da família Benn. Estas últimas de ascendência inglesa pertenciam à diretoria da Associação Comercial. Vale ressaltar que esta família se ocupava tradicionalmente dos negócios da farinha e isto leva-nos a entender a posição sempre favorável da Associação Comercial quanto à liberação do mercado para a farinha³ e a sua influência exercida junto aos presidentes da província.

Dessa maneira fica evidenciado o compromisso existente, mas velado a essa atividade por parte de grupos associados ao grande comércio, grupos fortes e suficiente para interferir junto ao governo provincial na suspensão de qualquer postura e/ou medida que viesse a prejudicar seus interesses. Assim aconteceu em 1857 e 1861, quando a Câmara, tentando superar as crises, lança a Postura Restritiva de Comércio. Em ambas as ocasiões elas foram vencidas e o comércio liberado, numa franca demonstra-ção de força e prestígio dos senhores comerciantes junto ao governo provincial.

A figura do atravessador, açambarcador de mercados, sempre presente no comércio varejista da capital, merece um

3. Destacavam-se entre os membros da família Benn, pertencentes à Associação Comercial e vinculados ao comércio da farinha: Edward 1873/75; Frederick 1889/1900 e ainda posteriormente Hugh, 1914. Riding, Eugene p.132.

comentário à parte. Trata-se de uma categoria de negociante que, apesar de não ser ainda historicamente definida, parece-nos, ter sido uma espécie de "testa de ferro" dos comerciantes de parte e financiadores dessas transações comerciais inescrupulosas, exercidas por certos elementos, constantemente alvo das críticas dos consumidores. "A polícia prendeu alguns atravessadores e vendedores da farinha sendo destes dous soltos pela manhã e os demais a tarde; folgamos de que ella assim proceda"⁴.

Tornava-se difícil qualquer tipo de controle ou organização no abastecimento da cidade, nestas circunstâncias. A Câmara Municipal lutava arduamente para conseguir esse intento e, uma vez conseguido, era difícil mantê-lo. As pressões exercidas forçavam a sua queda. Desde o início dos anos 50 lutava o Governo Municipal por esse objetivo. Discutia-se, debatia-se, mas a sua aprovação era difícil. Em março de 1950, lançam os senhores vendedores para discussão uma postura com todas as conotações de controle de mercado. Constava do seu conteúdo: "ninguém poderá atravessar gêneros comestíveis fazendo monopólio deles para os revender ao povo, indo atravessá-los quando em barco chegar a cidade e menos poderão negociar n'estes gêneros estrangeiros, inclusive africanos. Ficando o negócio deles reservado aos nacionais"⁵. Mas não foi aprovada. Uma das alegações apresentadas referia-se ao fato, de não estar a Câmara habilitada a tomar decisão relativa a proibição do comércio aos estrangeiros.⁶

4. JORNAL da Bahia - 11 fevereiro 1957 N.1114 P.1 -
Transcreve a gazeta Industrial da vila de Nazaré.

5. JORNAL a Intolerância - 22 março 1950.

6. JORNAL a Intolerância - 14 maio 1950. Opinião do Sr. Ultra Rocha.

Da postura que se logrou aprovar, muito menos incisiva e que iria vigorar até 1853, constava: "ninguém poderá vender nem comprar gêneros de primeira necessidade, e em geral comestíveis, nos barcos que os conduzirem, e nem no cais e somente nos lugares e praças, que, para esse fim, a Câmara Municipal designar"...⁷.

A crise de 1853 vai exigir novas providências e então foram lançadas algumas posturas restritivas. Pode citar-se a Postura 92 e a 110 de 21 de julho de 1853⁸. A primeira mencionada apresentava a seguinte restrição: "As farinhas de mandioca que vierem por mar ao mercado desta cidade não poderão ser vendidas, se não no Celeiro Público para isso destinado, ou nas próprias embarcações conductoras"⁹. A segunda preceituava: "ninguém poderá vender farinha de mandioca entrada por mar, se não no Celeiro Público d'esta cidade, e a bordo das próprias embarcações que as conduzirem não sendo para revender"¹⁰. Esta última restringia ainda mais: "a farinha de mandioca que chegar ao porto d'esta cidade, será, dentro de 24 horas, recolhida ao Celeiro Público, enquanto houver suficiência para isso, o que será determinado por quem a Câmara designar"¹¹.

Nota-se uma restrição progressiva nas posturas, isto é, à medida que a situação se agravava e os monopólios atuavam, as exigências tornavam-se maiores.

7. JORNAL a Intelectância - 14 maio 1850 - Opinião do Sr. Ultra Rocha.

8. APED - Presidente da Província Série governo n.1401 Farinha 21 julho 1853.

9. AMS - Postura da Câmara - Gêneros Alimentícios Farinha - P.69 - 1829 a 1853 livro 119.5.

10. AMS - Postura da Câmara- livro 119.5 2.52 1829/1859.

11. APED - Presidente da Província Série governo Farinha 1850/1853 - Farinha n.1401 - 21 julho 1853.

Atenuada a crise, os debates e discussões se sucederam relativos a estas providências do controle de mercado da farinha. Pronunciavam-se, na ocasião, políticos contrários e favoráveis às medidas adotadas. Os que se opunham alegavam ser esta política contrária a própria Constituição do Império. Consideravam-na por isso "im política" e um empecilho ao desenvolvimento da lavoura de mandioca¹².

Enquanto aqueles que se pronunciavam favoravelmente faziam-na em se tratando apenas dos gêneros alimentícios básicos. Argumentavam que, com o monopólio exercido por grupos, os preços desses gêneros ficariam exorbitantes e toda uma população explorada, por isso seria necessária a eliminação deles¹³ através da política restritiva da Câmara.

Alguns comerciantes opinaram naquela época, destacando-se alguns mercadores da Calçada e do Bomfim, que, com mais 61 pessoas, em abaixo assinado, expõem as dificuldades oriundas desta restrição, que impunha como local de fornecimento para a população do Bomfim, Celeiro Público e o celeiro de Itapagipe, quando estariam melhor servidos com uma tulha na roda da Fortuna. Os negociantes da vila de Nazaré também reagiram e, em requerimento à Câmara, alegam as inconveniências já referidas no tempo em que indicam a Praça de São João co

12. JORNAL da Bahia - 10 junho 1854 - O Vice Presidente da Assembléia Legislativa o Dr. Justiniano Baptista Madureira era contrário a restrição comercial.
13. JORNAL da Bahia - 10 junho 1854. O Deputado Francellino Guimarães considerava necessária a política de restrição para os produtos alimentícios.

no local mais propício para o povo de Santa Bárbara e arredores¹⁴.

Geralmente os negociantes reagiam às medidas de controle do mercado e começavam as pressões através das notas e críticas nos jornais. Mas desta vez ainda não seriam atendidos talvez porque a crise de 1855, exigente de medidas mais enérgicas, o tenha impedido. A epidemia de "cholera morbus", em 1855, levou o governo a adotar as medidas restritivas do comércio, visando ao afastamento do mercado "dos revendedores" monopolizadores. A farinha só podia ser vendida no Celeiro Público ou lugares designados pela Câmara Municipal¹⁵. Parece-nos, porém, que em 1856, este controle se atenuou dada a reação verificada no ano seguinte, ao relançamento da Postura Restritiva.¹⁶

No ano de 1857, ano de crise, que se iniciou com a seca (e, deslebrando-se alcançou 1858), o controle comercial tornou-se rígido. A postura de 16 de janeiro, rezava: "só se poderá vender farinha no Celeiro Público ou no "mar" e nos lugares designados pela Câmara, com a devida licença. É rigorosamente proibida a venda em outros lugares. A Câmara poderá, quando julgar conveniente, mandar recolher toda a farinha embarcada ao Celeiro Público e, neste caso, até mesmo "no mar" precisará de licença da Prefeitura"...¹⁷. Em decorrência da

14. JORNAL da Bahia - 19 janeiro 1854.

15. JORNAL da Bahia - 26 março 1855 N.555 P.2.

16. Em relação a 1856, não conseguimos notícia nenhuma sobre o assunto comentado neste capítulo.

17. JORNAL da Bahia - 19 de janeiro de 1857 N.1009.

crise, a farinha fica escassa e rara, os preços sobem e os adeptos da livre concorrência ganham o apoio do consumidor descontente com a situação reinante. Ocorria na praça da Bahia um descontrole no sistema de abastecimento que levava o povo a clamar ironizando "Bravo! viva a Câmara, oh que gente para saber servir o povo"¹⁸.

A Câmara visando controlar a situação, proíbe, através de Edital, a venda do produto aos atravessadores nos bancos e lanchas, antes de ser exposto nas feiras públicas, ou mercados¹⁹. Como a situação persistisse, lança a última tentativa de controlar o mercado, através de restrições maiores ainda. Não permitir venda no mar sem licença da Câmara, que deveria estipular cotas para os compradores, ficando ainda os mestres dos barcos obrigados a levar o restante da farinha para o Celheiro²⁰. Ocorre porém, que a política de liberdade comercial é apregoadada pela Associação Comercial e comerciantes em geral. O governo provincial, em Edital ao público, proclama a liberação comercial²¹.

18. JORNAL da Bahia - 26 fevereiro 1857 n.1121 - A nota assinada "O empregado mal contente". A autora Yeda Linhares, no seu trabalho. "O Problema do Abastecimento numa Perspectiva Histórica" nos adverte sobre o fato de que geralmente eram os consumidores ricos ou abastados que tinham acesso a imprensa para protestar a carestia dos gêneros alimentares, sob a égide de "clamor público" P.291.

19. JORNAL da Bahia - 11 março 1857 - Edital datado no Paço da Municipalidade da Bahia. em 3 março 1857.

20. JORNAL da Bahia - 4 abril 1857.

21. JORNAL da Bahia - 24 março 1857.

A Câmara sempre considerou a restrição comercial o único meio capaz de combater a ação dos monopólios, a única política que conhecia para defender o consumidor. Também só lhe era permitido a estas alturas, atuar nesta esfera, e, mesmo assim, com todas as limitações impostas pelo governo provincial. A sua atuação no abastecimento comprometia os lucros dos senhores comerciantes, então qualquer interferência nos centros produtores, na agricultura de subsistência iria ferir os interesses de uma atividade econômica que não permitia outro comando que não fosse o seu.

Diante do exposto, percebe-se a vulnerabilidade do sistema de abastecimento local, sujeito de um lado, ao déficit constante dos produtos alimentícios, devido à fragilidade de uma agricultura incapaz de suportar o peso da demanda e, por outro lado, ao caráter especulativo e monopolizador do sistema de comércio vigente.

Realmente, em se tratando do abastecimento, de uma maneira geral, os centros produtores da farinha para Salvador não tinham condições de atender ao consumo de sua população, calculada em torno de 81.844 habitantes em 1859 e 92.787 em 1860 (Matoso, 1968:32) e ainda arcar com o ônus de uma exportação a que estava frequentemente sujeita em época normal. Isto sem levar em conta uma parcela considerável da população flutuante, composta de marinheiros e viajantes, sempre presente no abastecimento.

Em função disso, diante da mais leve ameaça de crise, grande parte da mercadoria seria importada para satisfazer a demanda, ficando, em contra partida, o abastecimento de Salvador muito dependente deste tipo de comércio extremamente especulativo. Observe-se que, apesar de todas as arbitrariedades cometidas, os centros produtores ainda tinham condições razoáveis de produção, che

gando a destacar-se no comércio inter-provincial. Caso houvesse uma política real do abastecimento em tempo oportuno, com capacidade para mobilizar recursos e atender aos interesses populares, o abastecimento urbano poderia realizar-se com regularidade apresentando maior estabilidade e perspectivas.

Mas, estas circunstâncias descritas estavam perfeitamente alinhadas à filosofia econômica predominante, que não favorecia a regulamentação de uma autêntica política de abastecimento para a cidade do Salvador, isto é, uma interferência oficial, que gerasse "mecanismos permanentes de intervenção estatal". Algumas tentativas não significaram mais do que respostas locais às crises vividas pela população urbana ou mesmo rural, carentes da assistência necessária para resistir às dificuldades que, uma vez superadas emergencialmente, eram logo, em seguida, negligenciadas, em função do jogo de interesses dominantes.

Durante a década dos anos 60, verificou-se apenas uma investida no sentido de implantar-se mais efetivamente uma política para o abastecimento. Ocorreu durante a crise de 60, quando a província atravessava um dos piores momentos da história do abastecimento desta cidade; investida esta realizada através da Postura Restritiva do Comércio da farinha, lançada pela Câmara Municipal, no mês de dezembro de 1960, após a mobilização de recursos governamentais no atendimento às cidades sertanejas e aos flagelados.

Cumprе observar que o sistema de abastecimento em vigor, durante a fase de controle do mercado - controle este, já bastante comprometido, desde quando se evidencia um controle limitado apenas ao perímetro urbano e à liberação dos impostos também concedidos ao produto exportável - sofre algumas modificações a, partir de 1961, com a subs

tituição do Sr. Joaquim Ernesto de Souza, presidente da Câmara Municipal e defensor da política de oposição aos monopólios, desde 1858, pelo Dr. Antonio Ferreira de Mesquita. O novo presidente eleito propôs logo de imediato, a liberação do mercado para a farinha de mandioca, sob as seguintes alegações: - a província da Bahia era a única a exercer este controle sobre o produto básico alimentar; os três centros de abastecimentos existentes na capital revelavam-se inoperantes na sua função distribuidora; a restrição comercial gerava a retração de mercado e isto significava negócio clandestino e preços acima do mercado; - expulsava do mercado negociantes capazes de promover comércio interno mais dinâmico; - evitava a escassez do produto²².

A mudança ocorrida no plano da liberação do comércio parecia significar uma aliança da Câmara Municipal com a Assembléia Legislativa e o Governo Provincial, cuja divergência em relação a política do abastecimento sempre foi notória. Tanto que, não houve nenhuma alternativa capaz de provocar uma interferência maior nos negócios do comércio da farinha.

A filosofia do abastecimento na capital metropolitana, tomaria desta época em diante, um rumo mais comprometido com o postulado básico do liberalismo econômico. Assumiria então o "caráter monopolista e açambarcador que o acompanharia até o final do século XIX (Matoso, (1976: (257)).

Aliás o Presidente da Província, à época o Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, expõe claramente estas novas diretrizes propostas, ao afirmar "... a intervenção do governo na indústria não é abonada pela experiência, a

22. JORNAL da Bahia - 27 março 1861.

qual antes parece aconselhar qua a sua missão, no intuito de conseguir a venda dos gêneros pelo menor preço, deve consistir em dar todas as facilidades ao comércio e manter, quanto for possível, a livre concorrência"²³.

23. FALLA da Bahia - Recitada na Abertura da Assembléia Legislativa, pelo Presidente da Província o Dr. Francisco Xavier Paes Barreto - 15 de março de 1859. P. 21/22/23.

2.3. Centros de distribuição da farinha de mandioca

Os grandes centros distribuidores da farinha e dos demais produtos alimentícios para a população da cidade de Salvador dependiam, em muito, do nível de participação do governo municipal no mercado da cidade. Nos períodos de controle de mercado ou restrição comercial, a Câmara Municipal especificava locais de venda, além do Celeiro Público, que, em qualquer circunstância, sempre exercia esta função. Em épocas de liberação do mercado podia vender-se o produto em qualquer ponto da cidade: nas "vendas, nos "mercados, "no mar", "em terra".

Durante os anos da década de 50 os postos de venda de maior significação eram representados pelo Celeiro Público e pelo mercado da Praça São João. Surgiram, em seguida, o Celeiro do Paço da Municipalidade e o do Porto do Bomfim; os de cunha não oficial que atuavam, e faziam sob constante fiscalização da municipalidade. Entre eles encontravam-se o mercado da Praça da Barra, o da Praça de São João e dos Mares¹.

2.3.1. O Celeiro Público

Merece destaque especial o Celeiro Público da capital, gerador de polêmicas no seio da sociedade baiana, durante todo o tempo de sua permanência no mercado. Criado em 1785, pelo então Presidente da Província D. Rodrigo

1. JORNAL da Bahia - 19 janeiro 1861 N.2257 P.1. Discurso proferido pelo Dr. José Manuel Fernandes Ramos na posse da nova administração municipal. 7 de dezembro 1860.

José de Menezes, foi alvo de constantes críticas, a exemplo dos formulados por Luis Vilhena e pelo Desembargador João Rodrigues de Brito, nos seus escritos da época (século XVIII e início do século XIX). De acordo com o primeiro, o Celeiro Público seria um instrumento dos monopolistas da farinha, que retinham o produto no Celeiro, no sentido de evitar o seu barateamento e a consequente abundância na cidade (Vilhena, 1969:125). E o segundo declarava que o Celeiro Público estava para os produtos alimentícios assim como a Mesa de Inspeção estava para produtos de exportação, isto é, ambos serviam de obstáculos para o aumento das produções. E mais ainda: afungentava-se com ele tanto o lavrador como o transportador de farinhas, para não se sujeitarem, a penas arbitrárias e a condenações exorbitantes de duplo imposto. (Brito, 1924:101).

Na realidade, a função desse posto consistia em receber a farinha de mandioca, (ou outro produto alimentício qualquer), distribuindo-a em seguida com a população da capital, exportando-a para outras províncias, e, quando se fazia necessário, importava-a também, realizando em muitas ocasiões as duas operações ao mesmo tempo².

Diz-nos ainda, Vilhena que, inicialmente apesar da insuficiência dos seus depósitos, podia-se armazenar ali a farinha, exercendo-se assim certo controle do seu preço no mercado. Adquirindo-a no Celeiro, evitavam-se ainda a compra da farinha a bordo das embarcações, o que se constituía em uma inconveniência muito grande, principalmente para o pobre, vez que a pequena quantidade a comprar não compensava o sacrifício tão grande de ir buscá-la "no mar". (Vilhena, 1969:124). Não obstante, com o correr do

2. APEB - Presidência da Província - Secção Histórica
Série Governo Celeiro Público N.1611, P.2. janeiro de 1851.

tempo, os objetivos se disvirtuariam, e no dizer de um observador, tornou-se no início do século XIX, "em um instrumento de pressão arbitrário e indisciplinado no cumprimento do seu dever". (Brito 1924:101).

Em 1834 o Celeiro Público é ameaçado de extinção por falta de apoio dos produtores de farinha e revendedores, que se recusavam a depositar o produto no Celeiro. Queixavam-se de uma série de arbitrariedades e, principalmente, da taxa de 20 rs incidida sobre o alqueire de farinha. Preferiam desviá-la para os engenhos, ou de outras vilas do Recôncavo (Vilhena 1969:71) do que submeter-se a tais exigências.

Nas décadas posteriores dos anos, 50 e 60, vamos encontrá-lo ainda no mesmo local, no interior do antigo Arsenal de Marinha, no Largo da Conceição, mas já carecendo de ampliações capazes de atender às novas exigências que se faziam sentir, principalmente no tocante a depósito para armazenamento dos produtos, sendo que, desde o início da sua instalação, reconhecia-se a necessidade de maiores alojamentos para estocá-los.

No ano da crise de 1853, por exemplo, quando ocorreu a intervenção da Câmara Municipal no sentido de coibir os abusos dos monopolistas, foram requisitadas as tulhas alugadas e que não se encontravam devidamente quitadas, nem em dia com o pagamento, para transformarem-nas em depósito dos gêneros alimentícios. É que esses locais de armazenamento nunca foram satisfatórios, a prova disso encontramos na quantidade estipulada para os depositários do referido Celeiro; só podiam dispor do espaço equivalente a 20 sacos ao custo de 20 rs (saca). Durante a crise do ano de 1860, houve muitas referências aos

3. VILHENA afirma que a capacidade de armazenamento não seria suficiente para atender a população durante meses P.124.

depósitos do Celeiro, que durante o mês de janeiro tiveram de armazenar 205 sacas de correspondência equivalente a 410 alqueires. Os rendimentos alcançaram 4\$000⁴.

Desde a sua fundação a renda do Celeiro Público era dirigida ao Hospital dos Lázares. Em 1 janeiro 1853, ocorreu uma pequena mudança em relação a renda, que embora continuasse atendendo às despesas do Hospital passou a ser considerada como renda provincial funcionando como uma espécie de subsídio do governo⁵. Nesse mesmo ano de 1853 considerado de crise na praça de Salvador, a Câmara Municipal começa a interceder junto a administração do Celeiro. A sua primeira investida consistiu na solicitação ao governo provincial do seu ingresso na repartição desse centro distribuidor dos gêneros alimentícios, com o intuito de dirigir a venda da farinha⁶. Em seguida o vereador Manuel José de Magalhães é colocado como agente do governo na compra das farinhas⁷. Em 1855 acontece fato semelhante, sendo nesta ocasião agente do governo o Sr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque⁸.

Posteriormente, em 1856, o Celeiro Público passou a ser administrado pela Câmara Municipal da capital, por deliberação provisória do Presidente da Província, que através da Lei Provincial n.607 de 19 dezembro de 1856, artigo 39, transformou-o em "Depósito livre de Cereais".

4. APEB - Presidente da Província - Secção Histórica - Série Governo, farinha n. 1401 - 11 julho 1853.
5. JORNAL da Bahia - 3 de março de 1851.
6. APEB - Offício ao Presidente da Província - Série agricultura n. 1611 - 9 junho 1853.
7. APEB - Presidência da Província - Offício a Thesouraria Provincial - 6 agosto 1853.
8. APEB - Presidência da Província - Offício a Thesouraria Provincial - 2 outubro 1855.

A mesma lei abolia os impostos de 20 rs, sobre o alqueire de farinha ou qualquer outro cereal e os 40 rs sobre o valor da exportação. Assim em 19 de junho de 1859 foi promulgada uma Postura, confirmando em caráter permanente a administração da Câmara Municipal em relação ao Celeiro Público.⁹

A partir de 1870, não encontramos nenhuma referência ao Celeiro Público, enquanto outros centros distribuidores aparecem constantemente nos noticiários, como o Depósito Municipal da Praça do Ouro, Depósito Paranhos, Depósito Riachuelo, Depósito da Câmara¹⁰. Ao que parece, estaria ocorrendo então a sua desintegração já preconizada pela Assembléia Legislativa em 1860; propôs-se nela nessa ocasião a substituição do Celeiro por várias "estações, que a mesma Câmara há de estabelecer nos diversos bairros da cidade, para depósito e venda da farinha de mandioca"¹¹.

Informamos ainda, sobre o Celeiro Público, que, durante 75 anos de existência vendeu 27:201:613 alqueires de farinha, apresentando então um movimento anual em torno de 362:600 alqueires¹². Enquanto isso, o balanço apresentado orçou, no ano de 1855, em 11:936\$005 rs,¹³ ha-

9. FALLA da Bahia - Pelo Presidente da Província e Conselheiro e Senador do Império Herculano Ferreira Penna. 10 abril 1860.
10. AMS - Offícios do Governo Compras de Farinha-11 agosto 1870.
11. FALLA da Bahia - Pelo Presidente da Província e Conselheiro e Senador do Império Herculano Ferreira Penna - 10 abril 1860 P. 158:160
12. Idem.
13. FALLA da Bahia-Pelo Presidente da Província Dr. Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima - 14 maio 1856 P.89/90.

vendo uma previsão para 1857 em torno de 12:561\$450 ¹⁴ rs.

Constava do corpo administrativo do Celeiro Público em 1850: Administrador João da Costa, Thesoureiro Felisberto Gomes d'Argollo Ferrão, Escrivão Folippe Duarte Viana¹⁵.

2.3.2. O mercado da Praça São João

O mercado da Praça de São João destacava-se como um outro grande centro distribuidor dos produtos alimentícios em geral, inclusive da farinha. Constituíam-se em exceção o açúcar e o café, por serem considerados produtos da "grande lavoura".

Localizado no principal ponto de desembarque e de melhor acesso ao navio, o mercado formava duas pequenas praças, voltada para o cais e a outra para o mercado de Santa Bárbara, sendo que a rua Nova d'Alfândega separaria as duas praças.¹⁶

O empresário do mercado, Sr. Thomás de Aquino Gaspar, assinou um contrato, em 13 de dezembro de 1851, com o Presidente da Província, o Sr. Conselheiro Francisco Gonçalves Martins. A sua construção iniciou-se em 1852 sob a responsabilidade do engenheiro Dr. Francisco Perfira

14. FALLA da Bahia - Pelo Presidente da Província Dr. Alvaro T. de Moncorvo e Lima - 15 maio 1856 P.92.

15. AMS - Fiel do Celeiro Municipal. Registro de entrada de farinha Celeiro Público. Janeiro a dezembro 1860. Observou-se que até 1860 conservavam-se as mesmas pessoas nos referidos cargos.

16. FALLA da Bahia - Pelo Presidente da Província Dr. Francisco Gonçalves Martins 1 março 1852.

de Aguiar. Com a construção desse mercado, as barracas da Câmara desapareceram do Largo da Conceição¹⁷.

De acordo com o contrato assinado, o empresário pagaria à Câmara Municipal 3:000\$000 anualmente, no sentido de compensar os aluguéis das barracas retiradas. Em contrapartida, poderia o Sr. Thomás alugar as barracas, por 4000\$000 anuais, por unidade¹⁸.

Constava ainda do contrato o calçamento das ruas do mercado incluindo-se os esgotos e os canos necessários para o escoamento das águas, competindo ao contratante a conservação do cais e as escadas em frente ao mercado e de toda a área.

Mas a partir de 1857, o Celeiro Público iria adquirir, através da Câmara Municipal, um crescente domínio comercial sobre o Mercado da Praça São João; conseguiu o apoio da Presidência da Província e Assembléia, utilizando como argumento para isto, a necessidade de maior controle sobre o mercado, no sentido de evitar o escoamento da farinha de Salvador e o monopólio, por parte de grupos do comércio, que eles denominavam "revendões" responsabilizavam-no ainda pela carestia das mercadorias devido ao alto preço pago pelas tulhas (400\$00) ao empresário do referido mercado. Todavia a Câmara, para atuar livremente, precisava do apoio da Presidência e da Assembléia, porque as suas atribuições na fiscalização dos gêneros alimentícios, conferida pela Lei de 1 de outubro de 1823, não lhe conferia o direito de emendar uma lei sancionada pela Assembléia.

17. FALLA da Bahia - Pelo Presidente da Província João Mauricio Wanderley - 1 março 1854 P.11

18. JORNAL da Bahia - 30 janeiro 1857.

Assim, com a postura de 16 de janeiro 1857, confirma-se o apoio do executivo baiano, mesmo sob a acusação de empresário do Mercado S. João de violação do contrato; verifica-se a partir de então, a proibição absoluta da vendagem da farinha no mercado da Praça¹⁹ sob pena de se rem autuadas legalmente como aconteceu com 36 barracas infratoras ali localizadas²⁰. Conferiu-se então ao Celeiro o predomínio na vendagem da farinha, graças à política exercida pela Câmara, passando o produto a ser adquirido exclusivamente naquele local, "no mar", ou nos lugares designados pela Câmara. Cabia a Comissão de Justiça e postura encarregada desta escolha, atentar para os lugares mais acessíveis ao povo.

Mais tarde foram designados como Celeiros "propriamente Municipais", o Celeiro Público, o Celeiro do Baço da Municipalidade e o Celeiro do Porto do Bomfim. Os dois últimos, no mesmo plano do Celeiro Público, seriam controlados pela Câmara Municipal, enquanto outros, indicados mais adiante, apesar de designados pela Câmara não nossuam o mesmo cunho oficial destes mencionados²¹.

2.3.3. Os Celeiros do Baço da Municipalidade e do Porto do Bomfim

O Celeiro do Baço da Municipalidade atendia em um edifício adaptado para mercado público pela Câmara Municipal, cujas talhas alugadas aos "revendidos" rendia para os cofres municipais anualmente 1:400\$000.

19. JORNAL da Bahia - 16 janeiro 1857.

20. JORNAL da Bahia - 19 janeiro 1857 n. 1089 P.2.

21. JORNAL da Bahia - 19 janeiro 1861 n. 2257 P.1.

Estava localizado no centro da cidade e visava a atender o povo daquela área e adjacências"²².

O Celeiro do Porto do Bomfim localizado na Praça de Santa Bárbara, era também, de um prédio alugado pelo Governo Municipal para convertê-lo em mercado. A renda adquirida, ao contrário do que ocorria com o Paço da Municipalidade, não dava para cobrir as despesas, por falta de "revendões" suficientes para ocupar as tulhas. Era considerado, no entanto, de grande utilidade pública, por atender à população daqueles arredores, que na ausência deste mercado teria de suprir-se no centro da cidade²³.

Além desses grandes centros havia outros centros menores, designados pelo Governo Municipal, que, por não possuírem cunho oficial, não deixariam de sofrer constantes fiscalizações da Municipalidade. Entre eles encontravam-se: o mercado da Praça da Barra, o da Praça São João e dos Mares.

Cumpre observar que uma vez instituída a Postura Restritiva, a comercialização seria mantida nos locais designados, exceção feita aos subúrbios da capital, cuja distribuição estava francamente liberada²⁴. Em ocorrendo também a liberação do mercado da farinha, certas disposições seriam mantidas como: casas apropriadas para o exercício de tal atividade, com as respectivas licenças da Câmara, fiscalizações constantes e em caso de infra-

22. JORNAL da Bahia - 19 janeiro 1861 n.2257 P.1 - Discurso proferido pelo Dr. José Manuel Fernandes Ramos, na posse da nova administração Municipal em 7 dez.1860

23. Idem: -

24. JORNAL da Bahia - 1. janeiro 1861 n.2257 P.1 - Discurso proferido pelo Dr. José Manuel Fernandes Ramos, posse da nova administração municipal 7 dezembro 1860

ções, exigia-se multa de 90\$000, ou seis dias de prisão²⁵. Porém, somente nessas ocasiões, permitia-se a vendagem da farinha sem licença desde o porto até Itapagipe²⁶.

Livres da tutela municipal, as casas comerciais jogavam solto, abastecendo-se nas fontes de produção, no porto da cidade, alcançando o produto em pleno mar e lançando no mercado apenas a quantidade que lhes assegurasse o lucro pretendido. Armazenavam grandes quantidades do produto, visando o momento oportuno de comercializar, momento este, indicado geralmente pela escassez da farinha no mercado e conseqüente exploração dos preços. Frequentemente costumavam desviar grandes quantidades do produto para outros centros consumidores, onde pudessem auferir maior margem de lucro.

Por estas irregularidades e desorganizações no mercado, a cidade do Salvador, sempre esteve precariamente abastecida, sujeita a disposição dos senhores detentores, dos capitais, representantes das forças dominantes no comércio local.

Em 1861, entre as novas deliberações assumidas pelo corpo municipal, destaca-se: a remoção do Celeiro Público para outro local "mais apropriado e em condições de atender melhor as conveniências", segundo eles, "de interesse público"²⁷.

Aliás a remoção do Celeiro Público não se constituía em uma ideia nova. Desde abril do ano anterior, o Presiden

25. JORNAL da Bahia - 27 de março de 1861.

26. JORNAL da Bahia - 17 de abril de 1861.

27. JORNAL da Bahia - 17 de abril de 1861.

te da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, havia-se referido ao fato, apresentando justificativas, tais como: a impropriedade do funcionamento de um Celeiro Público no mesmo edifício do Hospital de Arsenal da Marinha e a necessidade de expansão do Arsenal como fatores, que impunham a sua retirada daquele local.²⁶

Como outra deliberação surge a instituição de uma "Comissão dos Celeiros Públicos", com o objetivo de averiguar as suas reais condições e as irregularidades ali verificadas.

A Comissão dos Celeiros Públicos apresentou um parecer com o teor seguinte: as condições dos celeiros existentes não correspondem às necessidades da cidade, nem sequer na parte referente ao armazenamento da farinha, vez que somente o Celeiro Público estocava o produto excedente, no sentido de poder sempre suprir as tulhas à medida que elas fossem esvaziando-se e a sua capacidade de armazenamento era como já comentamos, mínima, para atender ao suprimento cada vez maior da população da cidade.

A quantidade estocada no depósito do Celeiro Público durante o ano de 1860, correspondeu a 2.253 sacos, de janeiro a dezembro, exceção feita ao mês de junho, que não foi registrado.

23. FALDA da Bahia - Na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província Conselheiro Senador do Império Herculano Ferreira Penna - 10 abril 1860 P.153/160. Antônio Alvares Câmara, no seu livro a Bahia de Todos os Santos, diz que o Capitão de mar e guerra Intendente da Marinha Manuel José Francisco de Perné, em 1798, já chamava a atenção para a inconveniência do Celeiro Público no Arsenal.

O valor em dinheiro correspondente ao depósito atingiu 42\$100²⁹.

O segundo parecer relacionava-se com as condições de higiene do local "a casa está porca, o ascalho imundo, o pavimento térreo coberto de lama, a tal ponto que, em alguns lugares os tijolos estão completamente cobertos"³⁰. Fêz-se ainda referência ao portão do mercado, que não mais existindo, favorecia o acúmulo de lixo no pátio, jogado principalmente durante a noite.

As sugestões apresentadas pela Comissão resumiram-se em algumas medidas de caráter mais urgente e outras menos imediatistas, porém de necessidade premente. No primeiro caso, recomendava-se a colocação de outro portão para o edifício, calçamento para o pátio, colocação de uma grade no topo da escada e por fim sugere um trabalho de limpeza uma vez por semana³¹. No segundo caso, recomenda a remoção do Celeiro Público e do Celeiro da Praça do Palácio, alegando as condições precárias em que se encontravam.³²

O Governo Provincial, ciente destas necessidades, nomeia uma Comissão com a finalidade de procurar um edifício conveniente para a remoção. A referida comissão estava constituída pelo Dr. Francisco Pereira de Aguiar, Barão de El Vermelho, Comendador José dos Barros Reis,

29. AMS - Fiel do Celeiro Municipal: registro de entrada de farinha no Celeiro Público - Informação: Câmara Municipal: Joaquim Ernesto de Souza. Presidente Câmara.

30. JORNAL da Bahia - 26 janeiro 1861.

31. JORNAL da Bahia - 29 janeiro 1861.

32. JORNAL da Bahia - 27 janeiro 1861.

negociante João Cezimbra, Dr. Demétrio Cyríaco Touri: -
nho³³.

As críticas ainda se fizeram sentir por algum tempo, em relação aos mercados, dentre elas, destacou-se a do deputado Rodrigues Seixas, que propõe um projeto de estabelecimento de mercado volante em substituição aos pês-simos mercados existentes e as barracas da praça do Mercado em S. Bento. Denuncia o estado destas barracas, chama-as "espécie de cidadela atuando sem autorização da Câmara, mas pagando impostos e licenças". Expõe o plano dos mercados volantes (no que é apoiado por outros colegas), a construção de 300 barracas distribuídas pela cidade e alugadas a 10\$000 mensais. Mostra ainda a conveniência do plano para os cofres provinciais. A renda mensal a razão de 3:000\$000 é anual de 36:000\$000, poderia ser utilizada para o pagamento de fiscais ou empregados de qualquer outra atividade pública³⁴.

Sugestões como esta, vindas da Assembléia Legislativa, ameaçavam as atribuições ainda conferidas a Câmara Municipal relativas a mercados e utilidade dos seus municípios, já bastante reduzidos pela reforma dos municípios de 1828, cuja função praticamente limitava-se a um mero papel administrativo.

Assim, o mau abastecimento da cidade do Salvador impõe uma má distribuição que se perpetuaria ao longo do tempo, em detrimento sempre de uma classe menos abastada e justamente por isso mais dependente desses alimentos considerados básicos para sua manutenção. A condição de Salvador como cidade essencialmente comercial, metrópole regional, também não favorecia a implantação de uma in

33. DIÁRIO da Bahia - 19 outubro 1861.

34. DIÁRIO da Bahia - 19 março 1864.

fra-estrutura capaz de solucionar o grave problema do abastecimento local.

2.4. Os meios de transporte e as dificuldades para o abastecimento

Pode citar-se, como um dos mais sérios problemas para o abastecimento da capital, as péssimas condições das estradas, de difícil acesso, às vezes intransitáveis, que impossibilitavam em muito o escoamento das mercadorias, encarecendo os custos dos produtos alimentícios. Nas épocas de estiagem, a situação tornava-se mais grave, devida a urgência com que se fazia necessário o abastecimento e a falta de condições para realizá-lo em tempo hábil¹.

Durante a grande crise de 1860, o suprimento que teve o seu curso alterado da capital para o interior, em atendimento ao programa de emergência governamental adotado, foi dificultado devido à precariedade das estradas. O Dr. Pedro da Silva Rego, Comissário de Socorro em Salvador, na época da crise referida, teria declarado: "O meio de transporte é, depois da seca, o maior mal, porque é esta dificuldade que encarece os produtos alimentícios"². Para justificar a sua opinião, mostra que o preço da farinha saída de Salvador, que girava em torno de 2\$000 a quarta, na época da crise, alcançava 12\$ a 15\$000 nas Lavras Diamantinas. Outro exemplo a ser citado, foi o da comarca de Minas do Rio de Contas, que localizada a 50 léguas de S.Félix e 60 de Caetitê, não ti

1. Deve-se observar-se que as mercadorias eram transportadas por tropas de animais que exigiam água e pastagem no percurso.

2. DIÁRIO da Bahia - 19 de novembro de 1860 n. 276 P.1.

nha condição de obter qualquer grão com o preço inferior a 72\$000 o alqueire, uma vez que, somente pelo transporte, pagava-se nunca menos de 60\$000 a carga³.

Mas, a partir desse mesmo ano, uma nova variável no setor referente a transportes, ofereceu melhores perspectivas. Trata-se da introdução da rede ferroviária, como sempre, em função do sistema produtivo dominante, mas que termina por favorecer também o escoamento dos produtos alimentícios do interior para a capital. A inauguração da primeira rede ferroviária ocorreu em 30 de junho de 1860, inicialmente beneficiando o Recôncavo próximo. As primeiras localidades a serem servidas foram: Plataforma, Periperi, Aratu⁴.

Posteriormente, em 1864, abriu-se o tráfego para Ilagoinhas e no ano seguinte novas linhas foram autorizadas, abrangendo o vale do Paraguaçu, desde Cachoeira até a Chapada Diamantina e mais um ramal que se estendia de Cachoeira para Feira de Santana. Em 1866, o capital inglês domina a companhia sob a denominação de STEAMER Tramroad Limited. (POPPINO, 1963:196).

A introdução da ferrovia no sistema de transporte da província iria facilitar o escoamento da produção de gêneros para Salvador, beneficiando com isso o seu abastecimento. A serviço do escoamento dos produtos das regiões interioranas para a capital, as locomotivas transportavam os gêneros alimentícios em terceira classe, inclusive a farinha de mandioca. O preço cobrado era 15 rs por arroba/léguas. O custo, considerado baixo, justificava-se pelo abatimento de 25% conferido aos gêneros alimentícios⁵.

3. DIÁRIO da Bahia - 19 de novembro de 1866 n.º 276 P.1.

4. JORNAL da Bahia - 30 de junho de 1860 n.2.096 P.3

5. DIÁRIO da Bahia - 4 de agosto 1866 n. 176 P.4.

No período da crise de 1864, alguns dos projetos das ferrovias, em direção ao interior da província, foram esboçados pelos deputados, membros da Assembléia Provincial que, pressionados pelas circunstâncias, assistindo a carestia dos gêneros alimentícios, a dificuldade para abastecer o mercado da cidade, a precariedade dos meios de transporte, tomam algumas iniciativas neste sentido. Os planos foram traçados obedecendo às rotas: "prosseguindo de Alagoinhas até Joazeiro, continuando atravessará o território da Purificação na Freguesia de Serriinha, em seguida acham-se os terrenos de Tucano, Bombal, subindo atravessará a Freguesia de Queimadas, para onde correrá de preferência toda a comunicação dos termos de Monte Santo e de Geremabo; e, em direção de Joazeiro, cortará os termos de Vila de Nova Rainha e de Jacobina, de terrenos fertilíssimos e de clima tão saudável que o próprio trigo se tem ali colhido"⁶.

Contudo todos esses traçados não significavam nada mais do que um simples plano fruto de uma situação emergencial da conjuntura reinante, cujos intentos seriam esquecidos e engavetados ao primeiro indicio de superação da crise. O assunto só voltaria a alcançar maior repercussão em 1876, quando ocorreria a abertura ao tráfego normal do trecho entre as cidades de Feira e Cachoeira, oferecendo melhores condições em termos de prestações de serviços, tanto no que se referia à rapidez como à quantidade dos veículos rolantes (POPPINO, 1963:197).

Porém, mesmo com a disponibilidade da rede ferroviária, os meios de transporte mais tradicionais, como o velho sistema das tropas de animais, persistiu por muito tempo ainda em atendimento às necessidades regionais. Pode citar-se duas estradas de tráfego contínuo entre a capi

6. DIÁRIO da Bahia - 3 de julho 1864 n. 154 p.2.

tal e o interior. A denominada Estrada dos Bois ou da Boiada, conhecida também como o mais antigo caminho da Mata de S. João, de significação maior devido ao seu prolongamento até o sertão e ainda uma outra estrada que ligava a cidade ao caminho da Torre. (Azevedo 1869:322).

Como meio de transporte tradicional, destacava-se também a navegação de pequena cabotagem, que sempre desempenhou um papel de fundamental importância no escoamento dos gêneros alimentícios dos centros produtores, para Salvador. Nos meados do século, em julho de 1854, foi introduzida a navegação a vapor, inicialmente contando-se com duas companhias: a Companhia Bomfim e a Santa Cruz, que faziam o percurso do porto de Salvador para as cidades de Santo Amaro, S. Francisco, Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Jaguaripe, Valença, Camamu, Ilhéus, Canavieiras, Porto Seguro e Caravelas⁷.

Posteriormente, em 1859, a companhia Bahiana de Navegação a vapor substituiu as duas outras companhias, introduzindo alguns navios mais modernos e atualizados, inclusive "um vapor com todas as proporções para a navegação dos rios"⁸. Mesmo assim, continuava-se utilizando muitas lanchas, barcos particulares, saveiros, sumacas, com destaque para os brigues nacionais, vendedores de farinha a bordo como: o "Belizário", "Conceição", a galeota "Elyptica", o "Mercantil", etc⁹.

7. FALLA da Bahia - Recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Ba. P.10 Presidente da Província Dr. João Mauricio Wladerley em 19 março 1855 P.34/35.
8. FALLA da Bahia - Recitada na Assembléia Legislativa da Ba. Pelo Presidente da Província o Dr. Francisco Xavier Paes Barreto. Em 15 março de 1859.
9. DIÁRIO da Bahia - 17 de agosto de 1860 - 22 de agosto 1860 6 de julho de 1860.

Esta navegação, como o mais tradicional meio de transporte utilizado no suprimento da cidade, resistiria ao longo, do tempo principalmente em se tratando dos centros produtores mais próximos.

Até a década dos anos 50, o mercado da farinha de mandioca dependia muito da navegação a vela, responsável, em grande parte pela irregularidade do abastecimento da cidade do Salvador, vez que, no inverno, o estado agitado do mar e os ventos violentos impediam a entrada nos portos dos barcos e lanchas. A introdução, 1851, da navegação a vapor, seria o primeiro sinal de libertação desta dependência do "mau tempo", vindo, em seguida, na década de 1860, a rede ferroviária, que iria, senão solucionar, ao menos prestar a sua parcela de contribuição na melhoria do abastecimento da capital metropolitana.

2.5. Preços

Os marcos cronológicos adotados para o presente estudo 1850/70 fazem parte de um período maior de grande mobilidade de preços na cidade de Salvador, em relação aos produtos de largo consumo interno da população, destacando-se dentre eles a farinha de mandioca.

A presença do produto no mercado devia-se geralmente aos negociantes intermediários, os "revendões", que não supriam as necessidades da população, sempre descontente em relação aos preços e ao modo como se fazia a distribuição. As críticas mais constantes baseavam-se no fato de que, apesar das medidas restritivas adotadas pelo governo municipal, a figura do intermediário impunha-se monopolizando o produto dentro do Celeiro Público, ou nos lugares designados pelas autoridades. Assim o monopólio dos grupos manifestava-se mesmo sendo o produto diretamente levado para o Celeiro Público, "... a farinha sofre o monopólio exclusivo dos possuidores das tulhas, no Celeiro, sem sofrer concorrência de nenhuma parte"¹, denunciava a imprensa.

A situação agravava-se, principalmente quando fatores outros de ordem interna interferiam, a exemplo, das secas, inundações, epidemias; então a economia de abastecimento ressentia-se, considerando-se o fato da escas¹sez do produto e a sua conseqüente irregularidade, de desorganização e instabilidade de mercado.

1. JORNAL da Bahia - 17 de fevereiro de 1857.

Outro problema a ser considerado seria o da instabilidade também no mercado externo. É que os fatores estruturais correspondiam ao mecanismo imposto pelo modo de produção dominante, sempre processados de forma desfavorável à economia de subsistência. Quando a balança comercial se apresentava favorável na Europa, empregavam-se todos os recursos disponíveis na agricultura de exportação, ocorrendo o déficit dos produtos alimentícios e, conseqüentemente, o aumento dos preços. Quando os preços caíam no mercado externo, aumentava-se a produção desses gêneros alimentícios, em decorrência da liberação de recursos da lavoura comercial, mas, em compensação, o poder aquisitivo da população ressentia-se, o comércio local decaía, provocando pequenas crises, que terminavam por interferir no abastecimento da capital. Verificou-se este fato em 1867, em Nazaré, quando os preços baixos conferidos aos produtos de exportação, café, açúcar, fumo, base econômica da região² contribuíram para acentuar o momento da crise verificada.

Obviamente o comércio inter-provincial, com seu caráter extremamente especulativo tirava proveito da situação, procurando equilibrar a balança comercial descompensada, com o comércio interno, lançando mão do monopólio, açambarcando os mercados, deixando em déficit o abastecimento da capital.

Todas essas irregularidades concorriam para o surgimento e fortalecimento das crises, que se sucediam em maior ou menor proporção, a depender do nível de participação e interferência desses fatores. Nestas épocas se verificavam as oscilações dos preços e, conseqüentemente, a instabilidade, que predominante no mercado, constitui-se em uma das características marcantes dos preços dos gêneros alimentícios na praça do Salvador.

2. DIÁRIO da Bahia - 6 de dezembro de 1867 p.1.

Esta ocorrência é verificada não somente na metrôpole, mas entre as cidades do interior que produzem para o auto-consumo e mesmo nos grandes centros produtores da farinha.

Em relação aos preços fixados na praça do Salvador, nota-se que eles dependiam muito da procedência do produto. Por exemplo, a farinha de Nazaré era lançada no mercado da capital da província por preços bem mais acessíveis que as dos seus concorrentes geograficamente mais distantes. A mais cara era a de Alagoinhas enquanto a de Feira de Santana acompanhava mais ou menos os preços da Nazaré. Assim quando a farinha era lançada no mercado ao torno de 10000 a 40000 o alqueiro, a de Feira de Santana orçava em 30200 a 30400 e a de Alagoinhas era oferecida a 10000².

Observamos inclusive que os preços dos produtos eram considerados neste período (1850/70), muito altos e julgar pelas notas contestadoras da imprensa local, o título de esclarecimento, deve-se explicar que os preços dependiam também da qualidade do produto lançado no mercado, porque existiam vários tipos de farinha constantemente mencionadas, como a farinha inferior, a ordinária, a de caixão, a lavada, a superior, a grossa, a fina. (vide a tabela de preços na página seguinte).

3. DIÁRIO da Bahia - 7 de novembro de 1866 n.253 n.1

4. JORNAL da Bahia - 17 de fevereiro de 1857.

QUADRO DE PREÇOS

(Conforme qualidade e Variação no Período)

Farinha "de caixão"	21600	a	2250	a	10400	quarta
Farinha "lavada"	22600	a	2250	a	10400	quarta
Farinha "sofável"	18600	a	1200	a	20000	quarta
Farinha "superior"	13000					quarta
Farinha "nova"	2275	a	2250			quarta
Farinha "velha"	2750	a	2800			quarta

Fonte: 5.

QUADRO DE PREÇOS

(alqueires)

1850	alqueires	12000	a	
1854	alqueires	12600	a	35000
1855	alqueires	12200	a	12600
1857	alqueires	22000 ²	a	30000
1858	alqueires	22500	a	22000
1859	alqueires	22000	a	32000

Fontes: 6,7.

- JORNAL da Bahia - 2 junho 1858 no 182 p.1. 17 fevereiro, 7 março, 12 março, 19 abril, 2 abril de 1857.
- Época em que ocorreu o motim da "carne sem osso e farinha sem caroço".
- CORREIO Mercantil, Abril a julho de 1852. Jornal da Bahia, janeiro a abril 1851. Diário da Bahia, Abril a julho 1850. Janeiro a junho 1854. Janeiro a abril 1855. Janeiro a junho 1857. Janeiro a agosto 1858. Janeiro a junho 1859. Os preços variavam entre os acima referidos nos respectivos períodos indicados.

QUADRO DE PREÇOS

(alqueires)

1860	alqueira	1\$500	a	4\$000
1861	alqueiro	\$440	a	1\$280
1862	alqueiro	6\$640	a	4\$000
1863	alqueiro	1\$600	a	4\$000
1864	alqueiro	2\$000	a	5\$760
1865	alqueiro	1\$600	a	3\$200
1866	alqueiro	16\$000	a	1\$400
1867	alqueiro	20\$000	a	2\$000
1868	alqueiro	4\$000	a	2\$000
1869	alqueiro	10\$000	a	3\$000
1869	alqueiro	2\$500	a	4\$500 - exportação

Fontes: 10,11.

10. JORNAL da Bahia - Diário da Bahia. Transcrição dos jornais de Cachoeira, Regenerador de Nazaré, O Feirense e das Cartas de Sta. Isabel, Lençóis, Macaúbas. Datas: 26 de janeiro 1860, 25 julho 1860, 19 dezembro 1860, 18 dezembro 1860. Dados extraídos da Pauta Semanal dos referidos jornais e da correspondência do Sr. Comissário de Socorro Pedro da Silva Rego para o Presidente da Província.
11. DIÁRIO da Bahia - 5 junho 1861 Transcrição do jornal Maragogipano, janeiro a maio 1862 e setembro a dezembro 1862 - Transcrição o Regenerador de Nazaré e o Feirense - janeiro a agosto 1863 - Transcrição do Industrial de Nazaré e o Noticiador Alagoiense e o Comercial de Feira. Janeiro a março 1867 julho a novembro 1867 - janeiro a abril 1869 - julho a dezembro 1869 - 27 fevereiro 1869 - Transcrição jornal o Progresso de Curralinho.

OBSERVAÇÃO

Em 1860 o interior da província, é profundamente atingido por uma das mais graves crises do período em foco. Os preços apresentavam-se elevadíssimos em relação aos da capital. (Vide capítulo sobre Crises). Em Santa Isabel chegou a custar o alqueire de farinha 72\$000, em Lençóis 62\$000, João Traro 8\$000, Diamantina 12\$000 a 15\$000, Pão de Centas 15\$000. Em Macaúbas 160\$000 e a própria Cachoeira, considerada a "terra dos farinhaeiros" o custo do alqueire foi de 4\$180 a 5\$120. Enquanto isto na capital de janeiro a dezembro os preços variavam em torno dos referidos acima.

Nos três anos subsequentes, verificou-se o problema da contradição dos preços no mercado da farinha em relação a exportação e importação. Em 1861, os custos no interior ainda apresentavam-se elevados, na base de 16\$000 o alqueire em Minas do Pão de Centas e 9\$000 em União Nova (em junho). Entretanto, no mercado de exportação, oscilava em torno de 600 a arroba. Se março a dezembro, no comércio inter-província, verificou-se uma variação entre 1\$200 e 1\$400. Em 1862/63 a situação agravou-se porque nas fontes de produção a exemplo de Nazaré e Feira de Santana os preços estavam mais altos que no mercado exportador, observando-se então, nos meses de janeiro a maio de 1863, o produto voltado para exportação custava o mínimo de 1\$300 a 1\$500, contrastando visivelmente com os acima referidos, vigorantes na cidade do Salvador.

Em 1864 a farinha desapareceu da pauta de exportação; a seca verificada nesse ano concorreu para desorganizar o mercado da farinha a nível de exportação. Nota-se, em 1866 a farinha da vila de Nazaré equilibrando os preços no mercado da capital enquanto as vilas de Lagoinhas e Feira

de Santana começam a destacar-se como centros de produção, embora sem condições de competir, tanto em preços como em nível de lançamento na Praça de Salvador, com a velha e tradicional produtora, a vila de Nazaré.

Em última análise, pode considerar-se a reincidência da contradição no mercado exportador da farinha durante o ano de 1869, quando o problema dos preços mais baixos para o mercado inter-provincial verificou-se e com intensidade tal que gerou outra crise, a de 1869.

Em relação aos preços indicados pode acrescentar-se que a farinha importada custava no mercado da Salvador, o mesmo preço que o da terra. Em 1858, o produto, vindo de Santa Catarina e Rio de Janeiro, apresentava-se na praça dessa cidade 4\$100 a 4\$400 o alqueiro, a depender da qualidade; o mesmo exigido pela farinha, vinda de São Matheus, Caravelas, Alcobaça e outros pequenos portos locais. O saco de dois alqueiros vindo das províncias referidas estaria a 8\$200 a 8\$400 e 7\$500 a 8\$900. Evidentemente que se tratava de uma transação comercial exercida por grupos fortes, a ponto de conseguirem manter um preço capaz de concorrer com a farinha de mandioca da terra.

Durante a crise de 1860, poucos centros produtores do interior da província tiveram condições de fornecer víveres para a capital, obrigando a importação de grandes quantidades de produtos alimentícios de outras províncias²², que conseguiram suprir o abastecimento da metrópole regularmente mas houve problema no abastecimento de algumas vilas e lugarejos do interior da província: além de mal servidos, foram vítimas da carestia dos produtos inclusive da fa

22. DIÁRIO da Bahia - 29 fevereiro 1859 N. 47 P. 1. resposta da Associação Comercial ao Offício do Presidente da Província.

na atinge pelo alto índice dos preços, como sejam: Em Santa Isabel, os preços alcançaram 72\$000 o alqueire, em Lençóis 96\$000 e em Macahubas o preço estourou, atingindo 160\$000 o alqueire.

Não obstante a capital do Salvador não sentiu essa crise com a mesma intensidade. Ao contrário, a farinha de mandioca importada não apresentava grandes oscilações, nem altas excessivas no mercado de Salvador, mesmo por ocasião dessa grande crise de 1860, quando ocorreram importações do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as oscilações eram mínimas e se verificava mais em função da qualidade. Por exemplo, logo no início do ano o preço estaria em torno de 3\$600 e 4\$000²³ o alqueire, e em julho alcançava 3\$400 e 3\$500 o alqueire para a "nova", enquanto a velha orçaria em torno de 3\$000 e 3\$200; no fim do ano os custos estiveram em 1\$500 por alqueire²⁴.

Mas a importação não fornecia a estabilidade desejada para o abastecimento da metrópole, como provam as crises posteriores, enfrentadas em comum, isto é, quando a capital e o interior, participariam do mesmo problema em igualdade de condições, e o mercado importador não conseguiu suprir as necessidades de consumo da cidade do Salvador, nem do interior da província baiana. Percebe-se inclusive que nos dez anos subsequentes, o estado de crise do abastecimento seria quase permanente nessa província baiana.

Os preços mais acessíveis da década dos anos 60, são encontrados no período de 1861/62. O preço máximo alcançado

23. JORNAL da Bahia - 3 de janeiro de 1860, 24 janeiro 1860

24. DIÁRIO da Bahia - 8 dezembro 1860 N.277 P3.

em 1861 foi 2\$800 a arroba, no mês de março, e o mínimo estabelecido foi de \$600, tendo sido este último mais constante na maioria dos meses do ano em curso²⁵. Já em 1862, ano considerado das grandes exportações do produto, os preços elevaram-se para o consumidor soteropolitano, enquanto na pauta da exportação eles apresentavam-se mais baixos. Pode verificar-se em abril de 1862, a farinha de primeira qualidade de Nazaré, sendo vendida, a razão de 4\$000, e a de segunda a \$800 o alqueire, porém o preço para exportação apresenta-se na ordem de \$600 a 1\$000 por alqueire²⁶. Este tipo de arbitrariedade ocorre em proporções tais, que no ano de 1859, generaliza-se uma crise, justificada simplesmente como "proveniente da escassez do produto". Na verdade a exportação verificada em alta escala, como não podia deixar de ser, provocava o colapso do abastecimento local. A quantidade de farinha estocada para suprir a população não era suficiente e provocava a carestia na capital e no interior, enquanto no lançamento voltado para fora, apresentava-se uma cotação inferior ao cobrado no consumo interno. Assim, quando o preço da farinha no mercado inter-provincial alcançava 2\$500 para a inferior e 3\$000 para a superior, na fonte de produção, em Nazaré, ela estaria a 3\$000 e 5\$000 o alqueire.

A situação reinante expõe a manobra utilizada pelos senhores monopolistas da farinha, que percebendo a iminência da queda dos preços do produto no mercado interno, devido à superprodução, atuavam esvaziando o mercado de oferta através da exportação do produto.

A liberação do mercado, ocorrida em 1861, produzia seus efeitos e se manifestava nesta contradição dos preços do

25. DIÁRIO da Bahia - 18 dezembro 1860 N.289 E3 P.1 25
julho 1860 N.159 P.1

26. DIÁRIO da Bahia - Transcrevendo o Regenerador de Nazaré e O Feirense. Janeiro a dezembro 1862.

produto "in loco" e nos de exportação, refletindo claramente a política dos atravessadores, monopolizadores do comércio da farinha que, apoiados legalmente, adquiriam o produto no local da produção, antes mesmo de penetrar nos centros distribuidores para a capital. Encontra-se assim a justificativa referida para a contradição dos preços.

Diante do exposto, pode acrescentar-se algumas razões que explicam a carestia da farinha no decorrer de todos esses anos. Em primeiro lugar, cita-se a escassez do produto que poderia ser real ou provocado, como causadora da irregularidade do abastecimento da cidade e da elevação dos preços. Em seguida, a exportação da farinha de mandioca para outros mercados e a expansão de atuação dos açambarcadores que, agindo no interior da província, tornava o produto escasso para os centros urbanos, como o de Salvador.

Outras razões podem ser mencionadas, como o armazenamento da farinha em grandes estoques, no sentido de provocar também o colapso no abastecimento e, conseqüentemente, a elevação dos preços. Constatou-se assim uma manobra dos atravessadores no mercado. Alguns deles perderam quantidades consideráveis de farinha por deteriorização. Visando melhores preços detinham por muito tempo um produto alimentício perecível que, apreendido pelos agentes da polícia municipal foi muitas vezes lançado no mar²⁷.

27. JORNAL da Bahia - 26 janeiro 1861. Denúncia da Comissão dos Celeiros Públicos. 23 abril 1861: A Câmara Municipal exige que toda a farinha deteriorada deverá ser retirada do depósito do Celeiro Público e lançada no mar. Em maio desse mesmo ano foram lançados no mar 810

Como última alternativa para as razões da carestia dos gêneros alimentícios, pode citar-se a concorrência exercida na cidade entre os consumidores locais e tripulantes de navios ancorados no porto, que se abasteciam nesta cidade, com prioridade em relação à população local, por possuírem dinheiro corrente para as suas transações (Matoso, 1970:40). O mercado tornava-se assim mais especulativo e os preços mais elevados.

O sistema de abastecimento da cidade do Salvador, revela-se por todas estas razões, desorganizado e irregular, consoante a sua estrutura de mercado, essencialmente monopolista e açambarcadora, sem perspectiva popular, vez que o lucro se impunha como meta prioritária e a ação oficial não conseguia anular, ao menos minimizar, os efeitos da especulação.

alqueires de farinha de mandioca podre, pertencentes à Cia Matheus dos Santos e Irmãos. Outros casos semelhantes ocorreram.

3. AS CRISES

3.1. Características gerais

A história do abastecimento de farinha da cidade de Salvador caracterizou-se pelas suas irregularidades cíclicas, pelo caráter monopolista e açambarcador do seu comércio enfim, pelas crises e pela ausência de uma política capaz de imprimir algo de duradouro e eficaz. É que as causas dessas crises não sendo atingidas, mantinham-se latentes, mesmo depois de vencida a depressão e voltariam a atuar ao primeiro indício de uma nova conjuntura, circunscrevendo assim, o velho ciclo vicioso, altamente desgastante para as economias subsidiárias e dependentes.

As crises do período em foco (1850/70) repetiam-se, adquirindo maior expressão e tendência ascendente até atingir o clímax em 1858 com a eclosão do "movimento da carne sem osso e farinha sem caroço".

As providências e as medidas oficiais atendiam apenas nas situações de emergência, não assumindo o caráter permanente desejado. As próprias medidas "restritivas de comércio, adotadas nos anos de 1853, 1857, 1859, 1860 seriam imediatamente suspensas ao primeiro indício de recuperação do mercado.

Dentro do período assinalado, detectamos como grandes crises, a de 1855, 1857, 1858, 1860 e 1864, vez que alcançaram maior repercussão e os seus efeitos se refletiram por quase toda a província. É que a seca aliada às deficiências infra-estruturais dessas atividades acessórias, reduz a produção local e abala o sistema de abaste

cimento da capital. Considera-se sobretudo o fato das regiões produtoras, nestas circunstâncias, aumentarem a sua capacidade de consumo, em função da sobrecarga imposta pelas regiões atingidas. O mercado da Salvador termina ficando em déficit de farinha de mandioca, procurando suprir-se em outros centros.

Não resta dúvida que a seca funcionava nesses momentos de crises conjunturais como um sério agravante, mas não como elemento primordial, vez que já se evidenciava o problema sócio-econômico do Nordeste, problema este de corrente da supervalorização da agricultura de exportação e do pauperismo a que estava sujeita a lavoura de subsistência, afastada da área metropolitana, no sentido de atender melhor às prerrogativas da lavoura nobre. Nessas conjunturas de seca, as deficiências do sistema colonial implantado e ainda persistente nos meados do século XIX, acentuavam-se agravando e dificultando a situação e, conseqüentemente, o abastecimento da cidade do Salvador.

É interessante notar que essa visão do problema, no processo histórico em curso, não era assimilada pela população da cidade, que constantemente explorada e sem condições de questionar melhor a situação reinante, indicava a seca, como exclusivamente responsável, exprimindo nas suas reivindicações contestações apenas de ordem local e imediata.

A alternativa da importação da farinha, utilizada no sentido de equilibrar o abastecimento do capital, provocava dependência do comércio inter-provincial e instabilidade no mercado. Tanto que, na crise de 1864, as fontes abastecedoras externas não tiveram condições de atender à demanda e o abastecimento tornou-se difícil e precário, apesar dos esforços dos centros produtores da província, como Ilhéus, Feira de Santana, Nazaré.

As medidas de maior extensão social, menos lucrativas em épocas normais e às vezes até dispendiosas inicialmente, surtiriam efeitos mais positivos em ocasiões semelhantes a estas, pelo menos em relação ao todo e não somente a um grupo de comerciantes ciosos de lucros. Grupos de companhias comerciais, como Souza Lima e Irmãos, Souza Riesenburger, Antonio Ferreira Fontes e C. e outros controlavam o mercado da farinha, ficando então o abastecimento da cidade, muitas vezes, dependentes destes negociantes.

Quanto às máquinas de fabricar farinha de mandioca, movidas a água e animais, ao que parece, não tiveram nenhum sentido econômico-social durante as crises vividas pelo povo baiano. Aliás, uma delas foi instalada no engenho São Lourenço, de propriedade do Sr. Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, gerando mais uma contradição no sistema produtivo da época: o pequeno produtor agrícola, vinculado ao modo de produção subsidiário não daria em seu poder sequer as inovações tecnológicas. Estas seriam absorvidas pelos senhores de engenho, em proveito do modo de produção dominante. Os preços elevados impediam a aquisição das máquinas pelo trabalhador rural, 6:500 \$000, ou um pouco mais, sem as despesas de viagem¹.

No cômputo geral a mecanização tornar-se-ia uma ameaça para o pequeno lavrador de mandioca, que via seu mercado esvaziar-se, em decorrência de uma produção para autoconsumo, verificada nas grandes propriedades. Desestimulava-se assim o pequeno produtor, deixando-o despreparado para enfrentar uma conjuntura negativa. Então a importação verificava-se em alta escala, favorecendo grupos de comerciantes, exportadores do produto da terra e importadores de outros, considerados básicos para a população da capital e de toda província.

1. JORNAL da Bahia - 1 de janeiro de 1850.

Desta maneira, utilizando-se a expressão da Era. Yeda Linhares, o "metabolismo econômico", entre o campo e a cidade, isto é, o fornecimento dos produtos do campo para os centros urbanos e vice versa, nas épocas de crise, estaria ameaçado, em decorrência das contradições existentes demonstradas neste sistema de abastecimento adotado. Sistema este representado pela importação da farinha e a posterior distribuição da capital para o interior, que em época normal era capaz de suprir-se até de exportar. Enquanto isso, as célebres medidas de emergência, já sistematizadas, funcionavam plenamente.

A grande crise de 1855 constituiu-se em exceção quanto a alguns dos aspectos expostos. A sua ocorrência deveu-se à epidemia da "cholerá morbus", portanto tratava-se de uma crise de caráter "não natural", mas que alcançou grandes repercussões tanto nessa época como posteriormente. Em 1859, o Presidente da Província, ainda mencionava esta crise como um dos fatores propiciadores "da deficiência dos víveres" verificada na ocasião².

As crises menores de 1853, 1859, 1865/66/67/68/69 não atingiram maiores dimensões, nem em termos espaciais, nem econômicos, nem tão pouco em relação ao mesmo ciclo de duração das outras já mencionadas. A despeito disso não deixaram de influir na questão do abastecimento da cidade de Salvador. Apesar das características comuns de maioria das crises, percebia-se entre elas um traço distintivo, indicado pelas interferências de fatores "não naturais" nos fatores de ordem "naturais", como sejam: a guerra do Paraguai, convocação militar, epidemia bexiga, etc., de ordem "não naturais" interferiram nos de ordem "naturais", como as

2. FALLA da Bahia - Pelo Presidente da Província o Dr. Francisco Xavier Paes Barreto. 15 de março de 1859.

intempéries climáticas, (sêca e inundações). A convergência desse elementos tornava as crises mais agudas, a situação mais grave, as constestações mais violentas.

3.2. As grandes crises

3.2.1. A crise de 1755

A crise de 1755, uma das mais graves verificadas no período em estudo, alcançou maiores proporções, por se tratar de uma crise "não natural", proveniente da epidemia da coléra morbus, que assolou a província baiana, no referido ano, trazendo sérias implicações de ordem econômico-social.

A escassez dos suprimentos na cidade do Salvador agravava-se durante a conjuntura em foco, em decorrência das perdas de vida, do abandono da agricultura pelos lavradores, pela fuga dos criadores e negociantes. A população da cidade, em desespero, apela para as autoridades que lutam por contornar o problema, utilizando estratégias como: envio de um agente de confiança ao Sul da província, visando obter os produtos alimentícios para o abastecimento da capital flagelada.

Vilas como Camamu, Santarém, Alcobça, Maraú, Freguesia de Igrapiúna, Barra do Rio de Contas, enviaram grandes quantidades de farinha em atendimento às requisições do Presidente da Província; é que a Câmara Municipal e o Governo Provincial aliados promovem uma política de atendimento popular baseada na requisição da farinha aos senhores Juizes de Direito das Comarcas que se responsabilizariam em atender ao agente de confiança do governo, na pessoa do escriturário da Câmara Municipal, Salvador Aires de Carvalho e Albuquerque. Recomendava-se pronto atendimento, exigindo-se a maior brevidade possível

na execução de operação de arrecadação "da farinha" ¹.

A Vila de Camamu responsabilizou-se em enviar mensalmente 15 a 13.000 alqueires de farinha². A vila de Barra do Rio de Contas enviou 7.000 alqueires³ e assim se verificou uma colaboração de todo o interior que se comovia com o drama vivido por esta capital e outras vilas da Província.

Revelam-nos os documentos que a farinha adquirida na fonte de produção, por 1\$500 o alqueiro, com despesa de frete alcançado em torno de \$160 e \$200, a depender da distância, teria sido vendido no Celeiro Público, a razão de \$415 o alqueiro⁴, portanto por preço bem abaixo do custo.

O governo da província conseguiu armazenar grandes quantidades do produto, com a finalidade de enfrentar a crise, no tempo em que, defendia a cidade do comércio monopolista. Conseguindo farinha em abundância, o preço baixo foi mantido durante a crise, mesmo ocorrendo um prejuízo calculado em 10:438\$220 para os cofres

1. APEB - Secção Histórica - Presidência da Província, Série agricultura. n.4631 - Gêneros alimentícios. 19 outubro 1855.
2. APEB - Secção Histórica - Presidência da Província, Série agricultura. n.4631-Gêneros alimentícios. 29 agosto 1855.
3. APEB - Secção Histórica - Presidência da Província, Série agricultura n.4631 - Gêneros alimentícios. 6 setembro 1855.
4. APEB - Secção Histórica - Presidência da Província, Série agricultura n.4631 - 3 agosto 1855.

provinciais. Depois de superado o momento crítico, o excesso foi vendido aos revendões⁵.

Cumpre notar que, apesar da epidemia ter provocado a crise alimentícia, a cidade do Salvador não ficou desprovida de farinhas e o interior da província teve condições, juntamente com as medidas adotadas, de suprir as necessidades que o momento impunha. Porém os efeitos se fizeram sentir, posteriormente, devido a perda de vidas e, conseqüentemente, de braços para a lavoura, sentindo-se então a escassez da produção e desorganização no abastecimento. Considera-se em relação a este aspecto, que a epidemia não se limitou à capital; alcançou muitas vilas do interior, como Cachoeira, cuja situação foi deprimente, chegando a receber auxílio de outras vilas, a exemplo de Santarém, que enviou para os pobres daquela localidade 335 alqueires de farinha⁶.

Em 1859, o Presidente da Província, Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, ainda lamentava a grande perda de braços proveniente desta epidemia, indicando-a como fator relevante no descontrole da produção na época em apreço⁷.

5. FALLA da Bahia - Presidente da Província Dr. Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima 14 maio 1856 P.85/86.
6. APEB- Secção Histórica - Presidência da Província - Gêneros alimentícios- 22 setembro 1855.
7. FALLA da Bahia - Dr. Francisco Xavier Paes Barreto- 15 março 1859 P.21.

3.2.2. A crise de 1857

Comenta Yeda Linhares, no seu trabalho sobre abastecimento, que "as economias têm as crises de sua estrutura"³. Observando-se este princípio, percebe-se o motivo pelo qual as crises alimentícias estariam se processando continuamente no decorrer dos anos subsequentes. É que elas seriam decorrentes da própria estrutura implantada, isto é, estrutura baseada no latifúndio, na monocultura, no regime de trabalho escravo que, mesmo com suas bases abaladas como era o caso da província baiana, nos meados do século XIX, difundiam seus efeitos seculares, resistindo às alternativas de ordem administrativa ou conjunturais surgidas na época, simplesmente por se tratar de um problema estrutural, estável ainda o suficiente para impor-se.

O próprio Presidente da Província, o Sr. João Lins Cansião do Sinimbu o atesta, quando dá o seu parecer sobre a grande crise de 1857/58. Declara na ocasião que o problema da escassez dos produtos alimentícios, responsável em grande parte pela crise provincial, estaria vinculada ao regime do trabalho escravo aqui implantado há séculos e a conseqüente concorrência enfrentada pelo pequeno lavrador, que sempre se constituiu em produtor desse gênero, em produzir para atender à demanda da cidade do Salvador. Mas para o exercício de suas atividades foram-lhe dadas apenas duas oportunidades de opção: dirigir-se para o interior, em busca de terras melhores para a lavoura, porém de difícil acesso ao mercado da capital, ou estabelecer-se no litoral nas faixas de terras mais fracas, menos férteis e sem capacidade de pro-

3. LINHARES, Yeda - Problemas do abastecimento numa perspectiva histórica. Citação do autor Ernest Labrousse. P.106.

duzir o suficiente para atender à demanda. O certo é que, em nenhuma dessas alternativas, havia maiores perspectivas de desenvolvimento da agricultura de subsistência.

O Presidente da Província denomina esta realidade de "jogo das circunstâncias", ao tempo em que indica outra função social que poderia ser atendida pelo pequeno lavrador, caso não ocorresse esta divisão social do trabalho: esta mão-de-obra poderia estar apta para suprir o lugar do trabalhador escravo na produção.⁹

Diante do exposto, percebe-se claramente o jogo dos interesses; inicialmente o trabalho escravo atendia aos interesses dos grupos dominantes, enquanto o pequeno agricultor, como trabalhador livre, representava um empecilho ao sistema de produção estabelecido. As terras litorâneas teriam de ser ocupadas pela lavoura de exportação, mesmo que, para isso fosse prejudicada e afastada uma atividade acessória necessária ao suprimento alimentar da população de Salvador. Esta situação correspondia à expressão do Presidente da Província de "jogo das circunstâncias".

O "jogo dos interesses" sobressai mais uma vez nas palavras do chefe do executivo baiano, quando ele evoca a função social pretendida para o trabalhador livre, isto é, revela-se uma alternativa viável de aproveitamento desta mão-de-obra, em substituição à escrava para a grande lavoura, mesmo em detrimento mais uma vez da agricultura de subsistência. Nota-se inclusive que, em outras

9. DIÁRIO da Bahia - 29 setembro 1857 - Fala pronunciada pelo Presidente da Província, João L.V. Cansansão do Sinimbu na Abertura da Assembléia Legislativa em 1 setembro de 1857.

épocas, no período colonial, fazia parte do jogo, o afastamento do pequeno lavrador independente. Já nesta etapa do governo imperial, diante da perspectiva da abolição da escravatura, torna-se necessária a presença deste elemento para dar continuidade ao sistema implantado.

A Lei de Terras de 1850, instituindo a compra da terra, favorece a conjuntura em foco, que iria dificultar sobremaneira a expansão da agricultura alimentícia, em face da menor disponibilidade de recursos do pequeno lavrador dedicado a esta atividade; restava-lhe agora a opção de trabalhar na grande lavoura, corresponder aos interesses maiores, ainda que esta situação provocasse um grande déficit na produção dos gêneros alimentícios e viesse ameaçar o abastecimento da capital da província.

Conclui-se assim que os produtores alimentícios e, no nosso caso, a farinha, por ser produto alimentício básico estaria sempre sujeita a irregularidades cíclicas constantes. Os desdobramentos naturais dessas crises acompanhariam o novo baiano, demonstrando a influência da produção "plantation" na produção subsidiária dos produtos alimentícios, durante todo o decorrer do processo histórico. Os seus efeitos impunham-se na formação econômico-social da província baiana.

Na realidade, o ano de 1857, constitui-se em um dos anos mais difíceis do século XIX vivido pela população baiana. A seca era frequentemente indicada como elemento primordial para o acirramento da crise.

A farinha de mandioca escasseava no mercado e encarecia, levando a Câmara Municipal a lançar a célebre postura "Restritiva de Comércio", na tentativa de conter os senhores atravessadores, açambarcadores no mercado. Publicada em 16 de janeiro de 1857, possuía o seguinte teor: "Só se poderá vender farinha no Celeiro Público

ou no mar e nos lugares designados pela Câmara. Rigorosamente proibido depósito em outros lugares. A Câmara poderá quando julgar conveniente, mandar recolher toda a farinha que estiver embarcada no Celeiro Público e, neste caso, até mesmo no mar precisará de licença da Prefeitura. O objetivo é tão somente não desviar este gênero do mercado da capital nem ficar sujeito ao monopólio"¹⁰.

Observa-se no entanto, que a postura não foi bem aceita pela população, cujas contestações se faziam sentir através da imprensa local. Alegaram a predominância do monopólio concedido aos negociantes do celeiro, por exercerem o comércio sem concorrência de nenhuma outra parte.

Segundo a nota do Jornal da Bahia, os atravessadores apoderavam-se da farinha no mar, comprando-a por atacado e impunham o preço ao consumidor, tornando-se assim senhores absolutos no mercado. Possuíam duas ou três tulhas no celeiro e exploravam o produto básico alimentar, considerado como "pão-de-ruiva". As reclamações ainda se referiam ao fato de só existir um ponto de venda e a presença de estrangeiros entre os comerciantes. De acordo com as críticas, a única alternativa seria o sistema de mercado livre e favorecedor de trocas¹¹.

Um aspecto que merece realce são os efeitos dessa crise sobre o abastecimento da cidade.

10. JORNAL da Bahia - 19 janeiro 1857 N. 1039 P.2.

11. JORNAL da Bahia - 17 fevereiro 1857 N.1113. P.1 , nesta é nota é assinada: "o inimigo do monopólio".
26 fevereiro 1857 N.1121 P.3 assinado: "O empregado mal contente".

3.2.2.1. Efeitos sociais da crise de 1857

O Governo Municipal a braços com os problemas decorrentes da crise dos produtos alimentícios e consciente das críticas das quais era alvo, resolve tomar algumas providências, visando evitar o colapso do fornecimento da farinha no mercado da cidade de Salvador, já a esta altura bastante comprometido.

Firme na sua concepção acerca da eficiência do controle do mercado, para minimizar os efeitos da crise para os gêneros alimentícios, lança uma outra investida, baseada ainda na contenção do preço da farinha no mercado. Proibia, através de Edital¹² a venda do produto aos atravessadores nos barcos e lanchas, antes de ser exposto nas feiras públicas ou mercados; aqueles só poderiam prover-se depois que o fizessem os consumidores, incluindo-se na categoria até as "ganhadeiras". Com esta medida julgava conceder mais uma chance à população de obter o produto sem a interferência do intermediário que o onerava sobremaneira. Estabeleciam-se multas de 30\$000 e 3 dias de prisão aos infractores.

Tentava-se contornar com essas medidas uma situação cada vez mais insustentável. Como última tentativa, o Poder Municipal ainda faz publicar outro edital dentro dos mesmos princípios adaptados e portador de restrições maiores: "de hoje em diante e até que passe a crise actual, fica proibido vender farinha no mar, sem licença da mesma Câmara, que marcará a quantidade que se deve dar a cada comprador, ficando os mestres ou donos das embar

12. JORNAL da Bahia - 11 março 1857 - Edital assinado:-
3 março 1857.

cações obrigados a darem entrada no Caixaio Público de clarando a quantidade de alqueires que trouxeram¹³.

Estes mecanismos de controle não surtiam mais nenhum efeito, uma vez que, não conseguiam atingir os interesses da população que insatisfeita, reclamava a "falta de providência por parte dos poderes públicos"¹⁴. Criticavam-se os vereadores, os monopólios, as medidas adotadas, o preço da farinha que alcança o recorde de 1\$230 rs a quarta¹⁵; lamentava-se a situação dos trabalhadores da roça, cujos salários, de 1\$200 a 1\$250, não lhes oferecia condições de sobrevivência¹⁶. A escassez do produto acarretava a elevação dos preços e os poucos barcos chegados no porto só dispunham de meia descarga¹⁷.

Em termos de suprimento, esta crise apresentou, segundo os observadores da época, maior gravidade que a de 1855, a crise da "cholera morbus", considerando-se principalmente o controle dos preços sobre o mercado constantemente abastecido;¹⁸ inclusive providenciou-se, durante a crise da epidemia, o armazenamento do produto como medida de precaução, sendo solicitado para isto um empréstimo ao governo provincial, de 2:206\$640¹⁹.

13. JORNAL da Bahia - 4 abril 1857 - Edital assinado: - 2 abril 1857.

14. JORNAL da Bahia - 3 abril 1857.

15. JORNAL da Bahia - 12 março 1857

16. JORNAL da Bahia - 8 abril 1857.

17. JORNAL da Bahia - 1 abril 1857 - O preço da farinha ordinária já estaria a 1\$200 e a sofrível a 1\$600 a quarta.

18. JORNAL da Bahia - 3 abril 1857.

19. JORNAL da Bahia - 26 junho 1857.

Neste momento difícil para o provimento da cidade, chegam ao porto 13 embarcações carregadas de farinha, cerca de 24.000 alqueires. O consignatário de um dos brigue, "O Minerva", tenta negociar a sua carga com o Governo Provincial, que recorre à Associação Comercial em busca de uma orientação sobre o negócio a ser realizado. Enquanto isto, outros barcos se dirigem para o interior, em busca de outros mercados.

O Presidente da Província resolve ceder às pressões dos grupos monopolistas e declara liberdade comercial para a farinha, apresentando como justificativa para a nova decisão o que assim expressa: "política restritiva de comércio não havia surtido os efeitos desejados"²⁰. Propõe imediatamente a suspensão da postura que impunha o monopólio para o Celeiro Público, ao invés de importar a farinha como a Câmara pretendia. Assume o ato da liberação comercial diante do público, em Edital, sob a alegação constante, de que estaria movido pela "crise actual da carestia deste gênero de primeira necessidade"²¹.

Esta foi a medida extrema adotada no sentido de dominar as posições. Alia-se o Governo Provincial com a Assembléia Legislativa, e reconhecendo o apoio da Associação Comercial, opõe-se à Câmara Municipal, que, pressionada, sente-se no dever de sugerir a suspensão da Postura

20. JORNAL da Bahia - 27 abril 1857 N.1169 - assinada no dia 25 abril 1857.

21. Consta do Acto Official "... tem resolvido aprovar (O Presidente da Província) a referida suspensão (da Postura de 13 janeiro 1857) e declarar que fica livre a venda desse gênero (farinha) "no mar" e "em terra". Sujeita somente a fiscalização que pela lei de 1 outubro de 1823 pertence a referida Câmara " Jornal da Bahia - 27 abril 1857 - assinado em 24 abril 1857.

do dia 16 janeiro 1857 ao Presidente da Província. Nos anos subsequentes (1850/59/60), o Poder Municipal confirma a sua convicção quanto à eficácia da restrição comercial no controle do abastecimento soteropolitano.

De acordo com as previsões até mesmo do Governo Provincial, a repercussão da liberação do comércio nos locais de procedência atrairiam remessas maiores de farinha para o porto da cidade; já no mês anterior o "recrutamento do ancoradouro" havia sido suspenso como incentivo aos mestres e tripulantes das lanchas e barcos de farinha no porto²².

O mercado da farinha, neste momento, adquire maior flexibilidade; aparecem no porto navios carregados do produto, as solicitações de licença sucedem-se, os preços apresentam um ligeiro barateamento. Enfim, a farinha é lançada no mercado em abundância. Inaugurou-se um novo mercado destinado aos negócios deste produto e de cereais em geral, localizada nos terrenos da Marinha, ao Sul do Arsenal, possuindo instalações satisfatórias para o atendimento popular e armazenamento dos gêneros alimentícios. Quanto à sua administração, estaria a cargo de uma Comissão do Celeiro Público²³.

Torna-se assim evidente a presença dos grupos monopolistas no mercado atuando e impondo-se através de velhas manobras de subtração do produto. No momento da liberação comercial, a farinha apareceu e circulou livremente.

22. JORNAL da Bahia - 24 março 1857,

23. JORNAL da Bahia - 20 maio 1857 - Fazia parte da comissão, entre outros: Manuel Jeronymo Ferreira, Dr. José Eduardo Freire de Carvalho.

Mais uma vez, a Câmara demonstra a seriedade das suas convicções: os açambarcadores da farinha de mandioca estavam presentes para explorar o consumidor baiano e pressionar o governo, porque possuíam uma "estratégia de ação" que funcionava e funcionaria sempre nos anos posteriores.

3.1.2.2. "Movimento da carne sem osso e farinha sem caroço"

Após os primeiros momentos, tornou-se francamente evidente que a liberação do mercado não trouxera a tão esperada estabilidade aos preços dos gêneros alimentícios, mesmo em se tratando de farinha de mandioca. A carestia deles constituía-se novamente em motivos de debate e entre as opiniões mais importantes, destacavam-se as seguintes: a da imprensa, do Presidente da Província, a Assembléia Legislativa, Associação Comercial e Câmara Municipal.

A imprensa noticiava o momento difícil vivido por todo o império brasileiro, em decorrência da crise dos gêneros alimentícios. Exponha, como fatores propulsores destas dificuldades, o "sistema vicioso da cultura" que consistia na produção das províncias sempre voltadas para si, dificultando deste modo, o comércio inter-provincial e, como segundo fator, a carência dos meios de transporte. Taxava-os de meros, poucos, maus e de custo muito caro. Estas deficiências oneravam o comércio, tirando as condições de exportação do produto: a imprensa realça a posição privilegiada da província de Minas Gerais, em relação ao setor do abastecimento e comércio inter-provincial. Por atender às suas vizinhas mais próximas e capazes de suportar as despesas de transporte dos produtos alimentícios, previa para ela a condição

de constituir-se em "celeiro da corte"²⁴.

De acordo com o parecer do Presidente da Província da Bahia, o Sr. João Luis Cansansão do Sinimbu, o problema da escassez dos produtos alimentícios, responsável em grande parte pela crise provincial, estaria vinculado ao regime de trabalho escravo, aqui implantado há séculos e o conseqüente afastamento do pequeno lavrador para regiões distantes e de difícil acesso, em relação a capital da Província.

A Assembléia Legislativa também debate este assunto, indicando como principal responsável por este momento de crise a mudança na indústria agrícola; outros produtos voltados para a exportação tomam vulto, como o cacau, o café, o tabaco e disputam com a agricultura de subsistência a mão-de-obra existente, ocorrendo então o deslocamento desses braços para essas culturas consideradas mais lucrativas. Cidades do interior, antigas produtoras de farinha, dispõem-se a abandonar o cultivo da mandioca, alegando ser a colheita "tardinha" e "pouca lucrativa". É o caso de Alcobaça, Viçosa, Canavieiras, Ithambupe. O pequeno lavrador independente deixa-se absorver pela grande lavoura, não mais a nobre lavoura de cadente da cana-de-açúcar, mas as novas grandes lavouras comerciais como o cacau, o café. Integrando-se à agricultura de exportação, estariam eles desvinculados da política de medidas restritivas impostas pelo poder público, das fiscalizações constantes nos portos, das esperas no cais para obtenção de licenças, enfim da instabilidade que caracterizava a distribuição e intercâmbio dos produtos alimentícios na região metropolitana de Salvador. A própria cidade de Nazaré, um dos maiores centros produtores de farinha, que lhe valeu o nome de

24. DIÁRIO da Bahia - 16 dezembro 1857.

"Nazaré das Farinhas" tem a sua produção diminuída²⁵.

Todos estes comentários, relativos à crise de 1857, refletem mais uma vez um modo de produção pré-capitalista, cuja atividade econômica dominante era representada pela lavoura tipo "plantation", que atuava na formação econômico-social, organizando e subordinando outros modos de produção, inclusive o subsidiário, relativo aos produtos alimentícios. De acordo com esta realidade, não havia política restritiva, nem liberação de preços, que resistissem às situações difíceis já referidas: a lavoura alimentícia, sofrendo estes impactos, decorrentes das constantes contradições, estaria correspondendo às exigências do sistema estabelecido, por isso apresentava-se sempre deficitário e sem condições de suprir as necessidades impostas pelas circunstâncias.

Sugere a Junta Diretora da Associação Comercial que o problema existente não está vinculado ao lucro aferido pelo comerciante e sim em decorrência das medidas restritivas do comércio imposto ao produto e mais uma vez coloca categoricamente a necessidade da livre concorrência, liberdade comercial, como meio de atenuar a situação conflitante, convicta de que, "pelo desejo de obter a preferência, possam modificar seus lucros na revenda-gem"²⁶.

A Junta Diretora da Associação termina por apresentar duas sugestões: uma de solução imediata, seria a importação do produto com uma margem de vantagem para os im

25. DIÁRIO da Bahia - 29 setembro 1857 - Discussão na Assembléia Legislativa relativa a carestia dos gêneros alimentícios.

26. JORNAL da Bahia - 6 março 1857 - Ofício datado de 3 março 1858. Resposta da Junta Diretora da Ass.Com. Assinado: Presidente Manuel B. de Lima. Secret. João Cezimba.

portadores e a respectiva abertura do mercado. A outra, de efeito mais prolongado, porém de resultados mais eficazes e duradouros, que consistiria em estimular a produção de farinha, tendo como incentivo a elevação dos preços do produto. Por isso acha conveniente o aumento do plantio da mandioca, lastimando o abandono de muitos lavradores das regiões consideradas fonte de produção, tais como: Nazaré, Maragogipe e outros pontos do Recôncavo que já estavam se abastecendo na capital. Por último, adverte do perigo das constantes importações de farinha de outras províncias, sob a imposição da restrição comercial e mesmo no regime do mercado livre; porque, no primeiro caso, os lucros insatisfatórios terminariam por afastar os importadores do porto da cidade, deixando-a em dificuldade e, no segundo caso, seria a concorrência que poderia gerar uma comercialização instável, e conseqüentemente provocar o afastamento dos importadores para outros mercados mais promissores. Enfim a importação só traria dependência e instabilidade ao comércio da farinha da capital, com ameaças sucessivas de colapso ao seu abastecimento.

A Câmara Municipal, diante dos fatos, resolve não somente opinar, mas atuar. Obstinada na ideia de que seria a liberdade comercial a propulsa do monopólio e elevação dos preços, decide tomar uma posição bastante comprometida diante do governo provincial. Trata-se da reconstituição da postura restritiva de 16 de janeiro de 1857, sob a alegação de que lhe assistia o direito de execução da postura, independente da aprovação da Presidência da Província, considerando-se a anterior já concedida em janeiro de 1857. O Presidente da Câmara sustentou a moção em favor do requerimento proposto em sessão e a postura foi publicada em Edital no dia 23 de janeiro de 1858²⁷. Em seguida, propõe o prazo de quinze

27. JORNAL da Bahia - 21 abril 1858 - Baseava-se na confirmação dos juristas Drs. Luiz Maia e Manuel Dantas.

dias para o fechamento das casas de negócio de farinha de mandioca, fazendo a participação oficial ao Presidente da Província em 25 de janeiro de 1858²⁸.

O governo provincial respondeu no dia 1 de fevereiro de forma incisiva, demonstrando as ilegalidades contidas no ato da Câmara: 1 a postura de 16 de janeiro não poderia mais vigorar sem a aprovação da Assembléia Provincial, ou por ato comum da Presidência e Câmara, revogando a postura do dia 27 de abril de 1857, que concedia a liberação do comércio da farinha; 2. A Câmara Municipal não suspendeu o edital publicado no dia 23 de janeiro 1858, exigido pelo Presidente da Província, sob a alegação de que a presidência por si só, não podia revogar a postura de 16 de janeiro de 1857, esquecendo-se que a suspensão da referida postura ocorreu de pleno acordo com ela²⁹.

Baseada nestas prerrogativas, a presidência adotou as medidas que se encontravam na esfera de suas atribuições legais, apoiando-se no artigo 50, parágrafo 8, da lei de 30 de outubro de 1834. Depois participava o fato ao chefe da polícia, proibindo-lhe apoio ao governo municipal no fechamento das casas de negócios da farinha, por se tratar de um ato irregular e ilegal. Por último suspende os Vereadores da Câmara Municipal do exercício de suas funções, pelo crime de desobediência, qualificado no artigo 154, do código criminal³⁰.

28. DIÁRIO da Bahia - 30 dezembro 1858.

29. JORNAL da Bahia - 1 março 1858 - Assinada em 26 de fevereiro 1858 - Palácio Governo da Bahia.

30. Idem.

Esta questão alcança o povo e, ao que parece, a Câmara encontra apoio e simpatia popular, a julgar pelo movimento que eclode em seguida a estes acontecimentos, no dia 28 fevereiro 1858³¹, denominado de "Carne sem osso e farinha sem caroço". No meio do tumulto, ouviu-se referência, não somente à carne e farinha mas ao "comércio a retalho" e "expulsão dos portugueses". Gritavam: "Porque não deportam Azevedo?" (um dos grandes monopolizadores da carne) "para termos carne barata?" como também: "Porque não se enforcam os monopolistas da cidade?"³².

Estas demonstrações levantaram suspeitas quanto à participação da Câmara no movimento do dia 28 fevereiro; O Presidente da Câmara presta declarações à imprensa, defendendo o governo municipal da acusação e aproveita a oportunidade para expressar o descontentamento provocado pelas investidas do Sr. Presidente da Província. Investidas estas relativas às determinações tomadas anteriormente pela Câmara e que terminaram em outro conflito, desta feita entre policiais e fiscais da Câmara, porque houve, segundo ele, ordem expressa para o ataque da polícia às ordens municipais. Com essa atitude, conforme comentários da imprensa, toda "o corpo municipal encontra-se com sua autoridade desacreditada, vilipendiada, pela maior autoridade da Província" e ainda mais: suspensos todos os Vereadores que votaram na execução da postura"; quando "bastaria a esta autoridade suspender a postura em questão, ou desse a municipalidade o cumprimento a sua decisão"³³.

31. O Movimento ocorre no dia seguinte ao fechamento da Câmara.

32. DIÁRIO da Bahia - 5 abril 1858.

33. DIÁRIO da Bahia - 5 abril 1858 - O mesmo comentário informa que o Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara instaura o processo contra os Vereadores.

A Província da Bahia vivia momentos difíceis, que exigiam providências imediatas para conter a onda de insatisfação popular. As classes menos abastadas seriam como sempre as mais atingidas, porque importavam muitos produtos alimentícios, que estariam ao nível dos detentores de maior poder aquisitivo. Providências só de restrição de mercado limitavam a produção e geravam desigualdades sociais cada vez mais profundas, desde quando afetavam os pequenos lavradores, justamente os menos favorecidos pelo crédito e assistência das ~~autoridades~~ locais; as medidas poderiam ser tomadas, não somente em função da distribuição, mas principalmente em função da produção, como por exemplo: a implantação de cinturão verde nas proximidades da cidade; financiamento para aquisição de aparelhos especializados no fabrico da farinha de mandioca, já existentes na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul³⁴. Apesar do alto custo da máquina e sua montagem, uma política oficial bem dirigida poderia conferir condições adequadas para uma utilização racional entre os produtores.

3.2.3. A grande crise de 1860

A farinha de mandioca fazia parte da estrutura de produção, como produto alimentício essencial à dieta alimen-

34. DIÁRIO da Bahia - 19 julho 1859 - A referida máquina quando chegou na província da Bahia foi por parte do Governo da Província entregue ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura com o intuito de ser encaminhada por este Instituto ao distrito ou fazenda "onde mais convinha estabelecer as novas máquinas". Jornal da Bahia - 1 de janeiro de 1860. N. 1948 p.3.

tar do povo baiano, mas, como mercadoria, não corresponderia economicamente o suficiente para estimular investimentos maiores, nem créditos, nem qualquer outro tipo de assistência. A lavoura local desprovida destes recursos não podia oferecer a estabilidade do mercado em termos de estoque e preços capazes de suprir as necessidades do povo.

A população da cidade ficava frequentemente a mercê das investidas frequentes dos grupos monopolistas, açambarcadores do mercado, que impõem seu preço e exploram o consumidor, mesmo em se tratando da existência da farinha de mandioca, em abundância, na praça da cidade do Salvador. As velhas manobras de estocar e reter a farinha localmente, ou exportar a preços menores, evidenciavam-se no sentido de provocar o déficit do produto e conseqüentemente a elevação dos preços. Evidentemente a deficiência dessa estrutura de produção aliada ao sistema vicioso da distribuição não oferecia condições capaz de enfrentar as intempéries climáticas, ou outros fatores negativos que ocorressem. Iriam elas sempre apresentar-se como elementos propiciadores das crises e não simplesmente como agravantes das situações. Assim ocorreu em todas as crises verificadas no período, como a de 1860, quando a estiagem foi mais uma vez indicada como causadora da conjuntura em foco.

A situação complicou-se sobremaneira com a queda da produção local, mesmo nas comarcas e vilas maiores produtoras/fornecedoras do produto para a cidade do Salvador. Para suprir o déficit, comerciantes locais como Ferreira Bastos & Cia, Domingos Ferreira Bastos, Antonio Ferreira Fontes & Cia, importavam farinha de mandioca de Santa Catarina e a distribuíam nos seus armazéns localizados, na rua Direita do Comércio, nº 7³⁵. Recebia-se

35. JORNAL da Bahia - 30 janeiro 1860 N.1971 P.1.

ainda o produto da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, sendo este depositado no Celeiro Público, para efeito de distribuição na capital e interior³⁶.

Entre as comarcas e vilas mais atingidas, citam-se: Minas do Rio de Contas, Santa Isabel, Lençóis, Andaraí, Caetité, Vila Nova da Rainha, Curalinho, Camisão, região de Chapada Diamantina, Macaúbas, Monte Santo, Jacobina, Joazeiro, Monte Alegre, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe e Gavião.

O Governo Provincial tomou algumas deliberações no sentido de contornar esta crise de flutuação cíclica, de caráter "estacional"; representada pela escassez dos produtos dessa "agricultura especializada", cujo nível de duração decorreu num período equivalente a um ano. As medidas de emergência utilizadas para atender o abastecimento, ocorreram em sentido inverso ao das crises dos anos de 1850 quando os recursos foram mobilizados, não somente no sentido de trazer a mercadoria de outras províncias para esta capital, mas principalmente buscando-se no interior, suprimentos capazes de atender à cidade do Salvador. Mesmo nessa época, quando se realizou a importação da farinha de mandioca, não houve participação do governo no sentido de organizar um programa de atendimento que abrangesse as populações interioranas.

Durante a crise de 1860, o governo provincial, em caráter excepcional, mobiliza-se nesse sentido, isto é, o de carrear recursos da capital para o interior, fugindo desse modo, à regra normal, que seria, no caso, da periferia para o centro.

36. JORNAL da Bahia - 3 fevereiro 1860 N.1973 P.1.

Outra característica nova a ser considerada nesse momento de crise, está relacionada com a falta de contes- tação da população metropolitana, em relação às difi- culdades advindas da seca, como seja: a escassez e ca- restia da farinha, a inoperância das medidas governa- mentais etc. Contestavam-se mais no interior da provín- cia, através das imprensas locais, notícias que eram transmitidas pelos matutinos da capital.

As questões levantadas pelas críticas atingem direta- mente o governo, a ponto de se dizer que "o governo faz-se de surdo às súplicas da Câmara Municipal e do Juiz Municipal, que lhe pedem socorro urgente". Críti- cas de toda ordem se faziam sentir em relação à Presi- dência da Província'. "O governo? que se importa ele com o que por cá vai relativamente a fome?"³⁷. No en- tanto a partir daí, outras medidas seriam adotadas por parte das autoridades provinciais. A exemplo da inter- venção efetiva do Governo Provincial nos mecanismos de distribuição da farinha, tanto para a capital quanto para as regiões atingidas pela crise.

2.2.4. Ação Oficial

Nestas difíceis circunstâncias, algumas providências foram adotadas, e dentre elas destacam-se: a criação de três estações, ou depósitos, em cidades do interior, localizadas de forma estratégica, em relação às regiões atingidas e o grande centro distribuidor representado pela capital. Assim sendo, estações foram estabeleci-

37. JORNAL DA Bahia - 2 junho 1860 N.2071 P.1. "O pro- gresso" Jornal de Cachoeira transcrevendo notas vindas de Camisão, enviando-as depois ao Jornal da Bahia.

das em Currealinho, em João Amaro e em Orobô, com o objetivo de receber os gêneros alimentícios da capital da província e redistribuí-los devidamente com as regiões necessitadas³³.

Pode citar-se como outra providência digna de nota, as "medidas de caráter especial", que tinham como objetivo atender a comarca de Minas do Rio de Contas, uma das mais atingidas pela seca. Para isso, nomeou-se uma comissão com o objetivo de remeter os gêneros básicos alimentícios para a referida Comarca. Seriam estes víveres distribuídos pelos pobres, e vendidos, a preço de custo, excetuando-se as despesas. Como parte integrante dessa comissão, destacavam-se João Baptista Pamponet - Presidente; Felicíssimo Moreira Martins - Secretário e o major Francisco Martins Curvello³⁹.

A crise estende-se por quase toda a Província; os clamores são constantes. Em Santa Isabel, Lençóis e Andaraí vivia-se o drama da "carestia, miséria, desânimo e escassez de trabalho remunerado". Até a classe mais abastada ressentia-se da situação e o declara ao afirmar que se encontra sem condições de alimentar os seus próprios escravos⁴⁰. Em Minas do Rio de Contas a crise é tão aguda que o povo inventa qualidades variadas de alimentos, como cuscus feito de côco de licori pilado, farinha feita das raízes dos mamoeiros, usando-se a semente do ta

33. JORNAL da Bahia - 30 de janeiro 1860 N.1971 P.1.

39. JORNAL da Bahia - 6 fevereiro de 1860 N.1972 P.1.

40. JORNAL da Bahia - 9 de fevereiro de 1860 N. 1979 P. 1. - A notícia transcreve o Jornal de Cachoeira para o Jornal da Bahia, declara que "Os senhores donos de escravos estão sem condições de alimentá-los".

guaril para substituir o arroz⁴¹

A crise alimentícia é seríssima, o preço da farinha de mandioca, alimento básico da população, alcança altos índices, em vista não somente da escassez, mas devido também à impraticabilidade das estradas que se tornavam intransitáveis para as tropas de burros que fazem o transporte dos gêneros vindos do sertão. Na capital, a opinião pública comove-se e expressa a sua solidariedade, através do apoio concedido por meio de subscrições, cujas quantias atingiam cifras elevadas⁴². Algumas cidades do interior, como S.Felix, enviavam cargas de farinha, como demonstração de apoio aos flagelados do sertão, carentes de socorro. Nota-se, entretanto, que, apesar da crise e dos constantes extravios das cargas de farinha da cidade do Salvador para as regiões mais atingidas, a importação do produto de outras províncias supria plenamente o déficit da capital da província. No entanto verificava-se uma grande diferença no que concerne aos preços desse produto, em relação centro/periferia. Enquanto no mercado de Salvador o custo situava-se em torno de 5\$500 e 6\$000 o sacco (ou seja dois alqueires), nas regiões mais atingidas o preço do alqueire chegava a ultrapassar os 72\$000⁴³.

41. JORNAL da Bahia - 15 fevereiro 1860 N.1979. P.1. Reprodução do Jornal de Cachoeira com notícias de Santa Isabel e Lençóis.

42. A primeira dessas subscrições apresentou a importância de 400\$; a outra vinda do Rio de Janeiro, perfazia 73:000\$000. O total delas estava em torno de 151:000\$000.

43. JORNAL da Bahia - 2 fevereiro 1860 N.1979 P.1.

A distribuição da farinha de mandioca na área metropolitana fazia-se não somente nos celeiros públicos, mas também através de um ativo comércio realizado nos armazéns, alguns escritórios comerciais e "no mar". Em se tratando dos celeiros públicos, a farinha era vendida nesses depósitos por negociantes como Domingos Gonçalves Ferreira Bastos, bem como nas barracas da praça de Santa Bárbara. Nos armazéns comercializava ainda os produtos, negociantes como Barbosa e Sobrinho, na Rua Direita do Comércio nº 44 e no Mercado de Santa Bárbara nº 23/P. Existiam vários escritórios comerciais no ramo como o escritório de José D. Santos, Souza Lima e Irmãos⁴⁴, Souza Riesenburger e Comp. Este último localizava-se na rua do Ourives, nº 13; enquanto "no mar", patachos e briques nacionais como o "Calado", o "Belizário", "Conceição", "Galcota Eclíptica" e outros transportavam o produto sob a responsabilidade de comerciantes que, além de venderem a farinha no porto, ou "no mar", faziam-no também "em terra". Entre eles, destacavam-se Antonio Pereira da Silva Paranhos e Joaquim Lopes de Carvalho e C.⁴⁵

O abastecimento da cidade não foi gravemente atingido nesse ano de 1860, devido ao fato de o desembarque do produto processar-se no porto local, suprimindo-se logo de imediato as necessidades da população soteropolitana, não sendo porém suficiente para prover todo o interior. Algumas cidades, tradicionais produtoras, como Nazaré, S. Mateus, Cachoeira, continuavam produzindo, mas não atendiam suficientemente à demanda que crescia com o agravamento da crise e persistência da seca. Em relação à demanda, tem-se a considerar o fato de que muitas vilas e cidades, antes da crise, produziam para seu consu

44. JORNAL da Bahia - 2 março 1860, 4 abril 1860 p.3.

45. DIÁRIO da Bahia - 16 julho 1860, 17 agosto 1860, 22 agosto 1860.

no, mas, nas circunstâncias descritas, não o faziam e ainda necessitavam importar.

O Presidente da Província, fazendo-se presente e consciente da crise, em pronunciamento feito através da imprensa, referiu-se ao decreto nº 2.133 de 27 de março de 1858, que reduzia os "direitos de consumo", em parcela ponderável, sobre os gêneros alimentícios, em relação aos demais produtos de consumo.

Enfatizou-se também o decreto nº 2.425, de 27 de setembro de 1859, que franqueava às embarcações estrangeiras a navegação de cabotagem para os produtos básicos alimentares. Comenta ainda as medidas oficiais de atendimento, representados pelo fornecimento de víveres às áreas atingidas pela seca⁴⁶. Utilizaram-se estas referências como argumentação capaz de justificar a participação direta do governo no processo de abastecimento da província da Bahia, durante a conjuntura observada no ano de 1860.

A partir daquele momento maiores recursos foram mobilizados pelo poder público dispensando-se atenção especial às regiões mais vulneráveis à crise. Nessa segunda investida, formaram-se as "Comissões de Socorro", que foram localizadas inicialmente em S.Felix de Feira de Santana. Salvador permaneceu como o grande centro distribuidor dos gêneros alimentícios, contando, a título de colaboração, com duas comissões. Uma denominada "Comissão Central" e a outra de "Comissão de Compra" devendo elas atender às concentrações ou "Comissões de Socorro" das mencionadas vilas.

46. DIÁRIO da Bahia - 29 de agosto de 1860 N.198 P.1-Parte Oficial.

A Comissão de Socorro de São Felix, abastecida em Salvador, expandia seu raio de ação por Lençóis, Santa Isabel e Vila de Minas do Rio de Contas. Enquanto a Comissão de Feira socorria Camisão, Jacobina, Vila Nova da Rainha, Juazeiro, Freguesia do Monte Alegre, Mundo Novo, Riachão de Jacuípe e Gavião.

A estas comissões cabia ainda: providenciar o transporte, ajustar os seus preços e encaminhá-los para a devida apreciação do Presidente da Província que, por sua vez, se incumbiria de conceder as ordens de pagamento do frete à Tesouraria Geral da Comissão. Os recursos para atendimento destas despesas seriam supridas pela verba consignada pelo Decreto nº 2.335 de 30 de dezembro de 1858 para acorrer aos gastos destinados ao crédito para socorro público⁴⁷.

Cada comissão possuía um Comissário de Socorro, cujas funções consistiam em gerenciar os seus negócios. Foram nomeados na época: para S.Felix, Francisco Martins Curvelo. Para Feira de Santana, o Capitão Leonar do José Pereira Borges. Para Salvador, Dr. Peira da Silva Rego.

No decorrer da crise ocorreram mudanças e ampliações neste sistema de socorro estabelecido, verificando-se a criação de outras comissões municipais e paroquiais, em todos os municípios e freguesias, capazes de estabelecer "acordos públicos" entre a capital fornecedora da farinha e as suas áreas adjacentes, carentes do produto alimentício.

Comissões municipais foram criadas em Cachoeira, Nazareth, Santo Amaro, Valença, Vale do S.Francisco, Termo

47. DIÁRIO da Bahia - 1º de julho de 1860 N.156 P.1.

de Jacobina, Monte Santo, Camisão, Vila Nova da Rainha⁴⁸.

O Presidente da Província, diante da calamidade pública verificada, resolve usar do direito de intervir, usando das atribuições que lhe eram conferidas pelo artigo 179 parágrafo 31 da Constituição do Império. Essa intervenção determina:

- Serão criadas, além da Comissão Central e de Compras que já existem nesta capital, Comissões Municipais e Paroquiais, em todos os municípios e freguesias em que elas forem necessárias, para prestações de acordos públicos na atual crise alimentícia.
- Ficam criadas comissões municipais nas cidades de Cachoeira, Hazareth, Santo Amaro, Valença e na Vila de S. Francisco⁴⁹.

As novas comissões referidas eram geralmente constituídas de um reverendo, vigário da freguesia, do Presidente da Câmara Municipal, ou Juiz de Direito e de um Tenente-Coronel. Quanto às suas funções, elas não estariam muito distantes das primeiras, consistindo fundamentalmente em: distribuir socorros aos flagelados pela fome, manter o Presidente da Província informado sobre a verdadeira situação das áreas carentes, estabelecer contacto com o comissário de socorro da Feira de Santana acerca da remessa de gêneros e observar as instruções expressas pelas comissões Central e de Socorro da capital⁵⁰.

48. DIÁRIO da Bahia - 22 Outubro de 1860 N.242 P.1.

49. DIÁRIO da Bahia - 14 Novembro de 1860 N.261 P.1.

50. DIÁRIO da Bahia - 29 Outubro 1860 N.248 e 12 Novembro de 1860 N.259 P.2.

Todos esses esforços atuavam, como era de se esperar, como simples paliativo, atenuando a crise naquele momento, mas não atingiam o ponto nevrálgico do problema e tão logo surgissem novas oscilações climáticas ou outras condições negativas, as crises voltavam, tornando tradicionais as irregularidades do sistema de abastecimento e as conseqüentes agruras do consumidor baiano, notadamente os das classes menos abastadas.

Apesar de todo esse esquema armado, no sentido de socorrer a população interiorana, vítima da seca, as contendações sucedem-se, principalmente em torno da escassez de recursos distribuídos pelas comissões, que nem sempre podiam alcançar todas as regiões. A queixa maior partiu de Macaúbas, que se sentiu marginalizada do programa de atendimento e combate à seca.

Numa última tentativa para sanar a crise, o governo municipal adota a antiga postura Restritiva de Comércio, que volta a ser executada, e provoca mudanças no sistema de abastecimento local. A argumentação apresentada para pô-la em vigor seria a "ineficiência da ciência política" e mais ainda que "os princípios gerais da ciência econômica de liberdade comercial, foram contrariados, a bem dos serviços públicos"⁵¹.

3.2.5. O êxodo rural

A crise alimentícia de 1860 repercutiu, não somente no sertão baiano, mas em toda a província, por vários motivos de ordem econômica e social. O esvaziamento dos

51. JORNAL da Bahia - 19 de janeiro 1861 N.2257 P.1.

cofres públicos nos programas de atendimento à seca, constituía-se em alegação constante por parte das autoridades governamentais. Existiam ainda os gastos sociais, que se refletiam na elevação do custo de vida,, no desemprego, no êxodo rural, problemas estes que já estavam a exigir, naquela época, cuidados especiais dos poderes públicos, pois desde o início da crise, processou-se uma emigração incessante das localidades interiores mais atingidas. As hordas humanas dirigiam-se principalmente para Feira de Santana, Cachoeira e a Capital. A questão agravou-se e o momento exigiu maior cuidado quando uma onda de flagelados invadiu a cidade de Cachoeira, ameaçando perpetrar saques e outras desordens sociais. Logo de imediato porém foram atendidos e contidos, providenciando-se alojamento para todos no edifício da Praça do Mercado⁵².

O governo provincial, às voltas com este novo aspecto da problemática, mais uma vez recorreu à velha tática de consultar os mais experientes - os "HOMENS BONS" - no intuito de encontrar uma solução em conjunto para a crise em questão. Entre as pessoas consultadas encontravam-se o Barão de Lourenço, o Barão de Cotegipe e J.A. Saraiva. As sugestões por eles apresentadas consistiram na absorção da mão-de-obra ociosa na construção das estradas de Junzeiro e de Santo Amaro, ou ainda encaminhar os migrantes para outros empreendimentos da iniciativa privada. O governo responsabilizar-se-ia em promover os contactos iniciais com as empresas, assumindo as despesas de transporte e viagem. Outra su

52. DIÁRIO da Bahia - 22 de dezembro 1866 - N.243 P.2.

gestão: as colônias agrícolas e carentes de braços para a lavoura, poderiam absorver uma boa parte dessa mão-de-obra⁵³. De acordo com estas previsões apenas os enfermos, velhos e crianças ficariam sob a tutela e proteção do Estado.

Medidas preventivas foram também sugeridas, no sentido de se evitarem crises posteriores, em decorrência da "escassez proveniente da sêca". Optou-se, visando soluções mais imediatistas, pela remessa de gêneros alimentícios e ainda uma outra medida foi adotada, menos imediatista, porém de efeitos mais duradouros, no sentido de promover a remessa de sementes para o plantio. Julgavam serem ambas as sugestões necessárias, por se encontrarem intrinsecamente vinculadas no momento conjuntural e explica-se a causa: "na ausência destas remessas a fome do sertão se prolongará" e em relação à segunda: "com o aproveitamento das primeiras chuvas o prolongamento da fome não ocorrerá"⁵⁴.

Os referidos homens públicos indicam, como última alternativa, a viabilidade da construção de açudes e fontes como meio de sanar alguns desses males oriundos da estiagem.

Estas sugestões constituem-se numa das primeiras investidas no sentido de propiciar condições de fixação do homem no campo. Outra sugestão, visando ao mesmo objeti

53. O governo da província, conjuntamente com o governo Imperial, estava empenhado em instalar colônias agrícolas nacionais e estrangeiras, com o objetivo de criar núcleos de mão-de-obra livre, para substituir o trabalho escravo, em processo de extinção. Entre outros, registra-se a colônia Comandatuba de colonos portugueses e nacionais, sob a direção de Tomaz Frederico Geremoabo, criada em 1859.

54. DIÁRIO da Bahia - 29 de Outubro de 1860.

vo, foi lançada pela Câmara Municipal, ao mostrar a validade da inserção de alguns pontos dessa região seca no projeto da via férrea, através da ligação da cidade de Cachoeira à Chapada Diamantina e a Feira de Santana. A importância desta última colocação logo de imediato, estaria vinculada à assistência e aos socorros nas épocas de crise, que poderiam ser prestados com maior brevidade, ao tempo em que o comércio regional sofreria grande impulso e dinamismo, trazendo benefícios sociais e econômicos para as regiões do sertão⁵⁵. Este pronunciamento se verificou em uma das sessões da Câmara Municipal, em atendimento a algumas solicitações feitas pelo Coronel Antonio Pedrosa da Albuquerque, em relação à viabilidade de nova via férrea.

.2.6. O declínio das crises

Depois desses momentos agudos de crise, vem o período da contração ou depressão, para, logo em seguida, verificar-se a recuperação, ou seja, o reinício de uma prosperidade que não persistiria por muito tempo (Cardoso, 1979:323). Estas crises voltariam posteriormente, em 1864/65/66/67/68, porque eram crises crônicas, não somente ao longo destas décadas estudadas, mas ao longo da nossa história. No entanto a de 1860 apresentou-se mais aguda, exigindo inclusive mobilização de recursos por parte do governo provincial, enquanto nas posteriores o governo não chegou a interferir tão diretamente em relação ao interior da província. Mesmo porque a intervenção do estado naquela época do liberalismo ascendente, teria uma significação muito especial "já que era vista como um agravo à propriedade" e "toda tentativa de uma política de abastecimento era tomada como um retrocesso, uma volta ao período mercantil-colonial, ao col-

55. JORNAL da Bahia - 14 de junho 1860. N. 2083 P.1.

bertismo". Linhares, 1978:229). Baseando-se neste princípio, não houve política de abastecimento por parte do governo no referido ano de 1860. Houve sim, respostas locais ao problema da seca, mas uma organização capaz de perdurar e evoluir no sentido de um maior aperfeiçoamento do sistema produtivo - que viesse atender aos interesses populares e dinamizar o mercado interno - não ocorreu. E, mais ainda, o estímulo às atividades acessórias e aos sitianteiros posseiros, garantindo-lhes preços para o produto e mercado, crédito, enfim um controle efetivo e estável, também não se verificou nesta fase, nem nas posteriores.

Por fim, a recuperação processou-se com os anúncios das chuvas no sertão da Bahia. Os prejuízos começam a ser atenuados e refletem-se nos preços dos produtos alimentícios, como o feijão e a farinha. Em Monte Santo porém estavam eles mais razoáveis, à razão de 2\$000 a quarta, embora o temor de uma nova estiagem aflija a todos.

Os centros produtores recuperam-se aos poucos, começando a oferecer preços mais acessíveis no mercado, como é o caso de Santa Isabel de Paraguaçu, Lençóis, Mundo Novo, Maragogipe. As feiras interioranas voltam a ser concorridas, sendo que em outras, fala-se em abundância e barateza⁵⁶. É a crise que se ameniza.

Porém o principal centro abastecedor para esta capital - Nazareth das Farinhas - apresenta a célebre "crise posterior", já prevista por pessoas experientes, como o Barão de Lourenço, Barão de Cotegipe, J.A. Saraiva. Esta crise, segundo eles, seria em decorrência "da escassez proveniente da seca"⁵⁷. O volume de produção da ci

56. JORNAL da Bahia - 11 de abril de 1861.

57. DIÁRIO da Bahia - 29 de outubro de 1860.

dade de Nazareth só volta a ser indicado através da imprensa, a partir de janeiro de 1862⁵⁸.

A política de monopólio manifesta-se nesta fase de declínio. Aliás o monopólio seria francamente defendido pelos liberais, que admitiam as "leis naturais" para a economia e a "não intervenção estatal", para que não ocorresse a desorganização da economia (Linhares, 1979: 230) e, por conseguinte, também do abastecimento da cidade do Salvador. De acordo com essa filosofia, alguns açambarcadores, como Matheus dos Santos e Irmãos, os proprietários do armazem nº 9 do Pilar⁵⁹, armazenaram farinha durante muito tempo a espera de melhores preços e, como resultado, este gênero deteriorou sendo feitas denúncias pela própria Comissão dos Celeiros Públicos e pelos agentes da polícia municipal sobre a existência de 500 sacos podre e de 1000 alterados⁶⁰.

Como sempre acontecia, o governo municipal, mais uma vez, faz valer a postura que determinava o lançamento do produto alterado no mar. Porém antes, deveria ser examinada pelo Inspetor da Saúde Pública, médico interino, diante dos interessados, isto é, dos proprietários. Os infratores pagariam de multa 30\$000 ou dois dias de prisão e, nas reincidências, pagar-se-ia o dobro⁶¹.

58. DIÁRIO da Bahia - 19 de outubro de 1861 P.1.

59. JORNAL da Bahia - 26 de junho de 1861.

60. JORNAL da Bahia - 19 de janeiro de 1861 N.2257 P.1-3 de maio de 1861.

61. JORNAL da Bahia - 28 de abril de 1861 N.215.

Esta ocorrência, tão comum na época, levava à divulgação de concepções, como a de Sebastião Ferreira Soares, segundo a qual as crises alimentícias, provocadoras da carestia e pauperismo, seriam suscitadas por artifícios porque decorriam "do monopólio bastante ofensivo às leis, a moral e a religião"⁶².

Assim se justifica a atitude da Câmara Municipal, quando, em dezembro de 1860, exarou a Postura restritiva de comércio para a farinha, sob a alegação de ser Ciência Política ineficiente para resolver problemas dessa ordem e, por isso, seus princípios teriam de ser violados, em atendimento aos serviços públicos.

62. LINHARES, Yeda - O problema do abastecimento numa Perspectiva Histórica. P.215. A autora transcreve SOARES, Sebastião Ferreira. Notas Estatísticas P. 293.

3.3. A Crise de 1864

Depois de um curto período de normalidade na produção de farinha e abastecimento das populações rurais e urbanas, uma nova conjuntura de crise se apresenta no ano de 1864.

Esta crise, também de caráter "natural", por ser aparente ou supostamente oriunda da irregularidade das chuvas no interior baiano, apresenta caráter comuns às demais, porém os seus efeitos sobre o abastecimento da cidade as sumem maiores proporções. Localizada no sertão, a crise tende a expandir-se vez que, a região abalada economicamente, requer atenções, subsídios, deliberações das autoridades governamentais que ofereçam condições para contornar o problema da seca.

As primeiras manifestações fazem-se sentir com a escassez da água, elevação nos preços dos produtos alimentícios: A farinha alcança preços em torno de \$100, 1\$900, 1\$400 a quarta do alqueire¹. Uma carga de água atinge \$200 a \$600 rs, em lugares como Camisão e Monte Alegre. Com o agravamento da crise, ocorre a mortandade dos animais e até perda de vidas humanas. Mais uma vez, a Câmara debate medidas de viabilidade de recursos, no sentido de minimizar os efeitos da seca e o velho assunto da construção dos tanques públicos volta à baila. O povo de Monte Alegre, através da Câmara local, encaminhou ao governo provincial uma monção relativa à construção de um tanque público, no sentido de atender aos flagelados em épocas que se fizessem necessárias².

1. DIÁRIO da Bahia - 3 setembro 1864 N.202 P.1, 9 novembro 1864 N. 256 P.1.
2. DIÁRIO da Bahia - 8 novembro 1864 - N.256 P.1.

O caráter novo expresso nessa conjuntura, em relação à crise anterior de 1860, está basicamente relacionado com a extensão verificada que, desta feita, atinge diretamente a capital e o seu abastecimento, verificando-se uma alta sensível nos preços dos produtos alimentícios.

A cidade do Salvador volta a receber farinha importada, mas não com o intuito de suprir todo o déficit existente nos seus mercados, uma vez que a produção dos centros produtores mais próximos como Nazaré, Feira de Santana, Ilhéus, embora precariamente, continuou a abastecer a metrópole, o que não acontecera na crise anterior, quando a farinha de importação atendeu sobejamente ao consumo local. Isto significa que o abastecimento de farinha da cidade do Salvador volta a obedecer à sistemática normal, isto é, do interior para a capital, mesmo nas épocas de crise.

Porque na verdade, torna-se difícil afirmar até que ponto a importação da farinha funcionava em caráter complementar à capacidade de consumo da população. Principalmente considerando-se o fato da grande exportação do produto em épocas de normalidade; aliás seria este o único gênero alimentício básico capaz de colocar no mercado inter-provincial quantidades tais que chegassem a comprometer o consumo local.

Pode citar-se também como nova variável, atuando nesse momento, o projeto lançado na Câmara Legislativa relativo a uma extensão da via férrea, em direção aos centros produtores de gêneros alimentícios, com o objetivo de facilitar o comércio das regiões interioranas entre si e a capital. Viabilizando-se as condições de

escoamento dos produtos, muitas áreas de acesso mais difícil poderiam ser ocupadas, em função do aumento da produtividade da agricultura de subsistência. Áreas essas produtoras de cereais, açúcar, café, farinha. As vilas de Juazeiro, Inhambupe, Alagoinhas³, deveriam ter prioridade, em relação à instalação de ferrovias.

Além do escoamento rápido, através das ferrovias, o trabalhador rural poderia então participar melhor do processo produtivo, obter crédito, tendo como garantia o mercado dos centros urbanos como Salvador.

As metas traçadas no sentido de se interiorizarem as ferrovias estariam vinculadas ao problema do abastecimento, bem como as novas necessidades que já se impunham nesse momento de ampliação e dinamização do comércio inter-setorial, através da expansão de novas fontes de produção.

O aspecto social desse empreendimento pode ser avaliado, na medida em que o projeto estaria voltado para a "agricultura especializada", para os consumos das massas, para atender ao pequeno produtor agrícola, assegurando-lhe "zonas férteis que se acham abandonadas e despovoadas"⁴. Este é o parecer dos senhores deputados em sessão na Câmara Legislativa.

O momento da crise estimulava estas decisões que, após os primeiros sinais de superação, seriam esquecidas e muitas delas engavetadas, até que uma nova crise fosse anunciada e outras "respostas locais" ressurgissem, sempre de forma desorganizada e sem uma política efetiva de abastecimento, capaz de exigir uma intervenção mais

3. DIÁRIO da Bahia - 8 de agosto 1864 N.164 P.2.

4. DIÁRIO da Bahia - 6 de julho de 1864 N.152 P.2.

decidida do governo, em prol do "bem universal" ou seja, em defesa dos interesses do povo.

Em última análise, poder-se-ia indicar ainda como responsável por estas crises o fator econômico representado pelas relações de produção, que fundamentavam a reprodução do capitalismo, a nível interno provincial, fato este nunca pressentido, mesmo com todas as evidências apresentadas. Geralmente as crises são eram exteriorizadas sob a forma de inundações, secas, epidemias, etc.

3.4. As Crises Menores

As crises menores de curto ciclo de duração alcançavam menores proporções e repercussões espaciais. No período em foco registraram-se as seguintes: a de 1853/59, 1865/66 / 67/68/69.

Consideradas de menor expressão, refletiam todavia aquilo que Ciro Cardoso chamou de "um momento de inversão da tendência ascendente" e, conseqüentemente de instabilidade econômica e social para a província baiana. Transmittiam portanto as mesmas deficiências e a fragilidade infra-estrutural, típica das lavouras de manutenção, de um arremedo de política de abastecimento comprometida com os grupos econômicos defensores do liberalismo econômico, e da livre concorrência do comércio, mesmo em se tratando dos produtos alimentícios básicos da população da cidade do Salvador.

Para as causas imediatas da crise menor de 1853, foram indicadas, como sempre ocorreu em quase todas as crises de caráter natural, as irregularidades das estações e os seus reflexos nas áreas produtoras. Em ofícios à Presidência da Província, se alegava constantemente que essas irregularidades das estações propiciavam, a "pouca abundância da mandioca nas vilas do Sul"¹.

Como conseqüência também quase natural da estiagem verificada, segue-se a ação monopolista dos negociantes que, ciços da apreensão do produto, obtêm-no em portos, antes de o levarem para o Celeiro Público. A ação monopolista al

1. APEB - Offício à Presidência da Província - Secção Histórica - Série Governo N.1401. 25 outubro 1853.

cangava o interior da província, estendendo-se a vilas como Maranh, através da remessa de mandatários dos grupos monopolistas, com o firme propósito de atuarem nos preços, utilizando pagamentos prévios para requisição do produto.² O outro fator agravante da crise diz respeito à importação verificada, da Província do Espírito Santo, de onde se recebia diariamente 1.200 alqueires, o que foi abruptamente interrompido sem nenhuma explicação, deixando em déficit o abastecimento local. Comentou-se, na época, que o Rio de Janeiro interferiu comercialmente nos negócios da farinha mantidos entre as duas províncias referidas, prejudicando as remessas do produto para a capital da província da Bahia³. O governo provincial, na pessoa do Conselheiro João Mauricio Vanderley, unindo seus esforços aos do governo municipal, tenta solucionar a crise em evidência, tomando deliberações como sejam: requisitar ao Juiz de Direito das Comarcas produtoras a exportação de cargas de farinha para esta cidade, visando atender com a máxima brevidade às necessidades urbanas. Permitir a atuação da Municipalidade no Celeiro Público, no sentido de organizar melhor a distribuição da farinha. Proibir de cidadamente a venda da farinha no mar, ordenando o recolhimento ao Celeiro e para isso exigia-se toda fiscalização que se fizesse necessária⁴.

2. APEB - Presidência da Província - Secção Histórica -
Série Governo N.1401 - 14 de julho de 1853.

3. APEB - Presidência da Província - Secção Histórica -
Série Governo N.1401 25 de outubro de 1853.

4. APEB - Presidência da Província - Secção Histórica -
Bahia em Câmara - 21 de julho 1853

Tornou-se pública a exigência da requisição do produto ao Celeiro Público, através da seguinte postura: "A farinha de mandioca que chegar ao porto desta cidade será dentro de 24 horas, recolhida ao Celeiro Público, em quanto houver sufficiência para isso, o que será determinado por quem a Câmara designar, depois de pagar os direitos em benefício do Hospital dos Lázaros: penas aos infratores de 30\$000 rs e oito dias de prisão; e o dobro, nas reincidências.

- Bahia 21 de julho de 1853 - Assinado Manuel Pedro Moreira de Vasconcelos, José Duarte da Silva, Manuel José de Magalhães⁵ e outros .

A título de esclarecimento, tornam-se necessárias algumas considerações acerca destas posturas. Antes de vigorar a Postura da Câmara acima transcrita, duas outras, no espaço aproximadamente de um mês, entraram em vigor e foram suspensas. Foi o caso das Posturas 92 e 110. A nº 92 ainda permitia a venda da farinha, além do Celeiro, nas embarcações condutoras do produto. A nº 110 só permitia nas ditas embarcações, "no mar", caso não fosse para "revenda"⁶. Por último foi lançada a de 21 de julho, com o intuito bem evidente de reprimir a ação monopolista exercida pelos negociantes da farinha.

5. APEB - Presidência da Província - Secção Histórica - Série Governo. Câmara Salvador. N.1401 21 de julho de 1853.

6. Posturas da Câmara - Gêneros alimentícios - Farinha N.1195 Postura 92 e 110 1829/1859/1853.

Percebe-se, então, pela sequência verificada no lançamento das Posturas, um processo gradual de retenção e controle no mercado da farinha, numa tentativa de contornar o grave problema imposto pelo momento.

As despesas em dinheiro para atenuar a crise no mercado da farinha teriam atingido a cifra de 22:400\$000, cabendo ao governo da Província 15:855\$000⁷.

Mais uma vez verificou-se a justificativa simplória dos fatores climáticos como precipiadoras dessa crise, vez que, logo de imediato, refletiam-se os seus efeitos através do aspecto desolador na agricultura, na queda da produção, na carestia dos produtos. Percebe-se ainda que as providências adotadas não ultrapassavam a esfera da distribuição e medidas mais consistentes não vigoravam, até mesmo porque, a própria população, sem condições de questionar os motivos reais, satisfazia-se momentaneamente com estas respostas de ordem local. No entanto, não trariam elas maiores perspectivas para a lavoura de subsistência e, consequentemente, para o mercado da capital.

3.4.1. A Crise da Carestia

O ano de 1859 caracterizava-se pela renhida luta da Câmara Municipal em prol do controle do mercado e da limitação da liberdade comercial para a farinha.

Irredutível na sua concepção de medidas restritivas para o referido mercado, expõe sempre que possível o seu inconformismo diante de uma liberdade comercial, gera-

7. FALLA da Bahia - O Presidente da Província, João Maurício Vanderley - 1 de março de 1853 P.13.

lora, segundo ela, da carestia e das dificuldades de abastecimento da cidade do Salvador. Firme em suas convicções, insiste no combate a este tipo de comércio imposto aos gêneros de primeira necessidade.

Assim, não perde a Câmara a oportunidade de contestar a política comercial vigente na época: primeiro, em um relatório enviado anualmente a Assembléia, referiu-se à Postura de 16 de janeiro de 1857 e ao veto, por parte do presidente da Província, em 1858, que "se aprova da fosse, teria a classe pobre da sociedade sido favorecida"⁸; em segundo lugar, responde a crítica relativa à exigência pela Câmara da licença para a vendagem da farinha; mostra a legalidade da ação conferida pela postura 92: "a ninguém é conferida a vendagem desse gênero sem a devida licença da Câmara; só poderá ser revogada com a prévia proposta da própria Câmara"⁹

Outra oportunidade de contestação apresenta-se ao tomar conhecimento da grande quantidade existente de farinha no mercado e de sua retenção, visando os monopolizadores a melhores preços. Reúnem-se os vereadores, em sessão extraordinária¹⁰ e discutem o fato pretendendo anunciá-lo à Assembléia Legislativa. Em seguida o fazem, declarando-se porta vozes do clamor geral da carestia e assegurando a existência do produto na praça, em grande quantidade, sendo disputada pelos "revendões", completamente apoiados na tão privilegiada liberdade de comércio. Em seguida, submete a Postura Restritiva de Comércio para deliberação da Assembléia, insistindo no

8. JORNAL da Bahia - 6 abril 1859.

9. JORNAL da Bahia - 6 abril 1859.

10. JORNAL da Bahia - 4 abril 1859.

fato de que possuem resvalado popular. A Assembléia, tomando conhecimento das ocorrências, nomeia uma comissão para verificar as denúncias apresentadas, entregando em seguida a Postura Municipal para a sua devida apreciação.

Os resultados obtidos pela Comissão encarregada da investigação, confirmaram as denúncias da Câmara: a escassez seria apenas aparente, para provocar a alta e "com isto aparece a fome nas suas mais evidentes formas"¹¹. Constatou-se a atuação dos monopólios, com todos os seus sintomas e contradições: "não há abundância que corresponda ao consumo, nem oferta que corresponda à procura"¹².

As medidas sugeridas pela referida Comissão foram:

- Provilências preventivas de provisão, reconhecendo-se o déficit da produção local para o abastecimento da capital.
- Adoção de leis de combate ao monopólio, desde que não seja possível combatê-lo pela abundância; a experiência do momento da crise vivido e a verificação de grandes quantidades do produto entrado na cidade confirmavam a inoperância da "grande concorrência", e "liberação de mercado" adotados no comércio da farinha.
- Animar o cultivo das plantações de mandioca, concedendo-se ao lavrador prêmios estimuladores da produção, como: isenção do serviço da Guarda Nacional ou recrutamento; recompensas anuais ao maior produtor.

11. JORNAL da Bahia - 4 abril 1859.

12. JORNAL da Bahia - 4 abril 1859.

- Recolhimento ao Celeiro Público do produto, criando-se distritos para a venda do gênero, de acordo com a conveniência do povo;
- Utilização de fiscalização municipal contínua¹³.

A Comissão declara estar consciente da existência de outras causas provocadoras da crise da carestia: as secas, inundações, deslocamentos da mão-de-obra, falta de "instrução profissional" etc., porém, considera-as como agravantes e não como motoras da questão em pauta. Fêz-se ainda referência ao comentário, muito em voga nesta época, do desvio de braços da lavoura em direção às novas construções de estradas de ferro, ao que a Comissão respondeu: "a população agrícola não intervém praticamente neste trabalho, quase todo entregue a estrangeiros e os poucos da terra que o fazem nunca foram lavradores ou agricultores"¹⁴.

A crise de 1859 apresenta-se não em consequência da escassez do produto, ao contrário, existiam grandes quantidades do produto no mercado, as denúncias referiam-se neste sentido e a própria comissão confirma o fato. Trata-se de algo novo, de uma "crise de carestia": Verificou-se a retenção no mercado para provocar a alta dos preços e então os protestos se fazem através dos jornais, mostrando as dificuldades da população, e culpando o governo "o governo dorme porque o seu cofre está locupletado", denomina-se a situação de "estado clamoroso" e diz-se estarem vivendo uma "terrível guerri-

13. JORNAL da Bahia - 13 maio 1859 - Parecer da Comissão Especial sobre as causas da carestia da farinha.

14. Idem.

lha". Propõe-se às autoridades governamentais locais re correrem ao Governo Real¹⁵. O preço da farinha de segun da qualidade estava na base de 2\$000 a quarta.

Como agravante da situação, propagam-se notícias de se ca no interior de Água Fria, Serrinha, Coité, e outras vilas do litoral e interior. Diante de todas estas ocor rências, não existe outra alternativa para o governo se não assumir a velha política defendida pela Câmara Muni cipal: Restrição Comercial para a farinha: a postura é lançada em maio e dispõe: "sô se poderá vender farinha de mandioca no mar, celeiro público e nos locais que a Câmara estabelecer, sendo proibidos depósitos em outros lugares. A Câmara Municipal, quando julgar conveniente, poderá mandar recolher ao Celeiro Público e áqueles que mais convierem à comunidade pública toda a farinha che gada ao porto e, neste caso, para se comprar no mar, se ria necessário obter-se a licença na Câmara, tendo de submeter-se às restrições impostas"¹⁶.

Um projeto também foi lançado pela Assemblêia Legislati va, visando uma maior produtividade dos gêneros alimen tícios em geral, numa franca demonstração de atenção às colocações expostas pela Comissão:

- O lavrador de mandioca, milho, feijão e demais cereais que lançasse no mercado mais de 40 alqueires teria di reito a uma subvenção de \$200 por alqueire vendido e, caso ultrapassasse, ficaria isento de pagar "direitos de miunças", bem como isenção de recrutamento e servi ço da guarda nacional.

15. JORNAL da Bahia - 19 maio 1859 - Consta da assinatu ra: "O povo mais necessitado desta província".

16. JORNAL da Bahia - 25 maio 1859 - Assinada em 11 de maio 1859.

- Os moradores no campo teriam de plantar 10.000 covas de mandiocas ou 20.000 pés de milho, beneficiando os respectivos produtos convenientemente, sob pena de sofrerem recrutação e penas convencionais da polícia. Haveria exceção para os maiores de 50 anos e menores de 18, inválidos ou portadores de defeitos físicos. Estariam ainda isentos os que praticassem outra atividade de renda anual superior a 100\$000.
- Concessão de subvenção de \$200 rs por alqueire ao lavrador que lançasse ao mercado mais de 30 alqueires (dos produtos referidos) calculados por escravo ou trabalhador, como por exemplo: caso se trate de dois trabalhadores o número mínimo de alqueire vendido deveria ser 60 para obter a subvenção, sendo 3 seriam 90 e assim sucessivamente¹⁷.

Os trabalhos preliminares para a execução da postura "Restritiva de Comércio" da farinha iniciam-se com a designação dos locais onde seriam estabelecidos os depósitos do Celeiro Público: Ribeira do Iguape, Praça do Mercado dos Mares, Largo da Soledade, Brotas, Largo da Lapinha, povoado do Rio Vermelho, Praça do Mercado da Barra, Armazém da Câmara Municipal; todos estes armazéns seriam gerenciados pelo Celeiro Público, estando então o abastecimento da farinha para a cidade de Salvador sob o controle do governo municipal.

Durante a década dos anos 60, outras crises semelhantes sucederam-se agravando a instabilidade econômica e social reinante na província baiana. Inicialmente pode indicar-se às referentes aos anos de 1865/66, quando, muitos fatores de "ordem natural" contribuíram para o

17. JORNAL da Bahia - 26 de maio de 1859 - Projeto da Assembléia Legislativa.

desencadear das crises mencionadas. Apresentavam caráter natural, "estacional" devido a influência das intempéries climáticas verificadas no período, sob forma de chuvas, inundações, enchentes, que tornavam as estradas intransitáveis e impediam o tráfego, dificultando desta maneira, o escoamento dos produtos para os centros urbanos.

Os outros fatores, de ordem "não natural" ou "artificial" identificados na ocasião, que concorreram para agravar a situação foram: o recrutamento para a Guarda Nacional, a epidemia de bexigas, a guerra do Paraguai. No primeiro caso, os lavradores abandonavam a lavoura para escapar ao serviço militar. No segundo, o comércio de Nazaré ressentiu-se, em decorrência da epidemia que além de dinamizar grande parte da população, afugentava os lavradores das suas atividades e das feiras. A guerra do Paraguai também interfere, na medida em que convoca grande parte de contingente humano, representado pela mão-de-obra livre, justamente aquela dedicada à lavoura de subsistência¹⁸.

Os resultados refletem-se, logo de imediato, nas áreas produtoras, com a elevação dos preços, que terminava repercutindo na capital da Província, devido à sua condição de principal consumidora do produto. Havia ainda outro fato a ser considerado naquelas circunstâncias; a economia urbana, pelo menos em relação à farinha de mandioca, não poderia assumir a auto-suficiência, pela ausência de uma atividade produtiva, semelhante a um cinturão verde em suas imediações¹⁹. As últimas alternativas que lhe restavam seriam a importação ou a dependência dos grandes centros produtores do interior da província.

18. DIÁRIO da Bahia - 17 outubro 1866 N.236 P.1. Transcrição do Jornal "Regenerador" de Nazaré.

19. DIÁRIO da Bahia - 7 de julho 1866 N.155 P.2.

Como sempre, os motivos reais dessas crises nunca se evidenciavam claramente, enquanto outros se sobrepunham, como os fatores climáticos, desta feita representados principalmente pelas inundações nas regiões produtoras, principalmente em Nazareth das Farinhas.

Nas crises, menores, que se sucederam em 1867/68/69, repetiram-se as inundações, além da moléstia da cana, redução da produção do fumo, do café e ainda uma forte razão de ordem externa: os preços baixos alcançados pelos produtos referidos no mercado europeu. Então, o velho problema manifesta-se, isto é, a base econômica da região produtora da farinha, ainda era a agricultura de exportação, representada pela cana, café, fumo²⁰. Ficava então a atividade menor, representada pela agricultura de subsistência sempre como "retraguarda da atividade maior" (Linhares 1978:111), sempre em função da grande lavoura e, portanto, qualquer ameaça aos produtos reais refletir-se-ia no comércio interno, ameaçando-o e desorganizando o sistema produtivo de subsistência e, conseqüentemente, o abastecimento da cidade do Salvador.

Em conjunturas semelhantes, as feiras, principais motoras do comércio dos produtos alimentícios, no interior, decaíam, perdendo o dinamismo gerado pelas possibilidades do poder aquisitivo do consumidor. A situação ainda se complicava com as chuvas abundantes que se alastravam, trazendo maiores problemas à lavoura em crise. Os preços sofriam uma ligeira majoração, no período compreendido entre março e maio 1867, 1\$000 e 5\$120 respectivamente. Em junho equilibram-se, em torno de 2\$000,

20. DIÁRIO da Bahia - 6 fevereiro de 1867 N. 30 P.1, 19 junho 1867 N.140 P.1, 10 novembro 1867 N.257 P.1 - Transcrição do "Regenerador" de Nazaré.

e 3\$000 o alqueira, e de setembro em diante, verificase uma pequena alta, correspondente a 2\$000 e 4\$000 para o alqueira²¹. No ano de 1868, os preços mais elevados ocorreram em março, ficando para a farinha de primeira o preço de 5\$120 e para a segunda qualidade de 2\$000 o alqueira. Não houve grandes disparidades de preço nessas crises²², apenas se verificou uma diminuição da produção e, conseqüentemente, escassez do produto nos mercados consumidores.

Os maiores centros produtores de farinha, abastecedores do mercado soteropolitano, nesta época, eram: Nazaréth, Feira de Santana, Santo Amaro, Cachoeira, Alagoinhas. Foram exatamente estas cidades as mais atingidas pelas chuvas abundantes, inundações, exceção feita a Feira; as demais sofreram inundações dos rios como o Jaguaripa, que teve o volume das suas águas aumentado, ameaçando as cidades e lavouras do interior da Província.

Já a crise de 1869 apresenta outras variáveis, como sejam: carstia da farinha e escassez, provocadas artificialmente, através de manobras de comércio monopolista. Este tipo de crise, pode ser considerado como "não natural", porque provinha da exportação da farinha na praça da Bahia, e do problema gerado em torno da conseqüente escassez do produto alimentar básico. Ocorria então a desorganização do comércio local, provocada pela atuação dos atravessadores, que ciosos do lucro, desenvol-

21. DIÁRIO da Bahia - 10 outubro 1867 N.205 P.1, 29 outubro 1867 N 216 P.1.

22. DIÁRIO da Bahia - março de 1868 - Transcrição o "Regenerador" de Nazaré.

viam a seguinte estratégia, na tentativa de dominar e monopolizar o produto: 1º aquisição da farinha na localidade de Onha²³, próxima a Nazareth, por onde grande parte da farinha produzida teria de passar. Devido a este atravessamento, ocorria naturalmente o desaparecimento do referido produto das feiras de Nazareth: 2º os comerciantes abordavam os condutores do produto nas estradas antes de penetrarem nas cidades. Em decorrência de tudo isto, as feiras apresentavam-se fracas, pouco concorridas e a pequena quantidade de cargas que chegava alcançava preços mais elevados como 5\$500 o alqueire para a de primeira e 5\$000 o alqueire para a de segunda qualidade²⁴. Em abril desse ano de 1869 chegou a alcançar 6\$000 e 8\$000 o alqueire.

As contestações faziam-se sentir através da imprensa, revelando o repúdio popular à sistemática utilizada pelos monopolizadores comerciantes, exigindo-se inclusive o auxílio da força policial para detê-los. Criticava-se a forma arbitrária utilizada pelos negociantes na imposição dos preços, condenando-se a desmedida ambição do lucro, observada inclusive em relação a outros produtos como o café. As notas de contestação nos jornais eram frequentes, tais como: "a farinha subiu de preço: Os atravessadores vão comprá-la até no Onha" e "o monopólio ainda continua nos gêneros alimentícios; falta ao subdelegado o auxílio necessário da força policial para acabar com ele"²⁵. No final do ano o comér

23. DIÁRIO da Bahia - 21 de abril 1869 N.90 P.1-Transcrição o "Regenerador" de Nazaré.

24. DIÁRIO da Bahia - 29 de abril 1869 n.º 97 P. 1 - Transcrição do "Regenerador" de Nazaré.

25. DIÁRIO da Bahia - Nota do Jornal Progresso de Cachoeira - Transcrito pelo Diário da Bahia. 21 abril 1869 N. 90 - 20 outubro 1869 n. 242.

cio torna-se mais dinâmico e os preços mais razoáveis, orçando, em torno de 5\$000 o alqueire para as farinhas de primeira e segunda, respectivamente²⁶.

Esta situação retrata as atividades exercidas por grupos interessados no comércio inter-provincial ou a ele vinculados. Grupos estes, comprometidos com a estrutura do mercado de abastecimento desta capital, de natureza sempre monopolista e açambarcadora.

Conforme já observou a Prof. Kátia Matoso, a atividade comercial inter-regional e local, realizava-se nestas bases como uma espécie de compensação, em relação às oscilações cambiais verificadas no mercado externo, vez que funcionava como "complemento indispensável que permitia dividir os riscos" a que estavam sujeitos nas atividades exportadoras.

Diante de todas estas considerações, reconhece-se o prejuízo infringido ao abastecimento do mercado local, fadado ao esvaziamento e à carostia, sem contar ainda com o fato da dependência imposta à população pelos senhores comerciantes integrados neste comércio inter-provincial dos gêneros alimentícios.

Justifica-se assim a contestação dos defensores do liberalismo contra a intervenção do Estado no abastecimento. Admitiam o monopólio dos açambarcadores, porque na verdade, segundo a sua ótica, estariam em prol dos seus interesses, sob a alegação de que qualquer intervenção provocaria a desorganização, tanto do sistema produtivo, quanto do abastecimento.

26. DIÁRIO da Bahia - 16 dezembro 1869 N. 288 - Transcrição do Jornal o "Comercial" de Feira de Santana.

A defesa desta tese prendia-se também ao destaque da cidade do Salvador como grande centro redistribuidor dos produtos alimentícios, inclusive da farinha, para as suas vizinhas no Nordeste. Assim, não somente as casas comerciais adquiriam certa estabilidade econômica, mas também ganhava prestígio a praça da Bahia, a própria província, nem que fosse às custas da "pauperização do povo".

CONCLUSÕES

Observando-se o desenrolar de todos os acontecimentos al gumas considerações sobrepõem-se: o crescimento verifica do na área metropolitana da cidade do Salvador refletia os interesses mercantis locais, fortemente comprometidos e integrados à nova modalidade do capitalismo industrial que, se consolidava e expandia mediante as novas formas de relações de produção estabelecidas com as áreas periféricas.

A cidade do Salvador, como parte integrante dessas áreas periféricas, vivia o momento histórico correspondente. Na sua formação econômico-social evidenciava-se a presença marcante do capital estrangeiro empregado nas ferrovias da província baiana, a exemplo da Steamer Tramroad Company Limited; pressentia-se ainda a pressão exercida ao tráfico negreiro que, induzindo ao regime de trabalho assalariado correspondia aos interesses de ampliação do mercado inglês e mais, a Lei de Terras (1850) que instituindo a compra da terra, ampliava a inserção do capital na agricultura brasileira.

Estas novas investidas que expressavam o crescente interesse dos grandes centros europeus agora, também, na estrutura de produção local, não atuavam favoravelmente na estrutura de produção dos gêneros alimentícios, responsável pelo abastecimento da população baiana, principalmente daquela pertencente às classes menos abastadas.

Os motivos evidenciam-se diante de uma análise mais acurada dos fatos apresentados e discutidos no decorrer do trabalho. Na verdade, a lavoura de subsistência, subsidiária e subordinada à grande lavoura, não se integrava ao

grande comércio, nem aos já referidos mecanismos de interesses externos. Não produzia, portanto, receita suficiente para atender à sustentação econômica da província. Dessa maneira não interessava ao Estado promover qualquer política de apoio ou sustentação a este setor da agricultura; ao contrário, concentrava a sua força na lavoura maior, tornando a agricultura de subsistên-cia desprestigiada, desprovida de recursos e portanto sem condições de atender satisfatoriamente ao abasteci-mento da capital, de gêneros alimentícios básicos, inclusive de farinha, objeto de nosso estudo e parte integrante desta estrutura de produção. Em função disso o abastecimento revelava-se irregular, deficiente, desor-ganizado. Na realidade, tratava-se de uma decorrência natural dos efeitos de uma estrutura de produção deficitária, carente, subordinada à outra de interesses alheios aos locais.

Vale ressaltar que esta "lavoura itinerante" como a denomina o autor Celso Furtado, apesar de todas estas inconveniências, possuía grande significação sócio-econô-mica, considerando-se o fato de sua integração ao comér-cio interno, tanto a nível provincial, como local, jus-tamente daquele comércio capaz de promover dinamismo e recursos locais, estando assim voltado para os interesses internos.

As feiras públicas, o comércio desenvolvido pelos varejistas e atacadistas, atuando na Praça de Salvador poderia repercutir favoravelmente, vez que o lucro decorrente dessas atividades ficaria retido localmente; além disso absorvia mão-de-obra e teria condições, caso essas atividades se generalizassem de até promover um melhor padrão de vida para a população, porquanto, este tipo de economia de abastecimento, sendo mais abrangente, conditionaria uma melhor distribuição da renda. O lucro en

tão não ficaria restrito a uma minoria privilegiada. Cumpre ainda notar que no interior da província, as feiras públicas eram consideradas como "motoras do comércio interno", devido ao caráter dinâmico que imprimiam ao local onde elas se realizavam.

Todavia não há dúvidas de que o referido comércio não atingia maiores proporções devido à falta de apoio oficial em relação a créditos e recursos, fiscalização adequada capaz de coibir os abusos representados pelos monopólios e outras arbitrariedades, tantas vezes ocorridas e denunciadas pela própria imprensa.

A agricultura de subsistência desvalorizada e desprestigiada não tinha condições de impor-se no mercado, haja vista o ocorrido em relação à sua exclusão do planejamento relativo à diversificação da lavoura intrínseco ao caráter essencialmente agrícola conferido a nação brasileira, extensivo à província baiana. Tratando-se de uma lavoura de subsistência das massas inclusive da própria mão-de-obra empregada na grande lavoura - portanto a única capaz de atender às necessidades de alimentação do povo em geral - constituía-se em uma impropriedade essa exclusão de um programa tão ousado e de tão grande perspectivas para a economia baiana.

Pode perceber-se então nitidamente que se desenvolvia mais um plano de supervalorização da lavoura de exportação, em detrimento da de subsistência. Plano esse que fortalecia cada vez mais o sistema estabelecido em relação ao mercado externo e interno. Quanto ao primeiro, traduzia-se no fornecimento dos produtos relativos a essa diversificação, recebendo-se em troca os instrumen-
tos e técnicas para as lavouras nobres. Em se tratando do segundo, isto é, o mercado interno, estabelecia-se o vínculo em função do mercado inter-provincial e do abastecimento da capital soteropolitana.

Tornava-se assim o suprimento de produtos alimentícios da cidade do Salvador perigosamente dependente desse mercado inter-provincial, enquanto outras províncias, como a de Minas Gerais, era indicada pela imprensa como provável "celeiro da Corte" e as de S. Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina cultivavam gêneros alimentícios e aperfeiçoavam suas técnicas do fabrico de farinha de mandioca, a ponto de enviarem para a Bahia grandes quantidades do produto e os primeiros instrumentos de mecanização do produto da farinha.

A província baiana, a despeito de especializar-se em agricultura de exportação, permanecia com sua economia vulnerável e despreparada para enfrentar os eventuais desequilíbrios da balança comercial no plano internacional. Isso porque não possuía sequer um mercado interno compensador baseado nos produtos alimentícios. Com as crises de mercado, a economia baiana desarticulava-se tornando-se inclusive dependente também de outras províncias. Observando-se essa dependência a nível externo e interno, percebe-se o início das disparidades regionais que se acentuariam à medida que os imigrantes chegados à região Centro-Sul impunham novos métodos e técnicas desconhecidas ao Nordeste brasileiro empobrecido e sem condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento das mencionadas regiões.

Diante de todos esses desequilíbrios e carências, justifica-se o estado de crise dos produtos alimentícios quase permanente na província baiana. E qualquer política de abastecimento colocada em prática na capital do Salvador, deixaria de surtir o efeito desejado vez que as medidas adotadas tinham o caráter puramente emergencial e via de regra só atuavam sob pressão; superadas as crises ocorria a revogação das medidas de contenção em função do jogo de interesses dos grupos

econômicos mais fortes do comércio interno.

Jogo de interesses esse definido por comerciantes que minavam as froças da defesa organizada pela Câmara Municipal, a qual já no final da década dos anos 60, não mais apresentava e nem propunha medidas de defesa em "prol do bem universal". A esta altura já estariam as suas novas lideranças correspondendo aos anseios da "conveniência particular".

E assim a tradição conferida ao poder municipal, através dos séculos, de "defensora dos bens comuns" vai-se diluindo e as aspirações de uma real política de abastecimento desfazem-se no decorrer dos tempos.

As medidas oficiais, como a Postura Restritiva de Comércio, não funcionavam permanentemente e nem apresentavam condições de impor nenhuma política de abastecimento no seu real sentido, ou seja, uma política sob o controle ou intervenção direta do Estado. Ocorriam apenas "respostas locais" medidas de emergência a atuarem temporariamente. E estas medidas, meramente conjunturais, ou de ordem administrativa, não resolviam os problemas do abastecimento de uma cidade como Salvador.

As classes menos abastadas sofriam o impacto dessa economia urbana forjadora de uma sociedade de privilégios, de desigualdades sociais e de um poder público mantido para "perpetuar as hierarquias existentes e delas extrair os meios para a sua auto reprodução" (LINHARES, 1978:100).

Tornava-se necessário uma atuação eficaz, através da atualização das posturas municipais e das suas diretrizes, mas ocorria justamente o inverso: As Câmaras Municipais foram-se esvaziando de suas funções com relação ao setor do abastecimento, até se associarem aos interesses dos governos provinciais comprometidos com os grupos ata

cadistas e varejistas, monopolistas do produto, na cidade do Salvador; esta situação é perceptível no célebre "movimento da carne sem osso e farinha sem caroço", conforme já mencionamos no texto do presente trabalho.

Como última abordagem ao estudo em foco pode acrescentar-se que o Liberalismo Econômico tão decantado, que condenava o exclusivismo colonial, os monopólios e privilégios conferidos às monarquias, e que criticava os mecanismos de controle de um mercantilismo ultrapassado e ineficaz, teve os seus efeitos limitados no Brasil e, com especialidade, na Bahia. Repercutiu aqui negativamente o seu postulado básico, pelo menos no que concernia à intervenção do Estado nas atividades econômicas.

A "Postura restritiva de mercado" lançada pelo governo municipal encontrava resistência por parte dos políticos porta-vozes das ideias liberais e dos negociantes que as utilizavam em benefício dos seus interesses, fazendo fortes pressões à Câmara Municipal. Segundo os postulantes desses ideais nem mesmo em relação a uma política do abastecimento era permitida a intervenção do Estado. Os que não rezavam por esse credo eram considerados superados e retrógrados em termos de economia.

Percebe-se então que essas ideias não apresentavam coerência, nem lógica face a economia de abastecimento da capital onde os monopolistas atuavam livremente, sob novo rótulo: "liberdade de mercado". Apoderavam-se da farinha de mandioca, a ponto de provocar colapso no abastecimento local. Manobras outras se verificavam, a exemplo da exportação do produto a preços inferiores aos do mercado, provocando a escassez e a conseqüente elevação dos preços no mercado interno.

Diante de fatos semelhantes e, considerando-se as neces

sidades e carências da população da cidade do Salvador, as deficiências da estrutura de produção, a desorganização das forças produtivas, as relações de produção mantidas e os consequentes movimentos de contestações estariam a exigir uma ruptura estrutural dessa ordem sócio-econômica, ainda de caráter colonial, apesar do estigma do liberalismo presente na formação econômico-social da província baiana.

Mas esta ruptura não viria nessa fase, nem nas posteriores, agravando-se então o velho problema do abastecimento da cidade do Salvador, tornando-o crônico; mantido por grupos econômicos dissociados e alheios à estrutura de produção dos gêneros alimentícios locais.

A produção de farinha persistia nessa época, como nas anteriores, entregue a um segmento da população que não dispunha de recursos para investir em outro ramo da atividade. Tratava-se de uma forma arbitrária de produção, fruto da expropriação e miséria do agricultor, do roceiro, do tabaréu que, para subsistir, insistiu na difícil missão de assegurar o abastecimento das feiras e armazéns da cidade do Salvador, no período entre 1850/1870.

Utilizando-se de técnicas primitivas e rudes, sem incentivos, frustrados nas suas expectativas mas atento a férrea solicitação do viver, este herói anônimo - o pequeno produtor - estaria autenticando o valor da "terra muito chan e muito formosa(...) de muito bons ares assim frios e temperados" e da qual, diria também o Escrivão da Armada descobridora ser ela "de tal maneira graciosa que querendo-a aproveitar dar-se-ha nella tudo".

COMERCIANTES DE FARINHA DA PRAÇA DO SALVADOR, 1350/70

Negociantes	Local de venda
Antônio Ferreira Fontes e C.	Brigue "Mercantil" (Co mercializava com a fa rinha importada de Santa Catarina)
Antônio Pereira da Silva Pa- ranhos	Mercado de Santa Bãr- bara N.83-P
Barbosa e Sobrinho	Rua Nova da Alfândega, nº 8 e rua Direita do Comércio, N.44
Costa e Filhos	Rua Nova das Prince- zas N. 12
Domingos Gonçalves Ferreira Bastos	Celeiro Público, na praça de Santa Bárbara e na rua Direita do Co mércio N. 7
Joaquim Lopes de Carvalho e C.	Brigues nacionais "Be- lizario" e "Conceição"
José Dias Ferreira Mendes	Patacho "Amazonas" e na rua Nova do Commer- cio N. 13. 3º andar
José D. Sanctos	
Manuel José Ferreira Junior	Rua dos Algibebes N. 9

Matheus dos Sanctos e Irmãos	Celeiro Público
Crede & Marques	Embarcação "Pombal"
Serafim Pinto Martins	Rua Julião, Ns 25/35
Souza Lima e Irmãos	Patacho "Audaz II" (ven- dia farinha de S. Ma- theus)
Souza Riesenberger e Comp.	Rua do Ourives N. 13

OBS:

Entre os comerciantes de farinha do período, pode citar-se dois deles que também seriam produtores. Produziam na área litorânea de Barra do Rio de Contas e Camamu, enviando a produção para a capital da província. Tratava-se dos senhores José Martins e Lima e Raimundo Martins de Mattos J^{or}.

GLOSSÁRIO

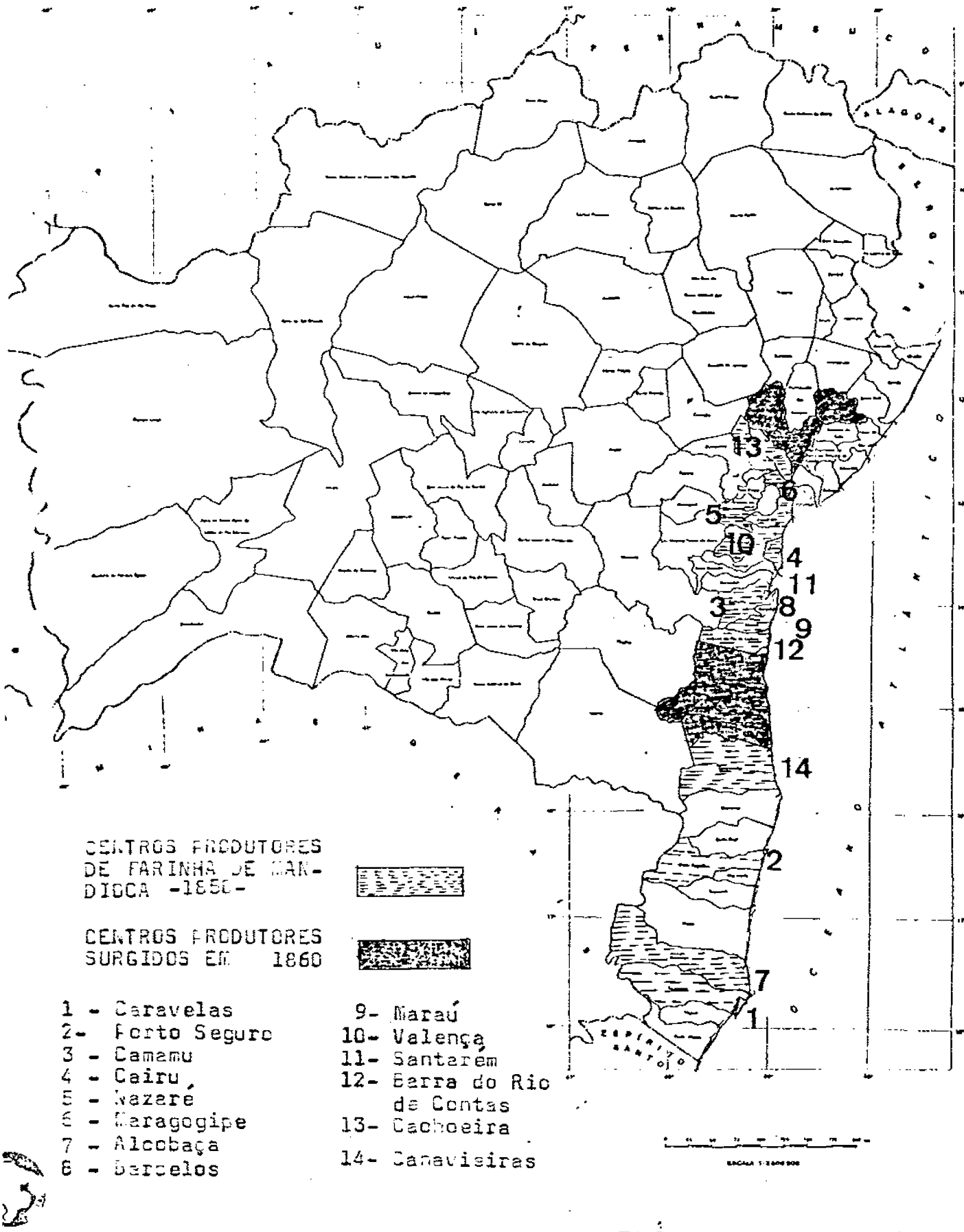
Atravessadores	Negociantes que adquirem o produto alimentício antes de chegar às feiras e mercados da cidade.
Árvore do pão	O pé de mandioca.
Brigue	Embarcação de dois masts.
Camaristas	Vereadores da Câmara Municipal na época em apogeu.
Direitos de Consumo	Denominação dada, à época, aos impostos incididos sobre os produtos de consumo em geral.
Direitos de miunças	Denominação dada aos impostos incididos sobre os produtos alimentícios básicos.
Farinha de guerra	Farinha de mandioca.
Farinha nova	Farinha recentemente chegada ao mercado.
Farinha velha	Farinha mais antiga no mercado.
Farinha de pau	Farinha de mandioca vendida em medida de cerca de um litro de 5 litros.

Ganhadeira	Mulheres vendedoras de farinha ou outros produtos alimentícios.
Lavoura especializada	Denominação dada a lavoura de subsistência pelo autor Caio Prado Júnior no livro intitulado História Econômica do Brasil.
Lavoura itinerante	Denominação dada a lavoura de subsistência pelo autor Celso Furtado, no livro intitulado, Análise do Modelo Brasileiro.
Manaíba	Podão de caule próprio para o plantio.
Pão-da-terra	Farinha de mandioca.
Patacho	Especie de embarcação de dois masts.
Pequeno sitiante	Proprietários de sítios ou pequenas áreas, geralmente desmembradas das grandes propriedades, dedicados ao cultivo dos produtos alimentícios. Expressão muito utilizada pelo autor Rollie Poppino no livro intitulado, Feira de Santana.
Roceiro	Homens livres que cultivavam as suas próprias terras ou em sistema de meação.

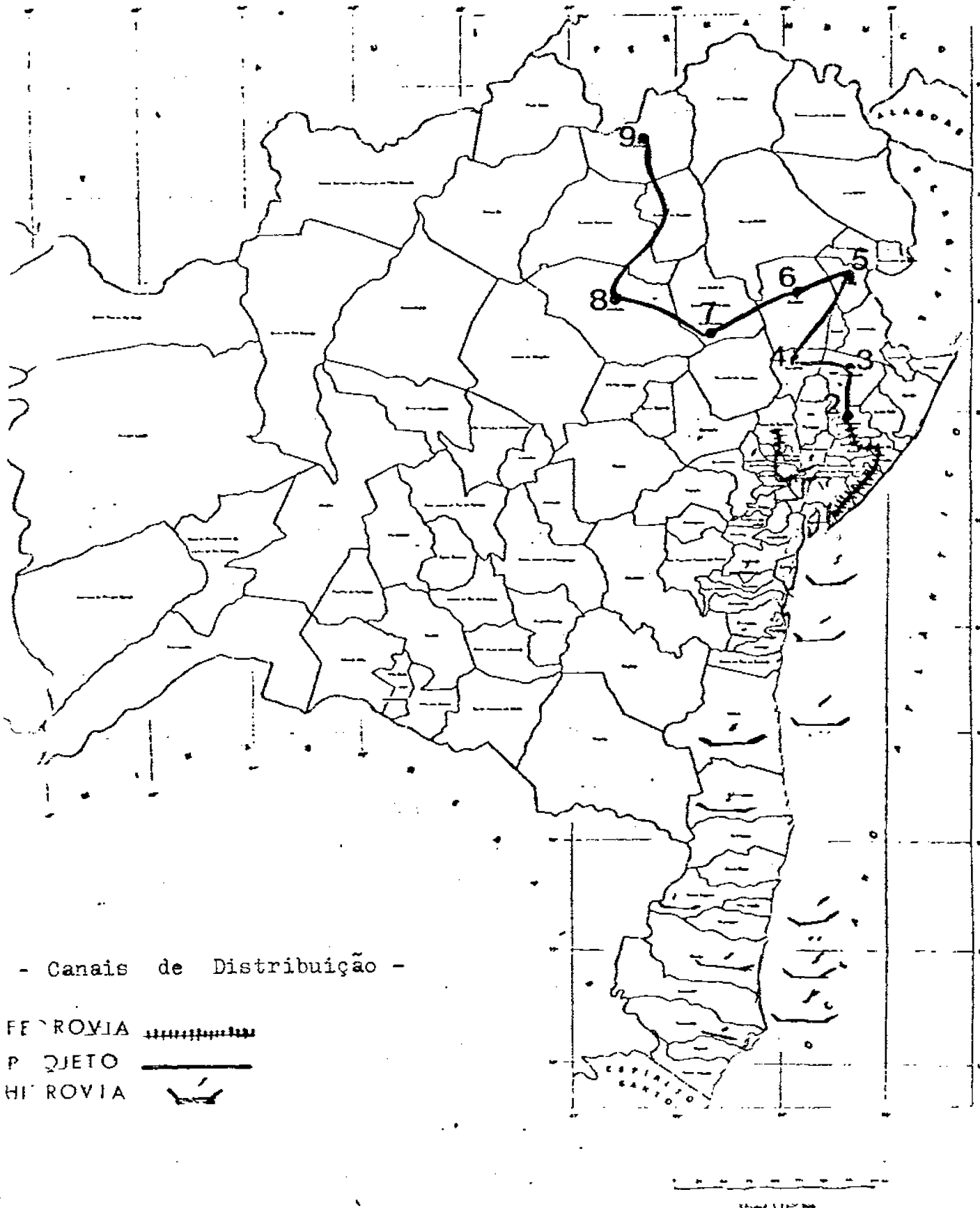
Revendões	Pequenos comerciantes revendedores da farinha de mandioca.
Um alqueire	Medida utilizada, equivalente a 36,27 litros. A grosso modo, falava-se em 40 litros.
Um quarto de alqueire	A grosso modo equivalia a 10 litros, ou seja, a 4. ^a parte do alqueire de 36,27 litros.
Uma carga	Existia a carga equivalente a 7 arrobas e a carga de 8 arrobas.
Uma medida (ou pau)	Correspondia uma quantidade em torno de 5 litros.
Um prato	Medida equivalente em torno de 2 litros.
Vendas em terra	Expressão utilizada para a farinha vendida nas feiras ou armazéns.
Vendas no mar	Expressão utilizada para a farinha vendida além do porto, a bordo das embarcações.
"Vendas de molhados	Armazens de secos e molhados.
Sumacas	Pequena embarcação de dois mastros.

OBSERVAÇÕES:


Na interpretação deste glossário utilizamos as informações retiradas dos jornais da época e da bibliografia, ambos já mencionados no decorrer do trabalho.




Os mapas utilizados para ilustrar a presente dissertação são oriundos do CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA - Ceplab - órgão vinculado a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Ceplanteq. Centros surgidos em 1860: Alagoinhas, Ilhéus, Santo Amaro e Feira de Santana.



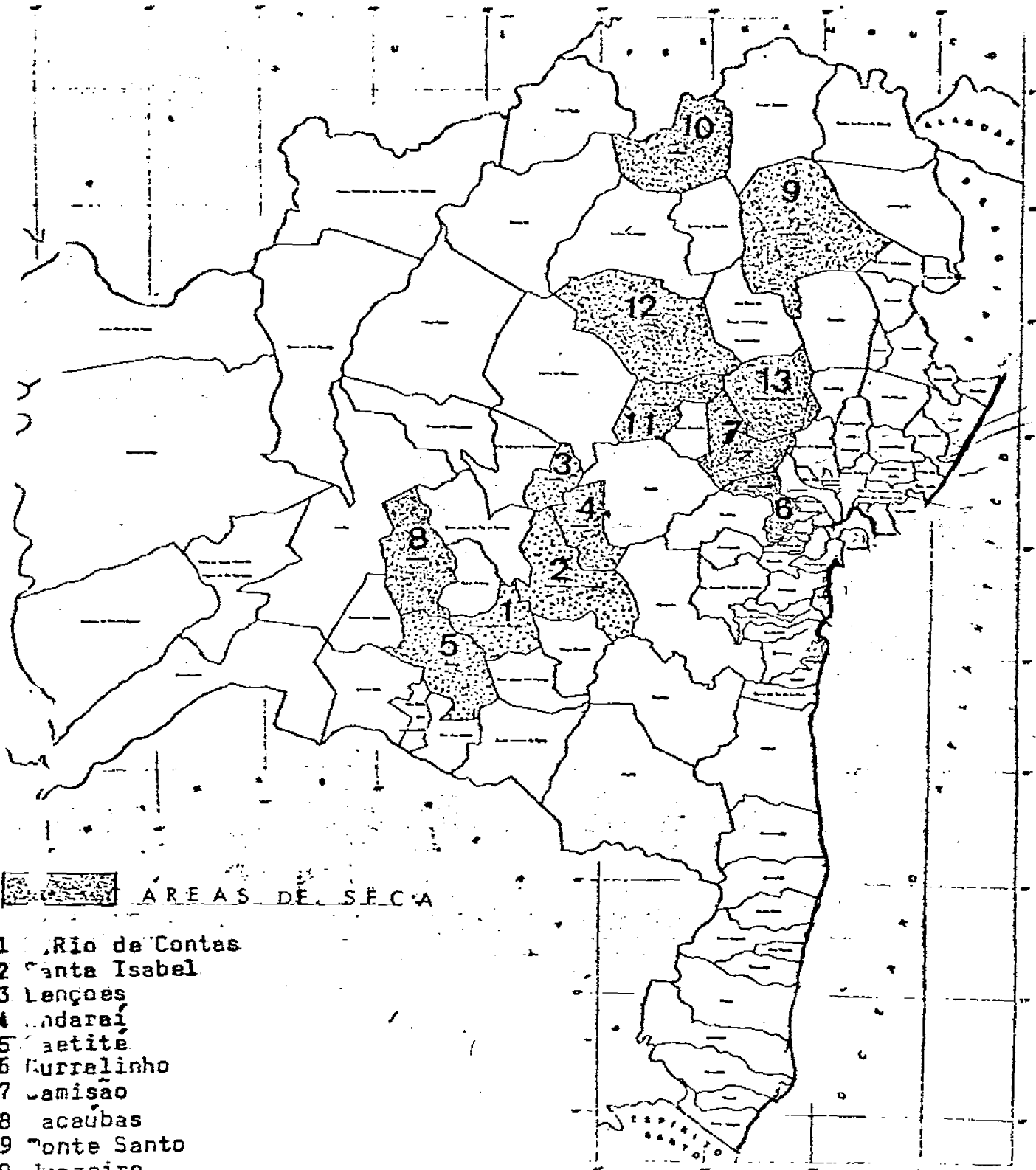
- Canais de Distribuição -


FERROVIA 

PROJETO 

HIROVIA 

ESCALA 1:100.000

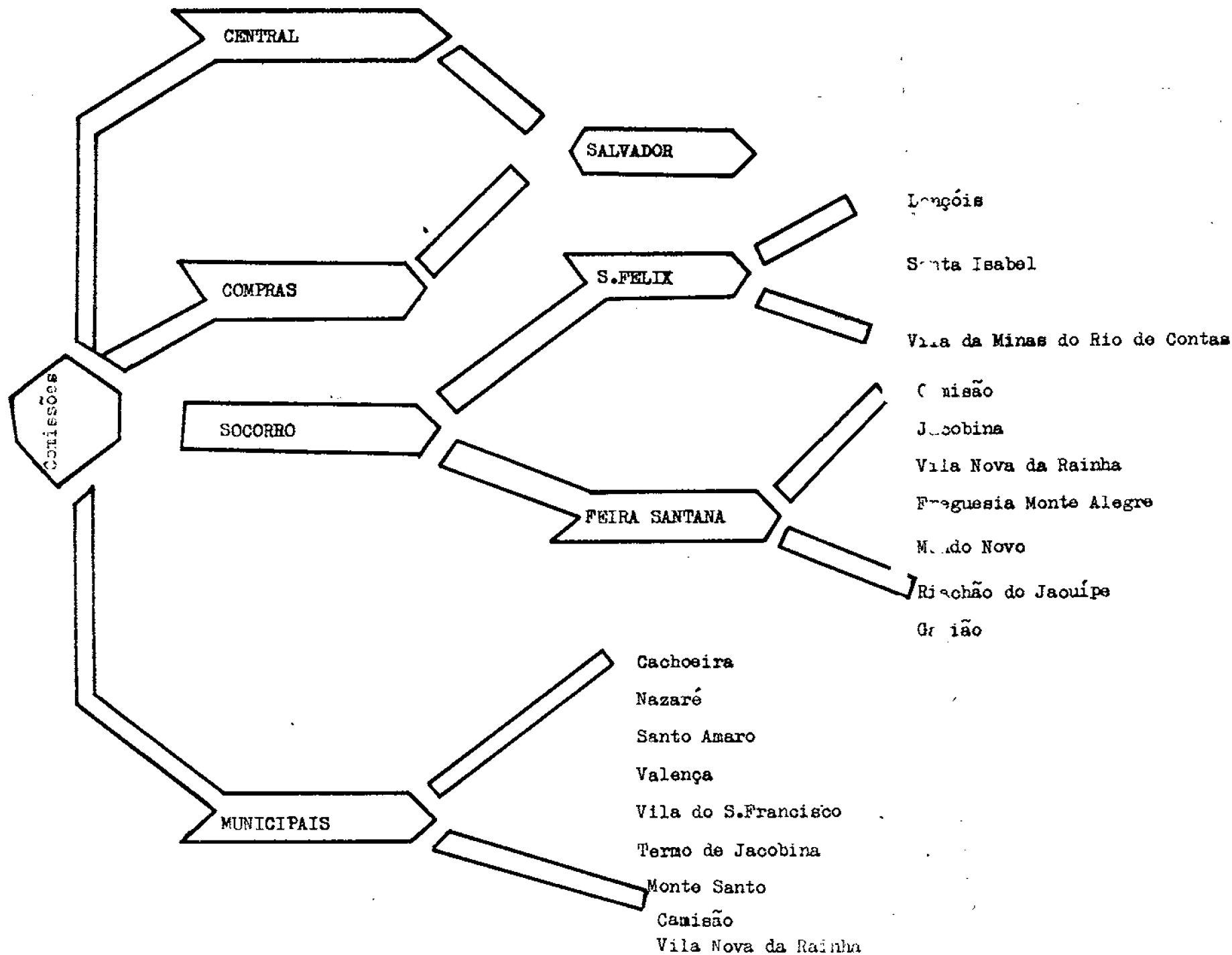


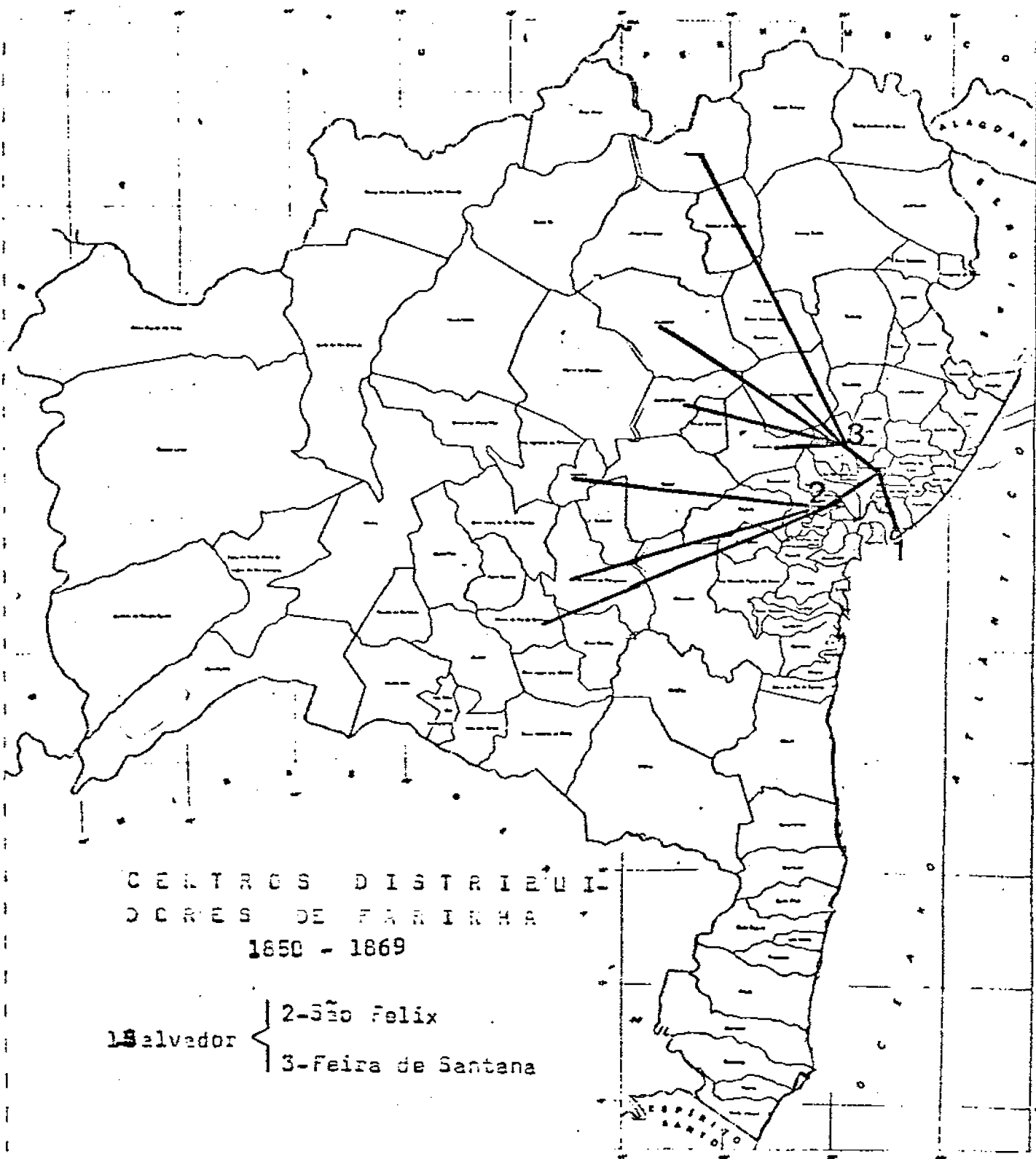
 AREAS DE SECA

- 1 Rio de Contas
- 2 Santa Isabel
- 3 Lençoes
- 4 Andaraí
- 5 Aetite
- 6 Curralinho
- 7 Camisão
- 8 Jacaúbas
- 9 Monte Santo
- 10 Juazeiro
- 11 Monte Alegre
- 12 Jacobina
- 13 Riachão do Jacuípe

ESCALA 1:500.000

Esquema das Comissões de Socorro às áreas de crises





CENTROS DISTRIBUIDORES DE FAMILIAR
 1850 - 1869

- 1-Salvador
- 2-São Felix
- 3-Feira de Santana

ESCALA 1:1.000.000



N. R. - Salvador era centro distribuidor para S. Félix e Feira de Santana. S. Félix era centro distribuidor para as localidades de: Lençóis, Santa Isabel e Vila de Minas do Rio de Contas enquanto Feira de Santana era centro distribuidor para Camisac, Jacobina, Vila Nova de Rainha, Freguesia de Monte Alegre, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe e Gavião.

FONTES PRIMÁRIAS

- | | | |
|-----------------------------------|----------------------|--------------------------|
| 1. ACTAS da Câmara: | Julho a dezembro | - 1851 a 1860 |
| | Julho a agosto | - 1862 |
| | Janeiro a abril | - 1863 a 1868 |
| | Maio a dezembro | - 1864 |
| | Setembro a dezembro- | 1868 |
| | Maio a junho | - 1869 |
| 2. DIÁRIO da Bahia: | Setembro a dezembro- | 1857 |
| | Janeiro a março | - 1858 |
| | Julho a agosto | - 1858 a 1860 |
| | Setembro a dezembro- | 1860 |
| | Julho a dezembro | - 1860/61/69/71 |
| | Janeiro a dezembro | - 1862 a 1864 /
67/70 |
| | Maio a dezembro | 1865/66 |
| | Janeiro a agosto | 1868 |
| | Janeiro a abril | 1869 |
| 3. ENTRADAS de farinha: | | 1861/65/69 |
| 4. FALLA da Bahia: | | 1854/56/57/59 |
| FALLA da década: | | 1860/70 |
| 5. JORNAL a Tolerância | Fevereiro a junho | - 1850 |
| 6. JORNAL Correio Mercan-
til: | Janeiro a julho | 1850 |
| 7. JORNAL da Bahia: | Janeiro a junho | 1854/55/57/59/
60/61 |
| | Abril a agosto | 1858 |

8. POSTURAS da Câmara: 1850/70
9. PRESIDÊNCIA da Província: Ofícios do Governo - Série
Agricultura. Abastecimento.
Gêneros Alimentícios. Farin
ha. Anos 1852 a 1879

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALMEIDA Rômulo. Tracos da História Econômica da Bahia no último século e meio. Salvador. Instituto de Economia e Finanças da Bahia. 1951. 49 p.
- 2 - ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. 2.^a edição. São Paulo. Brasiliense 1973.
- 3 - AZEVEDO - Thales de. Povoamento da cidade do Salvador. 2.^a edição Bahia, Itapoã, 1969. 427 p. Col. Baiana.
- 4 - LINS, E.Q.Vieira. História do banco da Bahia 1858/1958. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969 XLVIII, 271 p (Documentos Brasileiros, 132)
- 5 - BAHIA - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia. Atlas do Estado da Bahia. Salvador, Sepplantec. 1976.
- 6 - BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de pesquisas - CPE. A inserção da Bahia na evolução nacional 1.^a etapa: 1850-1889. Comércio. Salvador, Fundação de Pesquisas - CPE 1980.
- 7 - BARROS, Francisco Borges de. A margem da História da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1934. 534 p. il.
- 8 - BLOCH, Marc Introdução a História. México. Fonte de Cultura Econômica. 1957.
- 9 - BRITO, João Rodrigues de. Cartas econômico-políticas, sobre a agricultura e comércio da Bahia. Dadas à luz por IAF. Benevidas. Reedição de 1824. Salvador, Imprensa Oficial, 1924.

- 10 - CÂMARA, Antonio. A Bahia de todos os Santos com relação aos melhoramentos do seu porto. 2ª edição. Rio de Janeiro, Typ Louzina 1911. 106 p.
- 11 --CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petropolis, vozes, 1979 210 p.
- 12 - _____ & BRIGNOLI, Hector Perez. Os métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 529 p.
- 13 - COSTA, Emilia Vioti da. Da Monarquia a República. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- 14 - FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. 88-122 p.
- 15 - HARNECKER, Marta. Os conceitos elementais do materialismo histórico. s.l.p., s.c.p. 1973 317 p.
- 16 - LAPA, José Roberto do Amaral. A Bahia e a carreira da Índia. São Paulo, Nacional, 1968. 382 p. (Brasileira.)
- 17 - LINHARES, Maria Yeda. O problema do abastecimento numa perspectiva histórica 1590/1918 1978
- 18 - _____ & SILVA, Francisco Carlos. História política do abastecimento 1918/1974 Brasília, BINAGRE, 1979. 240 p.
- 19 - MATTOSO, Katia M.de Queiroz. Conjuncture et Societou Brésil a la fin du XVIII siècle Prix e salaires à la veille revolution des alfaiates. Bahia,1978. Cahiers des Amériques Latines - Serie " Sciennes de l' Homme" (5): 3 - 53, jan-jun, 1970.
- 20 - _____ BAHIA: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. Salvador, Hucitec, 1978. 387 p.
- 21 - MATTOS, Waldemar. Panorama econômico da Bahia, 1808-1960. Ed. Comemorativa do Sesquicentenario da

Associação Comercial da Bahia. Salvador, Typ.Hanu, s.d. 137 p.

- 22 - MOTT, Luiz R.B. Subsídios a História do pequeno comércio no Brasil. São Paulo, s.c.p. 1976.81-106p. Separata da Revista de História, 105
- 23 - POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Tradução de Arquimedes Pereira de Guimarães. Salvador, Itapoã, 1968. 238 p.
- 24 - RITZ, Armin. Fenômenos de dependência da economia baiana. Caderno do GEAS. Salvador (22) Marginalização, Loyola, São Paulo 1972.
- 25 - SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil, 1500-1627. Ed. Prof. e anot. Sr. Capistrano de Abreu, com a colabor. de Said Oli e Rodolfo Garcia (1918) 5.^a ed. S. Paulo, 1967 (ed. Frei Venâncio Williki).
- 26 - SILVA, José Graziano da. Coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2.^a ed. São Paulo, Hucitec, 1980 24 up.
- 27 - SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1968. 415 p.
- 28 - SOUZA, Affonso Ruy de. História da Câmara Municipal da cidade do Salvador. Salvador, Câmara Municipal, 1953. 387 p. il.
- 29 - VILHENA, Luis dos Santos. A Bahia no século XVIII. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edson Carneiro. Salvador, Itapoã, 1969. 3v. il.
- 30 - TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974. 257 p.